

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

CAUE DE VARGAS FONSECA

PELA BOCA DOS OUTROS:

Breve análise do que *Veja* tem a nos dizer por meio de suas páginas amarelas

PORTO ALEGRE

2006

CAUE DE VARGAS FONSECA

PELA BOCA DOS OUTROS:

Breve análise do que *Veja* tem a nos dizer por meio de suas páginas amarelas

Projeto Experimental Jornalismo I - Monografia

Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Orientadora: Prof. Márcia Benetti Machado

PORTO ALEGRE

2006

*À minha orientadora Márcia, pela paciência, à minha namorada Letícia e ao meu amigo Luis
Filipe, pelas angústias compartilhadas, e às bandas Zero 7, Arcade Fire, Aimee Mann e
tantas outras que me acompanharam por madrugadas e madrugadas...*

“Dez anos depois do nosso primeiro contato, tive o imperioso desejo de interrogar Alfred Hitchcock, assim como Édipo ia consultar o Oráculo...”

François Truffaut

RESUMO:

Este trabalho propõe uma análise crítica das entrevistas contidas nas páginas amarelas de *Veja*. O objetivo é detectar se tais entrevistas são dialogais, ou seja, frutos do confronto de idéias entre entrevistador e entrevistado, ou se os entrevistados apenas reiteram os pontos de vista da própria revista *Veja*. Para fazer esta análise, foram detectados os três temas mais abordados na páginas amarelas de *Veja* ao longo do primeiro semestre de 2006 – política, economia e choque de civilizações entre Oriente e Ocidente – e selecionadas as 14 entrevistas no mesmo período que dissertavam sobre essas três temáticas. Todas as entrevistas foram analisadas individualmente e em conjunto com outras do mesmo tema em três blocos distintos, permitindo análise em torno da metodologia de entrevista de *Veja* e a comparação entre os pontos de vista em comum dos entrevistados em relação aos da revista.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo; entrevista jornalística; revista *Veja*; páginas amarelas.

1. INTRODUÇÃO:

Para se chegar às duas grandes perguntas que pretendem ser respondidas nesse trabalho, é preciso estabelecer uma diferença conceitual entre entrevista jornalística e diálogo. Erroneamente pode-se dizer que o segundo é o instrumento da primeira. Não é tão simples. Uma breve leitura na obra de Nilson Lage – que será analisada mais à frente – nos mostra que a entrevista considerada dialogal é apenas uma entre outras tantas formas de se fazer jornalismo. Pressupõe uma conversa sem hierarquia, em que entrevistado e entrevistador discutem em pé de igualdade a respeito de determinado tema.

Avançando na discussão, se verá nos capítulos seguintes que a simples conversa sem hierarquia também não constitui diálogo por si só. Uma conversa simplesmente estimulando a outra pessoa a falar sobre aquilo com que você concorda não pode ser considerada diálogo. Diálogo pressupõe, sobretudo, troca de idéias e confrontos de ponto de vista. A entrevista jornalística tampouco será eficiente nesse sentido se não houver boa vontade por parte de entrevistado e entrevistador em confrontarem opiniões diversas. E, quando o entrevistado percebe que o entrevistador está revelando a público somente aquilo que lhe interessa, cabe a ele mudar o rumo da conversa para bem do jornalismo.

A primeira pergunta a ser respondida por esse trabalho é se há diálogo nas entrevistas de *Veja*. Depois, caberá responder o que *Veja* e/ou seus entrevistados têm a nos dizer quando analisamos as entrevistas reunidas em diferentes grupos por temáticas. Será verificado se há pluralidade de idéias ou se os entrevistados de *Veja* constituem um bloco homogêneo de idéias que se confundem ao discurso da própria revista.

O recorte se dará nas entrevistas realizadas pela revista no primeiro semestre de 2006. Serão analisadas em grupo e, posteriormente, uma a uma, entrevistas em torno das três grandes temáticas que mais se repetiram nesse semestre. O objetivo da análise em grupo é verificar se há pontos de vista em comum ou plurais entre entrevistados sobre um mesmo assunto. Já a análise individual examina as estratégias que *Veja* utiliza, caso a caso, para expor ou esconder os pontos de vista de seus entrevistados.

Antes de chegarmos a ela, porém, analisaremos de forma sucinta as teorias do jornalismo desde a primeira metade do século XIX até as mais modernas, onde

questionaremos quais teóricos de jornalismo – analisados à luz de Nelson Traquina – podem contribuir para melhor entendermos a metodologia por trás da entrevista nas páginas amarelas de *Veja*. Aqui, caberá o questionamento também se reportagens e entrevistas devem ser concebidas de maneira semelhante e qual o efeito dessa hipotética semelhança metodológica no resultado final de uma entrevista.

Das teorias do jornalismo, a análise seguirá mostrando um pouco da complexa história de *Veja* no jornalismo brasileiro. Quais foram os chefes de redação e editores responsáveis pelo sucesso da revista desde o final dos anos sessenta até hoje, passando por períodos críticos para o jornalismo, como a ditadura militar. O objetivo é compreender quais foram os dilemas sociais e políticos que contextualizaram e pautaram a revista desde a sua criação.

A entrevista jornalística também será analisada nas suas origens, à luz do texto do teórico espanhol David Vidal. Ali, mostraremos os primeiros dilemas da palavra escrita frente à palavra oral. A discussão girará em torno dos meios pelos quais as palavras são manipuladas na escrita para simular a oralidade, e por que essa simulação, quando eficiente, traz mais credibilidade ao texto em mídia impressa. A próxima etapa é a análise da classificação das entrevistas no jornalismo moderno proposta por Nilson Lage e, posteriormente, a análise das entrevistas das páginas amarelas de *Veja*.

É importante ressaltar aqui que, propositalmente, neste trabalho não se fará qualquer esforço para entender a concepção das entrevistas nos corredores de *Veja*. Tampouco interessam os dilemas e pressões que os jornalistas enfrentam nos seus ambientes de trabalho e no que isso influi sobre o seu trabalho. Por mais que algumas análises históricas nesse sentido sejam necessárias nos capítulos iniciais deste trabalho, nosso desafio é nos debruçarmos sobre o objeto de pesquisa que efetivamente chega às mãos dos leitores de *Veja* e que, como todo veículo impresso, conta essencialmente com a palavra escrita para expor suas idéias.

2. TEORIAS DO JORNALISMO

As referências teóricas desse trabalho se basearão nas teorias construtivas do jornalismo à luz de Nelson Traquina (TRAQUINA, 2002). Como o próprio autor ressalta, o termo “teoria” para discutir jornalismo é um tanto discutível, já que não há um conjunto elaborado de princípios e proposições, mas sim explicações interessantes e plausíveis acerca de um objeto – o relato dos acontecimentos – que embora pareça simples, é bem classificado pela socióloga Gaye Tuchman (apud TRAQUINA, 2002, pág 74) como inextricavelmente complexo. Também vale lembrar que as teorias não se excluem e não funcionam necessariamente independentes umas das outras, mas se complementam e dependem do ponto de vista de quem as analisa.

É curioso perceber que, ao longo das últimas décadas, as teorias do jornalismo vão se tornando cada vez mais duras na análise ética da profissão, de sua estrutura organizacional e de seus profissionais, não necessariamente nessa ordem. A mais antiga delas, a chamada *teoria do espelho*, no seu segundo desdobramento já se mostra menos ideológica do que no primeiro. Surgida ainda no século XIX com o *novo jornalismo* – surgido entre 1830 e 1860 e que trouxe a distinção entre “fatos” e “opiniões” – a teoria do espelho vê o jornalismo como uma transmissão fiel da realidade, um reflexo, portanto. Central à teoria é a figura do jornalismo como um observador e comunicador desinteressado, que relata com honestidade e equilíbrio o que acontece, cauteloso em não emitir opiniões pessoais. Observa-se que até hoje esse é o padrão dominante no jornalismo ocidental a ser utilizado como uma espécie de meta impossível, mas ainda assim uma meta que não deve deixar de ser buscada.

O primeiro desdobramento da teoria do espelho se dá diante do questionamento do conceito de “fato”, já que a eficácia da propaganda verificada na I Guerra Mundial mostrava que fatos não eram mais dignos de confiança absoluta. Em outras palavras, seria preciso ir além do relato de um fato no jornalismo, já que relatar o que está acontecendo diante dos olhos do jornalista não é mais o suficiente para se chegar a uma notícia verdadeira em absoluto. Chega-se ao conceito de *objetividade*, que nasce como a negação da fé no mero relato dos fatos e a afirmação da necessidade de uma metodologia para fazer jornalismo. A segurança na metodologia de apuração e as normas éticas e profissionais do jornalista passam a legitimar e dar credibilidade à notícia, não mais o relato por si só. Isso traz à tona a grande

contradição que expõe a fragilidade da teoria do espelho: se até um fato pode ser questionado como verdade absoluta, por que não se pode questionar o sujeito que o relata, o jornalista?

O questionamento e a análise da figura do jornalista vêm em meados da década de 50, com a *teoria da ação pessoal*, mais conhecida com a *teoria do gatekeeper*. Segundo ela, o fluxo de notícias tem que passar por uma série de portais (os *gates*) que simbolizam áreas de decisão em relação às quais o jornalista (o *gatekeeper*) decide escolher uma notícia para publicá-la ou dispensá-la. Por meio de um estudo feito sobre notícias rejeitadas por um jornalista de meia-idade em uma redação americana de 1950, David Manning White (apud TRAQUINA, 2002, pág 77) chegou à conclusão de que as decisões do jornalista eram altamente subjetivas, dependentes de juízos de valor baseados no conjunto de experiências, atitudes e expectativas pessoais, caracterizando-o como o *gatekeeper*, aquele que decide se a notícia continuará seu fluxo através dos portais até sua publicação ou será barrada.

Semelhante ao segundo desdobramento da teoria do espelho, a validade de uma notícia se dá pela credibilidade do jornalista, mas esse sujeito já não é visto como de todo confiável. White observa, por exemplo, que, quanto mais tarde as notícias chegavam ao jornalista, maior era a proporção de matérias rejeitadas, independente da sua relevância. Por analisar as notícias a partir apenas de quem as produz, pode-se dizer que a teoria da ação pessoal privilegia apenas a abordagem microssociológica, ao nível do indivíduo. Nesse nível, a teoria propõe uma explicação quase exclusivamente psicológica para a escolha da publicação de uma notícia. Reside aí seu maior equívoco.

Ainda na década de 50, Gieber (apud TRAQUINA, 2002, pág 76) analisa outros 16 jornalistas em situações semelhantes às do analisado por White e refuta as conclusões do autor, concluindo que o fator predominante sobre o trabalho jornalístico era o peso da estrutura burocrática da organização, e não suas avaliações pessoais. Era preciso compreender o meio em que as notícias eram produzidas. A questão voltaria a ser analisada mais de duas décadas depois dos estudos de White, quando os dados obtidos por ele foram reanalisados apontando a semelhança das proporções de notícias utilizadas pelo serviços de agências de notícias em relação às selecionadas pelo jornalista analisado no estudo que deu origem ao conceito de *gatekeeper*. Notícias que chegaram mais tarde, por exemplo, foram igualmente descartadas pelas agências. As que chegaram mais cedo, provavelmente foram avaliadas com mais critério e tiveram mais chances de publicação. Conclui-se que o jornalista exerceu a sua

liberdade dentro dos seus limites e que o maior peso nas suas decisões deu-se pelas normas profissionais, e não por razões subjetivas.

Warren Breed, em 1955, foi o primeiro a estudar a trajetória da notícia pelo ponto de vista da organização jornalística (apud TRAQUINA, 2002, pág 80). Breed, ao lançar como teoria do jornalismo a chamada *teoria organizacional*, considera que o jornalista se conforma mais com as normas da política editorial do veículo em que trabalha do que com quaisquer crenças pessoais. Isso ocorre por meio de uma sucessão sutil de recompensas e punições, já que quase nunca é dito a um jornalista inexperiente qual é a política editorial de seu veículo. Até porque a imposição editorial deliberada é até hoje um tabu ético e uma afronta àquele que ainda é um dos pilares da legitimidade do jornalismo: a pressuposta independência. Jornalistas entrevistados por Breed afirmaram que aprendem a política editorial de sua empresa e a aplicam “por osmose”. Em termos sociológicos, pode-se afirmar que há uma interiorização da política editorial com o tempo. Aos poucos, os novatos aprendem a antever aquilo que se espera deles, a fim de obter recompensas e evitar penalidades. Surge a cultura organizacional, não apenas profissional.

Passando rapidamente pelos motivos e mecanismos que resultam em um conformismo quase inevitável dos jornalistas dentro das normas de sua redação, Breed cita: a autoridade institucional e seu poder de fazer sanções, os sentimentos de obrigação e de estima que jornalistas mais novos têm pelos mais velhos, as aspirações de mobilidade no organograma da empresa, a ausência de pensamentos rivais em conflito, o prazer de exercer a profissão sem desgaste e o desafio da elaboração das notícias sempre no menor tempo possível. Mesmo considerando as particularidades do jornalismo, boa parte desses aspectos é compartilhada por quaisquer instituições empresariais, não só as jornalísticas. Particulares do jornalismo são a submissão aos anunciantes, que muitas vezes buscam uma identificação com o público consumidor de determinada linha editorial, e a personalidade do diretor da organização, que não raro no jornalismo representa a personificação do pensamento de um veículo.

Todas as tentativas até aqui de aplicar teorias à prática do jornalismo esbarraram na complexidade e na quantidade de fatores extras a serem analisados. Do mero relato imparcial de um fato, passou-se a admitir que o relato pode ser enganoso se não for interpretado, explicitando suas causas e conseqüências com objetividade. Do questionamento do fato, evolui-se para o questionamento de quem é o jornalista que o relata e quais são seus critérios

na escolha das notícias a serem publicadas. A partir daí, leva-se em conta também a análise do veículo em que o jornalista trabalha: quais são os seus interesses e rotinas que determinam a chamada linha editorial.

O próximo passo é a análise do jornalismo integrado na sociedade politizada, discussão que começa em universidades americanas e européias na década de 60. Então, em meados dos anos 70, quando começam a se popularizar termos como “Quarto Poder” para definir a imprensa, surgem oficialmente as *teorias da ação política*, produtos dos chamados “estudos da parcialidade”. Já partindo do princípio de que seria possível reproduzir fielmente a realidade sob forma de notícias – ou seja, partindo do paradigma do jornalismo como espelho da sociedade –, os estudos se esmeram em apontar distorções da realidade em notícias publicadas e, pelo agrupamento de tais distorções, identificarem uma manipulação condizente aos interesses de uma corrente de pensamento político. Jornalistas e empresas jornalísticas passam a ser vistos como instrumentos.

Em *A Elite Midiática* (1986), Lichter, Rothman e Lichter (apud TRAQUINA, 2002, pág 89) identificam os jornalistas como uma “nova classe” e com claras particularidades políticas que distorcem as notícias para a propagação das suas opiniões anticapitalistas. Efron e Kristol (apud TRAQUINA, 2002, pág 96) compartilham desta visão de “nova classe”, identificando os jornalistas como burocratas e intelectuais interessados em expandir a atividade reguladora do Estado às custas das empresas privadas. Já Herman e Chomsky (apud TRAQUINA, 2002, pág 96), analisando o jornalismo norte-americano à luz de suas coberturas a respeito do chamado “Terceiro Mundo”, enumeram fatores que fazem do jornalista justamente o contrário: profissionais que reforçam os pontos de vista do poder instituído (*establishment*) capitalista. Essa submissão do jornalismo aos interesses do sistema capitalista ocorreria devido à estrutura de propriedade dos veículos, a natureza capitalista da profissão – já que há a procura do lucro e conseqüente importância da publicidade –, a dependência das fontes governamentais, as ações punitivas dos “poderosos” e, finalmente, à ideologia anticomunista vigente na comunidade jornalística norte-americana da época.

Tanto os teóricos da ação política “de direita” – como podemos apelidar Lichter e Rothman e Lichter – quanto os “de esquerda” – Herman e Chomsky – pecam pela visão demasiadamente determinista do funcionamento do campo jornalístico. Eles partem de duas suposições que os estudiosos da teoria organizacional já mostraram estarem equivocadas: a

primeira, de que o processo de produção de notícias envolve uma conspiração entre agentes sociais e, a segunda, de que a intenção consciente de distorção é crucial na elaboração das notícias. Se a teoria organizacional mostrou que o jornalista não é totalmente independente, mas que sua independência é limitada de forma sutil, pode-se também admitir aqui eles não são totalmente submissos aos desígnios dos interesses dos proprietários de cada veículo, pois estes interesses não estão claramente explicitados em lugar algum. E até os proprietários, por sua vez, só por estarem inseridos no mundo capitalista influenciado por suas elites, não necessariamente estão submissos completamente aos interesses do *establishment* e do poder econômico. Tais pontos de vista são classificados pelo acadêmico Daniel Hallin (apud TRAQUINA, 2002, pág 94) como “modelo de propaganda estático e unidimensional”.

Os estudos de Berger e Luckman (apud TRAQUINA, 2002, pág 94) na década de 70, que viriam a originar as teorias construtivistas, são ao mesmo tempo uma negação da perspectiva das notícias como mera “distorção”, como avaliavam os teóricos da ação política, e a pá de cal nas primeiras teorias que limitavam o jornalismo a um espelho da realidade. Simplificando ao máximo, pode-se dizer que os teóricos da ação política “pregavam” que o jornalismo poderia reproduzir a realidade com fidelidade, mas não o fazia e distorcia fatos nas suas notícias por interesses próprios ou do *establishment*. Ao apresentar o conceito de notícia como resultado de uma construção, os novos teóricos avaliam que nem sempre a notícia corresponde meramente à realidade narrada e então distorcida, pois o simples uso da linguagem já faz da realidade narrada algo “distorcido” de antemão.

Entretanto, essa distorção não deve ser analisada com o peso e a intencionalidade que o significado da palavra “distorção” carrega, pois nem sempre ela se dá deliberadamente por motivos escusos. Ao lançar novo olhar sobre o modo como as notícias são produzidas, os construtivistas se aproximam e se aproveitam de conhecimentos da teoria organizacional e até da ação pessoal (*gatekeeper*), mas com fatores mais complexos a serem levados em conta. Além do já citado uso da linguagem como meio involuntário de distorção, as teorias construtivistas lançam um novo e interessante paradigma que serve de contraponto definitivo à possibilidade de uma notícia ser o retrato fiel da realidade: as notícias não devem e não podem reproduzir a realidade, pois fazem parte da construção da mesma.

As teorias construtivistas julgam impossível a transição translúcida da realidade se esta será interpretada no mínimo por dois meios: o veículo em que será divulgado, que tem

suas particularidades, e a própria linguagem, que por si só já dá margem a “construção” da notícia por quem a relata. Gaye Tuchman e Michael Schudson apresentam um conceito interessante de notícia construída ao fazer uso do termo *estória*:

Dizer que uma notícia é uma *estória* não é modo algum rebaixá-la, nem acusá-la de ser fictícia. Melhor, a notícia, como todos os documentos públicos é uma realidade construída possuidora da sua própria validade interna. (TUCHMAN, 1993, p. 262)

As notícias são produzidas por pessoas que operam, inconscientemente, num sistema cultural, um depósito de significados culturais armazenados e de padrões de discursos. As notícias como forma de cultura incorporam suposições acerca do que importa, do que faz sentido, em que tempo e em que lugar vivemos, qual a extensão de considerações que devemos tomar seriamente em considerações. (SCHUDSON, 1995, p. 14)

A partir daí se admite a notícia como resultado de processos complexos de interação social – como jornalistas e as fontes de informação, os jornalistas e a sociedade, os outros membros da comunidade profissional dentro e fora da própria organização de trabalho – e surgem a *teoria estruturalista* e a *interacionista*.

De forte influência marxista, a teoria estruturalista reconhece alguma autonomia dos jornalistas em relação ao controle econômico direto, mas acaba por reproduzir a ideologia dominante – e aqui se aproxima dos já citados estudos de Herman e Chomsky – em suas notícias por fatores burocráticos organizacionais e por se tornar refém de fontes oficiais de informações. Já a teoria interacionista tem a notícia como um produto que passou por um processo de produção, com os estágios de percepção, seleção e transformação da matéria-prima em reportagem. No interacionismo, mais do que aos entraves burocráticos organizacionais e ao *establishment*, é atribuído à falta de tempo o hábito dos jornalistas acabarem, como todo meio de produção em série, por trabalhar com uma espécie de notícia pré-fabricada. Ou seja, considerando que cada jornalista é dotado de uma bagagem própria, procuram-se sempre os mesmos lugares e as mesmas fontes para “cultivar” matérias, como na analogia do sociólogo britânico Phillip Elliot:

O jornalismo é, de muitas maneiras, mais parecido com a agricultura sedentária do que com a caça e a busca. As notícias são produzidas por jornalistas que usam rondas regulares, fontes de informações reconhecidas que têm seu próprio interesse em tornar a informação disponível. (ELLIOT, 1987, p. 187)

Aqui, quando analisamos aspectos complementares das teorias estruturalista e interacionista, encontramos relação entre o *modus operandi* dos jornalistas à luz das teorias construtivistas e a relação da revista *Veja* com suas entrevistas, mas com significativas variações. A teoria interacionista diz que o jornalista acaba adquirindo o hábito de cultivar suas notícias nos mesmos lugares da mesma forma. *Veja* faz o caminho inverso, procura reproduzir a mesma idéia por meio de diferentes entrevistados que a legitimem.

Muitas das justificativas para as práticas escusas do jornalismo atribuídas pelos teóricos construtivistas à rotina de tempo sempre curto das redações – e, com ela, a opção recorrente por opções jornalísticas cômodas e questionáveis – não se aplicam e não servirão de argumento para o tratamento dado às entrevistas pela revista que será objeto de análise. Já a reprodução do *establishment* – como ressalta a teoria estruturalista – e a construção de uma notícia por meio de uma gama limitada e usual de fontes – teoria interacionista – serão peças fundamentais na análise das entrevistas e, por meio delas, do discurso de *Veja*.

2.1 Algumas palavras sobre a história da *Veja*

Veja, como o próprio nome revela, surgiu para concorrer com a revista *Manchete* no segmento de publicações semanais que davam ênfase às ilustrações. O grande modelo era a americana *Life*. Em 1959, quando a Editora Abril trabalhava no projeto que definiria o modelo almejado para a revista, a estrutura da editora já estava preparada para trabalhar com grandes tiragens – o que significa basicamente ter capacidade de elaboração e impressão gráfica qualificada, e capacidade de endividamento inicial. A experiência com grandes tiragens vinha da revista *Realidade*, que também viria a servir a *Veja* como acervo de informações, e em 1968, quando a editora Abril decidiu finalmente lançar a revista, o faturamento anual da editora girava em torno de US\$ 28 milhões.

Nove anos depois de sua concepção, porém, o modelo de revista ilustrada que deveria ser adotado por *Veja* já vinha deixando de fazer sentido, pois concorria diretamente com as imagens e a velocidade da televisão, mesmo que a televisão ainda utilizasse imagens em preto-e-branco enquanto as principais concorrentes de *Veja* na época – *O Cruzeiro* e *Manchete* – já vinham utilizando cores desde 1957. Mino Carta, primeiro editor chefe de *Veja*, não apostou de cara naquele modelo decadente de jornalismo, contrariando a

expectativa dos leitores que, devido a uma campanha publicitária milionária, acreditavam que a revista fosse semelhante à *Manchete*. Além de ter um formato que era quase metade da *Manchete*, *Veja* fora criticada por ter uma diagramação confusa e reportagens prolixas.

Três meses depois de ser lançada, a edição do AI-5 impôs à *Veja* o segundo motivo do seu fracasso inicial: a censura. No mesmo dia 13 de dezembro de 1968 em que o AI-5 foi editado, um coronel se apresentou para censurar a revista de dentro da redação. A revista *Veja* da semana seguinte já seria censurada. Um fato curioso sobre tal repreensão mostra bem o tipo de dificuldade que surgiria a partir de então na redação da revista para driblar a censura. Também por meio do AI-5, o presidente militar Arthur Costa e Silva havia fechado o Congresso. A capa da próxima edição não teria dizer algum e mostraria o presidente solitário no Congresso. Roberto Civita, diretor de redação de *Veja* e filho do fundador do Grupo Abril no Brasil, entretanto, convenceu o novo censor de que a capa seria publicada daquela forma – sem nada escrito – por respeitar e temer um possível veto. Os militares demoraram, mas acabaram entendendo a crítica não muito sutil da tal capa, e a edição acabou apreendida poucas horas depois de sua distribuição nas bancas.

A rejeição dos leitores e a ausência de qualquer publicidade legal depois do AI-5 levaram *Veja* a diminuir drasticamente sua tiragem edição a edição. Lançada após campanha publicitária que custara mais de US\$ 1 milhão e concebida para vender cerca de 700 mil exemplares por semana apenas em bancas (revistas que estabelecem assinaturas eram boicotadas por donos de bancas), cálculos feitos por Roberto Civita apontaram vendas semanais de apenas 100 mil a 150 mil exemplares logo no primeiro semestre de 1968. Já na segunda edição, a tiragem de *Veja* foi de 500 mil exemplares. Sua sexta edição já estava em 80 mil e esse número diminuiria até os 22 mil. Assim, a revista seguia perdendo anunciantes e demitindo funcionários. No segundo semestre de 1969, porém, a dupla Mino Carta e Raimundo Pereira – coordenador da cobertura sobre a crise da sucessão de Costa e Silva naquele mesmo ano (o presidente adoeceu e viria a falecer de trombose) – acertou o passo na linha editorial de *Veja*, que teria no seu eixo a cobertura política.

As reportagens sobre a doença de Costa e Silva, sobre o governo da Junta Militar que o sucederia e sobre as crescentes denúncias de desaparecimentos e torturas nos porões do governo militar fizeram com que a revista se tornasse respeitável e relevante jornalisticamente. Da doença até o falecimento de Costa e Silva, *Veja* publicou 17 edições.

Destas, apenas três não tinham em sua capa matérias referentes à crise política do país. Reportagens especialmente espinhosas e de difícil investigação em tempos de censura.

O ano de 1969 também representou para *Veja* a virada da rápida decadência para o lento crescimento devido à chegada do homem à lua, naquele ano. As vendas aumentaram após a idéia de Mino Carta de apresentar a conquista da lua em fascículos, sendo que o oitavo e último deles seria publicado na terceira semana de julho, semana em que a Apollo 11 desembarcou na lua. As vendas da edição que trazia encartado o oitavo fascículo chegaram a 228 mil exemplares. Foi o ano também em que *Veja* implementou duas seções de rápida aceitação de público: o caderno de investimentos – que encerrava cada edição e cujo sucesso deu origem, mais tarde, à revista *Exame* – e a entrevista inicial das páginas amarelas, que começaram a ser publicadas em amarelo para gastar um estoque de papel naquela cor, mas acabaram virando marca registrada da revista até hoje.

Aqui *Veja* estabelece uma espécie de modelo editorial que segue até hoje. A revista tem maior atenção sobre a política, campo também em que há maior busca por furos de reportagem e onde a revista opina de maneira mais contundente. Não deixa, entretanto, de servir ao leitor seguidamente em reportagens de capa com o que é de seu interesse em outros campos, como a tecnologia, a economia, o cenário internacional e (hoje, principalmente) as matérias de comportamento e saúde.

Em 1973 *Veja* começou a cobrir os seus custos. A estabilidade veio em 1976, quando a revista alcançou 170 mil exemplares vendidos por semana, já sem o comando de Mino Carta. A autonomia de Carta na edição da revista era prevista em contrato, o que dificultava o controle das edições pela editora e seguidamente gerava impasses com a censura. Especula-se também que Victor Civita, presidente do Grupo Abril, estava na época interessado em construir uma rede de hotéis e não recebia empréstimos do governo por ter Carta entre os seus funcionários. Carta foi demitido em dezembro de 1975 e no ano seguinte fundaria a revista concorrente *IstoÉ*.

A partir de 1979, sob o comando do redator-chefe José Roberto Guzzo e do diretor adjunto Elio Gaspari – que já tivera breve passagem na redação de *Veja* em 1970 – a revista adotou novas rotinas e um novo estilo. Enquanto a redação comandada por Mino Carta era dividida entre os que escreviam (editores) e os que apuravam (editores assistentes e

repórteres), Gaspari mesclou as funções e trocou mais de 90% dos nomes da redação. Os dois dividiram-se também em sessões do jornal: enquanto Gaspari estava por trás dos principais textos da morte de Tancredo e de outros fatos políticos da época, Guzzo tomava conta das seções relacionadas à economia. Naquele ano, *Veja* atingia a tiragem de 250 mil exemplares por semana, 200 mil deles assinantes. Ao fim dos nove anos em que teve Gaspari como editor-adjunto, *Veja* atingiu a marca de 800 mil exemplares de tiragem.

A cara de *Veja* sempre foi uma mistura entre a personalidade forte de seus diretores e do período da história política brasileira em que estes trabalharam. Mino Carta trabalhou em uma *Veja* que já começou perseguida pelo regime militar. As preocupações do seu diretor, de suas reportagens era a ditadura e seus desdobramentos. Viraram temas de reportagens: a tortura, a guerrilha, a ausência de liberdade e assim por diante. A dupla Gaspari e Guzzo está inserida na transição para a democracia, onde a cobertura política mostrava as lutas entre os militares que defendiam a manutenção da linha dura e aqueles que admitiam flexibilizações a fim de não perderem o poder. Mário Sérgio Conti é o terceiro diretor de *Veja* e comanda a revista ao longo da década de 90, quando o Brasil tem seu o primeiro período democrático pós-ditadura, o governo Collor. Nesta década, a cobertura política foi marcada pelas investigações de corrupção nas instituições públicas e os primeiros dilemas de economia aberta e globalizada.

Tales Alvarenga, que assume a revista em 1998, define (apud HERNANDES, 2004, pág 33) os seis anos em que comandou *Veja* como um período de democracia consolidada. O novo choque de pontos de vista é decorrente da globalização, entre os que defendem proteções estatais contra a invasão do capital externo e aqueles que vêem o Brasil como um retardatário na economia mundial, que deve se adaptar à globalização sob o risco de regredir em desenvolvimento. Crescem aqui, também segundo Alvarenga, as investigações da revista sobre o saque ao erário público. Alvarenga deixa o cargo de diretor de redação em 2004 para ser diretor editorial de *Veja* e *Exame*. A pauta, a partir de então, segue a mesma sob o comando de Eurípedes Alcântara, diretor de redação da publicação há dois anos. Tales Alvarenga viria a falecer em fevereiro de 2006.

2.2 O construcionismo e a entrevistas em *Veja*

É sabido no meio jornalístico que a famosa frase “O povo gosta de luxo, quem gosta de miséria é intelectual” não é de autoria do carnavalesco Joãozinho Trinta, mas sim de Elio Gaspari, então diretor-adjunto da revista *Veja*. De acordo com Mario Sérgio Conti (apud HERNANDES, 2004, pág 31), era hábito de Gaspari avivar matérias por meio de declarações atribuídas a personalidades famosas (com a inteira concordância das últimas, é bom que se diga).

Embora não seja o objetivo deste trabalho analisar entrevistas e reportagens a partir do processo com são concebidas dentro da redação, mas sim a partir do resultado, não deixa de ser irônico que já na década de 80 a revista *Veja* se utilizava deliberadamente da credibilidade de outras pessoas para emitir a sua própria opinião. O porquê de tal procedimento é abordado por Nelson Traquina ao trazer o conceito de rede noticiosa, termo integrante da teoria interacionista de jornalismo:

O jornalista pode utilizar a fonte mais pelo que é do que pelo que sabe. A maioria das pessoas acredita na autoridade da posição. Quanto mais prestigioso for o título ou a posição do indivíduo, maior será a confiança das pessoas na sua autoridade. Chama-se a isso a *hierarquia da credibilidade*. (TRAQUINA, 2002, p. 116)

Quando se abordam os critérios para a escolha de fontes jornalísticas à luz da teoria construcionista e se percebe, no caso de *Veja*, o mesmo critério *fonte-reportagem* para *entrevistado-entrevista*, fica clara uma distorção. No jornalismo, a entrevista nos moldes como é proposto pelas páginas amarelas da revista *Veja* só tem valor se provocar um diálogo baseado no confronto de idéias entre entrevistador e entrevistado. É papel do entrevistador, como jornalista e representante da sociedade, questionar e confrontar o entrevistado com os contrapontos de seus pensamentos. Na medida em que o papel do entrevistado se aproxima ao da mera fonte de uma reportagem, a entrevista torna-se semelhante a qualquer outra notícia “construída” pelo veículo, que corrobora com sua linha editorial. O agravante é que o leitor médio, manipulado por um formato que em tese dá voz a idéias divergentes, continua vendo a opinião do entrevistado como algo plural e diferenciado do restante da publicação.

3. A ENTREVISTA EM MÍDIA IMPRESSA

O espanhol David Vidal, da Universidade Autônoma de Barcelona, autor do texto *La entrevista en prensa* – terceira parte do livro *La Entrevista en Radio, Televisión y Prensa* (1998) –, recorre a Platão para dissertar sobre o dilema envolvendo viabilidade técnica e credibilidade que cerca, hoje mais do que nunca, o jornalismo em mídia impressa. Em *Fedro*, de Platão (apud VIDAL, 1998, pág 254), temos uma ferrenha crítica do filósofo grego à palavra escrita. Na época – ano 5 a.C. –, se vivia a tensão entre o prestígio filosófico da palavra oral e a progressão da palavra escrita como um meio de conservar o conhecimento. Platão, considerado um excelente escritor, sobretudo pela fidelidade em registrar os pensamentos de seu mestre Sócrates, não deixa de desqualificar a escrita.

“Palavra sem voz” era como Platão a desqualificava. Julgava ainda que as palavras escritas eram incapazes de ajudar a si mesmas em credibilidade assim como eram incapazes de “encenar” a verdade de forma satisfatória. Platão reproduzia um pensamento filosófico vigente de que por trás de uma palavra pronunciada por um homem, deve estar, materialmente, esse mesmo homem para que, quando tiver o seu discurso reprovado, maltratado ou questionado, possa se defender. Se não há uma pessoa por trás do que está dito, como poderá ser capaz essa palavra por si só de transmitir o conhecimento a que se propõe? A escrita – “pegadas de moscas sobre o papel” – era vista como uma coisa, um objeto, um corpo sem vida. A palavra oral, em contrapartida, mantém um vínculo direto e contínuo com seu pensamento gerador. Por isso, seria mais digno de crédito. Santo Tomás de Aquino (apud VIDAL, 1998, pág 255) foi ainda além: justificou que gênios como Pitágoras e Sócrates jamais escreveram nada, que o próprio Jesus Cristo era um “agrafista” e que a palavra contamina o discurso com a sua materialidade.

Na situação comunicativa da oralidade, a voz do próprio falante, inclusa no seu corpo – seus gestos, suas oscilações vocais e todos seus órgãos de fonação – fazem parte do ato de declamar, de enunciar, como afirma a lingüística. A oralidade comporta uma corporiedade, uma presença, uma atadura ao corpo e, em consequência, um contexto no próprio tempo. Emilio Lledo (apud VIDAL, 1998, pág 255) disserta sobre o “silêncio da escritura”. Para ele, o texto escrito em comparação com a manifestação oral, é apenas “a presença de uma ausência”, o eco de uma voz perdida que por meio de uma abstração escrita conserva apenas parte do sentido daquilo que a originou.

O contraponto da idéia de Platão, reiterada por outros tantos autores clássicos, é bastante claro. Não fosse a existência da palavra escrita – por mais incompleta e imprecisa que ela seja – essa reflexão em torno da sua validade sequer poderia estar sendo feita agora, pois não haveria registro de que um dia alguém promoveu tal discussão. Santo Tomás de Aquino, quando apelou à opinião de Jesus Cristo para justificar sua crítica à palavra escrita, não levava em conta que só o que restaria das palavras de Jesus é o que se tem registrado na Bíblia. Não restou um ensinamento sequer transmitido de geração em geração que não fosse um dos registrados por seus apóstolos em escrituras. Ainda que se admita a idéia de que a linguagem escrita cause mais ruídos na comunicação por sua materialidade e por depender da habilidade de quem a transmite para o papel, se tratava do único registro possível.

Entretanto, o fato de que a palavra escrita tenha sido o único meio de registro durante séculos a fio, não a eximiu da busca pela maior credibilidade possível. A dica de como isso poderia ser feito viria com o próprio Platão. Toda sua vasta obra filosófica foi escrita exclusivamente em forma de diálogo. Uma hipótese para o motivo pelo qual o filósofo tenha utilizado essa técnica era ser a única que ele julgava ser possível, tendo em vista que sua obra era baseada nos seus pensamentos em consideração aos ensinamentos de outros pensadores da época. O franco diálogo, enfim, reproduzido de maneira mais fiel possível. Considerando, no entanto, que o discurso era igualmente poderoso naquela época, sobretudo na voz de filósofos, é pouco provável que Platão não tenha imaginado que poderia usar da escrita como um discurso direto dele para quem o lesse. A hipótese mais provável é que Platão tenha optado pelo diálogo temendo que a sua franca dissertação se tornasse um amontoado de “palavras sem voz”, como dizia. O diálogo, entretanto, ganha maior credibilidade por se tratar de uma simulação da oralidade. Mais do que isso: simulando a oralidade, existe a simulação da presença de quem fala frente ao leitor.

A pergunta que cabe neste momento é se existe alguma relação entre a opção pelo diálogo – feita por filósofos e escritores a partir de então – feita em um momento hegemônico oral semelhante a esse que se vive hoje, de clara hegemonia audiovisual após séculos em que a palavra escrita reinara absoluta como única forma de transmissão de conhecimento. É possível que o uso da entrevista jornalística em mídias impressas tenha sido uma saída para o mesmo fim de ganhar credibilidade, como outrora pode ter feito Platão? O lingüista e jornalista Manuel Bruña (apud VIDAL, 1998, pág 257) analisou durante as últimas duas

décadas o crescimento do que chama de “estilo direto” no jornalismo impresso. Segundo o autor, é cada vez mais difícil, por exemplo, que um redator opte por publicar uma frase do tipo “O ministro crê que a negociação se encerrará hoje”. O mais provável é que opte por abrir aspas ou travessão e publicar um “ – Creio que a negociação se encerrará amanhã – declarou o ministro.”, complementando a matéria com uma ou outra contextualização e articulando as falas de seus entrevistados. Por incrível que pareça, a correção do tempo em que ocorrerá a ação (“hoje” para o leitor) é menos importante do que a visão na cabeça do leitor do ministro declarando determinada informação. Trata-se da simulação de uma ausência de intermediários entre o leitor e a informação que ele deseja. Bruña vai além:

“Quando lemos as palavras *hoje*, *agora*, ou *amanhã* no chamado *estilo direto*, sabemos que estas se referem a um contexto enunciativo passado, porém misteriosamente e necessariamente atualizado e convertido também, durante aqueles segundos de leitura, em um presente virtual para o leitor. Por isso, a pessoa de quem reproduzimos as palavras, assim como o contexto em que foram ditas, se escrevem dentro do texto e cobram uma certa presença. Tudo isso é uma virtualidade, logicamente, tem-se uma existência, mas não é real.” (BRUÑA, 1993: 38-39)

A função das entrevistas entremeadas em um enunciado global é ser um meio de propiciar – fingindo – um encontro cara a cara, sem aparente mediação, entre o leitor ávido de informações direta, objetiva e autêntica e a fonte informativa que fala no estilo direto, olhando nos olhos do leitor nas entrevistas. Não comum, as reportagens contém fotografias das fontes em planos fechados, no momento de uma enunciação, com os lábios articulando palavras e os braços mostrando gestos explicativos como se estivesse fazendo suas declarações justo naquele momento. É a reportagem como um *para-acontecimento*.

Nelson Ortega (apud VIDAL, 1998, pág 259) também disserta sobre a oralidade na entrevista jornalística dizendo que “toda emoção da língua está aí, parece que em vez de ler estamos escutando, e essa é a idéia: que a entrevista tenha ‘áudio’, ‘voz’” (ORTEGA, 1992:35). Ortega, entretanto, introduz a idéia e o alerta de que esta voz é modulada pela percepção, pela subjetividade e pelo estilo de um jornalista. Nesse estilo, percebe-se a técnica herdada da literatura de ficção na criação – no caso, recriação – dos personagens entrevistados. Seria, de acordo com o autor, uma união entre os recursos estilísticos e de composição herdados da tradição discursiva oral com a tradição literária ocidental.

Seguindo o raciocínio, podemos dizer que a entrevista jornalística escrita, ao reconhecer a herança do diálogo ficcional, acaba apostando na “ficcionalização” de um intercâmbio jornalístico com a fonte. A entrevista é a narrativa escrita de um diálogo, elaborada a partir da versão de apenas um dos participantes. E por mais informativa e objetiva que se pretenda, toda narração – todo uso de linguagem – é uma mediação transformadora. As palavras não têm um uso transparente, não designam alguém ou alguma coisa, mas sim uma experiência em torno de uma coisa. Paradoxalmente, a estratégia retórica do gênero é oferecer uma troca, um encontro cara a cara, um simulacro do direto, não apenas mediações com determinado personagem.

A entrevista se posiciona, voluntariamente, de acordo com Juan Cueto (apud VIDAL, 1998, pág 262), nessa encruzilhada ambígua de dar voz e ser voz ao mesmo tempo.

“Quando a escrita é usada para satisfazer os grandes desejos do homem, que são pensar, contar e comunicar, o resultado é um resgate da ventriloquia. A filosofia do diálogo, a novela conversacional, o jornalismo de entrevista... O jornalista na entrevista jornalística escrita se torna, efetivamente, uma espécie de ventríloquo que fala – que recria – a voz e as palavras alheias.” (CUETO, 1982: 5).

3.1 Entrevista e simples conversa: pontos em comum e diferenças básicas

Manuel del Alco (apud VIDAL, 1998, pág 246), jornalista que teve milhares de entrevistas publicadas nos jornais *El Correo Catalán* e *La Vanguardia* entre as décadas de 40 e 70, definia a entrevista simplesmente como uma conversa levada às letras impressas. Queria dizer com isso que não havia regras fixas, que o instinto era a grande arte por trás de todo o ofício do entrevistador. Segundo ele, não há duas entrevistas iguais uma da outra, pois duas conversas, duas interações, tampouco são iguais. Del Alco, como outros tantos autores, era da opinião de que se aprende a entrevistar entrevistando. A lógica da argumentação seria: se a entrevista é uma conversa e na conversação somos todos competentes, porque a usamos centenas de vezes por dia, não temos que fixar formas de se entrevistar como não fixamos formas de se conversar. Cada um faz como sabe. A diferença entre uma grande entrevista e outra medíocre residiria apenas na capacidade do entrevistador e na sua sensibilidade de perceber e retratar o entrevistado. Alguém como Hitchcock entrevistado por um jornalista sem

cultura e sensibilidade, tende ao fracasso. Entrevistado por um gênio da sensibilidade como Truffaut, resulta em uma obra-prima.

Que a sensibilidade é o principal trunfo do entrevistador, podemos concordar. Entretanto, podemos identificar pontos débeis na argumentação de Del Alco, a começar pela mais indiscutível delas. Há, sim, regras na conversa até no seu uso mais espontâneo. Por instinto social, todos respeitamos certos princípios e variações no uso da linguagem nas interações com o próximo. É comum adequarmos nossa linguagem oral quando há diferença de idade, de classe, ou até de interesse em obter uma resposta positiva. Não é correto afirmar que a entrevista não tem também suas convenções básicas, por vezes tão internalizadas quanto nossas variações de linguagem em uma simples conversa. Se pudermos identificar as convenções básicas da entrevista como tipo de interação característica da esfera discursiva do jornalismo impresso, isso nos valerá sem dúvida para definir as rotinas que se põem em jogo na sua elaboração. Sermos conscientes dessa rotina é um primeiro passo para não sermos escravos da linguagem, das diferenças sociais entre entrevistados, do próprio personagem a ser entrevistado ou das pressões e padronizações no ato redigir.

O segundo obstáculo na argumentação de Del Alco é que a entrevista não é uma conversação normal pela diferença crucial de que o resultado final será publicado. Não há como negar que um diálogo é severamente afetado quando o entrevistado sabe que o que disser se tornará público. De acordo com Jesús Quintero (apud VIDAL, 1998, pág 248) – jornalista espanhol que se notabilizou por entrevistar presidiários uruguaios e, a partir desses relatos, escreveu o livro *Cuerda de Presos* (1997) – entrevistar é conduzir o outro do que ele diz que é ao que o outro realmente é. E quando se fala em “conduzir o outro”, há um aspecto muito relevante a ser levado em conta: a entrevista jornalística é uma conversação peculiar, não é um diálogo qualquer – como dizia Del Alco, é profundamente afetado pela sua posterior difusão midiática. É um dos sujeitos da “conversa” querendo descobrir e o outro ocultar ou, ao menos, se mostrar seletivamente para reconstruir-se frente ao jornalista e a sua audiência de acordo com os seus próprios interesses, que podem não ser coincidentes com os do jornalista. Pode-se afirmar, portanto, que a entrevista jornalística é um diálogo assimétrico, por vezes conflituoso, onde o papel dos participantes como condutores e controladores da interação não é parêlo: há um com interesses notavelmente diferentes do outro. Diferente do que acontece em interações e conversas cotidianas, nem sempre os participantes estão dispostos a ouvir – e assim se comprometer com a divulgação – de uma idéia contrária a sua.

Maior cuidado é preciso para avaliar a segunda parte da conceituação de Quintero, quando ele diz que a entrevista objetiva conduzir o outro do “que ele diz que é ao que o outro realmente é.” Na entrevista jornalística há uma construção, por parte do jornalista, de um personagem, mais precisamente fazendo uso da reconstituição de sua fala. Entretanto, não há como negar que se trata de uma construção baseada em um encontro de alguns minutos, e nesse meio tempo não haverá de ser descoberto como uma pessoa realmente é. Por mais que haja uma construção generalizadora de um personagem e de suas opiniões, o entrevistador não tem a capacidade de adivinhar como o entrevistado é lá fora, mas apenas de como pareceu ser durante aquele encontro. O conceito de Quintero, portanto, é perspicaz no sentido de condução da entrevista, mas se mostra pretensioso demais em avaliar seu resultado final. A mediação técnica que demanda a conversão de um encontro oral em um texto escrito acaba fazendo uso de um tipo de narração em que o entrevistado se torna um personagem, o local da entrevista em cenário, e suas palavras em um texto quase literário que será selecionado, editado, reescrito e, portanto, essencialmente modalizado. No entanto, a entrevista jornalística escrita, ou em qualquer outra modalidade, terá o desafio de construir um personagem sobre um punhado de hipóteses articuladas ao fim de um encontro de alguns minutos. O entrevistador vai elaborar, a partir desse pequeno contato, um retrato fixo ao seu público leitor com descrições totalizadoras: esse homem é assim, essa mulher é assado. Se a personalidade do entrevistado corresponde à imagem que o jornalista teve dele e colocou no papel, não temos competência para avaliar devido à fugacidade do contato e por aquele mesmo motivo pelo qual separamos simples conversa de entrevista: não podemos esperar um índice total de honestidade em cima de declarações que o entrevistado sabe que serão publicadas ou de uma postura que ele saiba que também está sob julgamento, por mais habilidoso que seja o jornalista que o entrevistar.

É válido fazer uma pequena referência aqui ao poder do não-dito em entrevista jornalística. Como disserta David Vidal, o texto em entrevista jornalística é um trabalho constante de ida e volta entre o detalhe observado e a totalidade recomposta em torno de hipóteses, ao menos. Segundo Vidal, trata-se de um trabalho parecido com o dos detetives, em que não falam apenas as pessoas, mas também as coisas em torno delas tem algo a dizer. Usando um exemplo, vale mais para uma entrevista jornalística dizer que um milionário usa joaninhas nas barras da sua calça do que publicar a fala do entrevistado admitindo ser sovina. Quando os dois fatos não coincidem – o milionário diz que dinheiro não é importante, mas

usa joaninhas nas calças –, o resultado final para a entrevista jornalística fica ainda mais interessante.

“O livro aberto sobre a mesa, o pó que cobre os móveis da casa, o aspecto cuidadosamente desalinhado das roupas ou absolutamente impecável do cenário, o jeito de se mover, de falar... Escrever uma entrevista é, também, uma atividade de interpretação de indícios e detalhes, da busca dos fragmentos, da atribuição de significados. Definitivamente um tipo particular de atividade semiótica que configura um estilo característico deste gênero” (VIDAL, 1998: 250).

Mais que o reconhecimento do poder do detalhe na narrativa, Vidal vê na adoção desses estratagemas uma inquietude moderna pelo conhecimento do homem. Uma irrefreável curiosidade sobre a vertente humana dos mitos históricos. “Muito se sabe sobre suas batalhas, mas pouco sobre as personalidades de Napoleão, Júlio César ou Carlos Magno. Hoje, em contrapartida, não só sabemos as leituras preferidas do Papa como temos fotos dele tomando sol, à beira da piscina.” (VIDAL, 1998: 251). Essa inquietude moderna corresponde à demanda de uma indústria cada vez mais voltada a nos oferecer retratos da intimidade de nossas celebridades. É um gosto da nossa época que pode ser plenamente satisfeito por este molde de entrevista.

3.2 Os tipos de entrevista

Tanto em David Vidal quanto em Nilson Lage – autor cuja tipificação adotada em *A Reportagem: Teoria e Técnica de Entrevista e Pesquisa Jornalística* (LAGE, 2001) será usada para classificarmos diferentes entrevistas a partir daqui – se admite que na entrevista jornalística lida-se com dois tipos básicos de escrita: a *objetiva*, resultado de um encontro ocorrido com a finalidade de informar o entrevistador a respeito de um conhecimento que o entrevistado detém, e a *“literaturizada”*, *de criação*, centrada no entendimento do entrevistado como personagem, como personalidade a ser perfilada. Vidal, entretanto, não vê os dois tipos de escrita como dois pólos opostos, mas sim como dois elementos que intervêm na escritura de quaisquer entrevistas. Uma maior orientação para um ou para outro pólo é que determinará que cada realização discursiva concreta possa ser descrita melhor como *informativa* ou *de perfil*, mas geralmente há elementos dos dois tipos de escrita seja qual for a classificação da entrevista. Lage complementa o raciocínio quando diz que há dois aspectos numa entrevista que devem ser considerados. O primeiro é certamente o conteúdo; o segundo,

a personalidade do entrevistado. Não é função do entrevistador interferir neste segundo aspecto, suprimindo, na edição, pontos marcantes em um sentido que diga respeito à postura do entrevistado naquele momento. Pelo contrário, é preciso transmitir ao leitor o que a entrevista foi, não uma versão censurada, da qual se retiram ou relevam eventuais amostras da personalidade do entrevistado.

Para a classificação das entrevistas, Lage parte para dois tipos: a primeira do ponto de vista dos seus objetivos e o segundo, um pouco menos relevante, quanto às circunstâncias em que a entrevista foi realizada. Do ponto de vista dos objetivos, temos quatro classificações de entrevista:

- a) *Ritual*: breve, geralmente o ponto de interesse está mais centrado na exposição (da voz, da figura) do entrevistado do que no que ele tem a dizer. Entrevistas com jogadores de futebol ao final da partida, ou de visitantes ilustres desembarcando no aeroporto costumam ter essa característica. Pouco útil para a mídia impressa e particularmente frustrante no esforço para encontrar algo importante no que é declarado.
- b) *Temática*: aborda um tema sobre o qual se supõe que o entrevistado tenha condições e autoridade para discorrer. Geralmente, consiste na exposição de versões ou interpretações de acontecimentos. Por servir para ajudar na compreensão de um problema, expor um ponto de vista, reiterar uma linha editorial com o argumento da autoridade (a validação pelo entrevistado) etc.
- c) *Testemunhal*: Trata-se do relato do entrevistado sobre algo que ele participou ou a que assistiu. Por se tratar da visão de um ponto de vista alheio, deve-se ter em mente a influência de outras informações a que o entrevistado teve acesso e que conter impressões subjetivas.
- d) *Em profundidade*: o tipo classificado por Vidal como *de perfil* ou *de personalidade*. O objetivo da entrevista não é um tema particular ou um acontecimento específico, mas a figura do entrevistado, a representação de mundo que ele constrói, uma atividade que desenvolve ou um viés de sua maneira de ser, geralmente relacionada com outros aspectos de sua vida.

Quanto às circunstâncias de realização, Lage classifica a entrevista jornalística em mais quatro tipos:

- a) *Ocasional*: não combinada previamente. O entrevistado é questionado sobre algum assunto e o resultado pode ser interessante porque, sem se ter preparado e preso ao compromisso de responder, dará provavelmente declarações mais sinceras ou menos cautelosas do que se houvesse aviso prévio.
- b) *Confronto*: o entrevistador assume o papel de inquisidor, acusando o entrevistado geralmente com base em fatos apurados por ele mesmo que ainda não vieram a público. Tática que Lage atribui ao jornalismo panfletário quando resolve “ouvir o outro lado”, mas sem lhe dar, na verdade, condições razoáveis de expor seus pontos de vista. Há claramente um vencedor e um perdedor nesse tipo de entrevista, principalmente em mídias audiovisuais.
- c) *Coletiva*: simpático às assessorias de imprensa pelo comando da entrevista ficar com o entrevistado ou a alguém vinculado a ele. Comum como parte da divulgação ou promoção de eventos, também é usada periodicamente por autoridades para responder por suas atividades. Há um bloqueio do diálogo, ou seja, não se pode formular uma nova pergunta em cima da resposta do entrevistado.
- d) *Dialogal*: classificada por Lage como “entrevista por excelência”, reúne entrevistado e entrevistador em ambiente sem a interferência de um aparato capaz de estabelecer hierarquia. Entrevistador e entrevistado constroem o tom de sua conversa, que evolui a partir de questões propostas pelo primeiro, mas não se limitam a esses tópicos: permite-se o aprofundamento e detalhamento dos pontos abordados.

Sobre a postura ideal frente ao entrevistado, Lage cita alguns ensinamentos do teórico inglês da conversação humana, Gordon Pask (apud LAGE, 2001, pág 80). De acordo com Pask, a estrela de uma entrevista é o entrevistado. Por mais conhecido ou vaidoso que seja o entrevistador, espera-se dele discrição, como coadjuvante e, ao mesmo tempo, diretor de cena – essa seria a conduta profissional. A atitude de compreensão e respeito deve marcar a

atividade do repórter, com a preocupação de não evidenciar reações como impaciência, discordância ou simpatia entusiasmada. Ainda segundo Pask, toda conversa parte de um desacordo, ou bifurcação: os conceitos e idéias vão sendo esclarecidos em seu curso e, quando esse processo chega ao fim, isto é, quando há consenso – não quanto ao assunto, mas quanto ao que o interlocutor está dizendo –, é hora de parar.

3.3 As escolhas de *Veja*

Classificando de maneira simples e objetiva as entrevistas das páginas amarelas de *Veja* de acordo com as tipificações de entrevista jornalística sugeridas por Nilton Lage, temos na revista um modelo de entrevista *temática*. De acordo com o autor, nesse modelo o entrevistado é procurado pelo veículo de comunicação para dar opiniões ou informações especializadas sobre determinado assunto. Entretanto – reiterando a opinião de David Vidal, de que é por mera aproximação que se classifica uma entrevista como *informativa* ou *de perfil*, mas que há aspectos de uma em outra –, temos nas páginas amarelas de *Veja* claros aspectos típicos da entrevista que valoriza a personalidade do entrevistado, como no trecho que segue, que se refere a subsecretária de Estado de George Bush:

“Karen Hughes é uma das amazonas do presidente americano George W. Bush, que gosta de se cercar de colaboradoras fortes e fiéis. No caso dela, a comparação com as guerreiras mitológicas é mais do que simbólica. Ela mede mais de 1,80 metro, calça 41 e tem uma capacidade de comando que já aterrorizou muitos marmanjos, tanto durante a primeira campanha presidencial de Bush quanto no período em que controlou ferozmente todo o esquema de comunicação social da Casa Branca... (ANEXO 7, 2006)”

Como no exemplo acima, *Veja* dá início a suas entrevistas dando ênfase à relevância e, por vezes, à personalidade do seu entrevistado. Não há nas páginas amarelas um texto entremeadado às perguntas, mostrando as reações, os trejeitos e quaisquer outras pistas a respeito do entrevistado, como é de praxe nas entrevistas de perfil. Por vezes, a entrevista contém algumas perguntas que ajudam a esmiuçar a personalidade do entrevistado, como a que foi feita à presidente chilena Michelle Bachelet, por exemplo:

“*Veja* – O que há em comum e diferente entre a doutora Bachelet que estudou na Alemanha Oriental e a presidente Bachelet?”

Bachelet – Quando estudei na República Democrática Alemã tinha 23 anos, e agora tenho 54. Continuo sendo a mesma, no sentido de que quero o mesmo, um país mais justo (...). Eu diria que sou mais velha, mais sábia e madura – todos aprendemos –, mas com a mesma energia, força e compromisso para buscar os ideais que tenho.” (ANEXO 10, 2006).

Mesmo quando se refere à personalidade do entrevistado, as perguntas estão diretamente ligadas ao seu cargo ou currículo. No exemplo apresentado da entrevista com Bachelet, a pergunta pede que a entrevistada fale sobre si mesma, mas não se afasta do motivo pelo qual ela está sendo entrevistada, que é a de ser presidente do Chile. Perguntas que se referem à personalidade, mesmo inter-relacionadas com a temática, são raras em *Veja*. Na maioria das vezes o entrevistado é perguntado apenas sobre o seu ofício ou sobre o conhecimento e opiniões que fazem dele um entrevistado interessante para a revista.

Nilson Lage, ainda dissertando sobre a entrevista jornalística *temática*, lembra que esta pode reiterar uma linha editorial com o argumento da autoridade, ou seja, com a validação pelo entrevistado. É importante ressaltar, entretanto, que a tipificação de entrevista *temática* por Lage compreende o entrevistado mais com fonte, e não como personagem ou personalidade. Em uma reportagem sobre os perigos de afogamento no verão, por exemplo, é natural que haja uma entrevista *temática* com um salva-vidas, falando com todas as letras os riscos que um nadador corre no mar. Por ser quem é, a opinião e os conselhos do salva-vidas “têm mais voz” que as palavras do jornalista. Já nas páginas amarelas de *Veja*, é de se questionar a validade de uma longa entrevistas *temática*, com teóricos das mais diversas áreas, tangendo apenas a especialidade do entrevistado, e não sua personalidade. Ao fim da leitura de uma entrevista nas amarelas de *Veja*, se tem a sensação de que o que foi lido foi uma reportagem opinativa da revista sobre o mesmo assunto.

Não é apenas pelo caráter meramente informativo que as entrevistas da revista passam essa sensação – de reportagem – aos seus leitores. Como se verá a seguir, quando forem analisados diferentes conjuntos de entrevistas agrupados por temáticas, se demonstrará como *Veja* muitas vezes não promove um diálogo franco confrontando as idéias do entrevistado com opiniões próprias da revista ou simplesmente com os contrapontos do que foi dito pelo seu entrevistado. Uma entrevista em *Veja* funciona mais como um veículo de exposição das idéias do entrevistado do que efetivamente um diálogo entre entrevistado e entrevistador. Como se viu, David Vidal classifica a entrevista jornalística como um diálogo assimétrico,

por vezes conflituoso, onde o interesse do entrevistado, de descobrir mais, luta contra o interesse do entrevistado, de se ocultar ou se mostrar seletivamente. *Veja* peca justamente nessa comparação: em boa parte das entrevistas da revista, parece que há uma afinidade de interesses. Entrevistador e entrevistado dificilmente se confrontam, mas se completam em suas argumentações. Segue um exemplo de perguntas e respostas afinadas umas com as outras, na entrevista concedida pelo então pré-candidato à presidência da República, Geraldo Alckmin:

“Veja – Em 2005, descobriu-se que a empresa do filho de Lula, Lulinha, recebeu um investimento de 5,2 milhões da Telemar, que tem dinheiro público em seu capital. O que o senhor teria feito no lugar do presidente?”

Alckmin – Numa república, todos estão sujeitos à lei. Outro dia, eu ouvi de alguém: ‘Olha, não se fala da esposa do fulano’. Para mim, não. Comigo não tem acordo. Tem que investigar, investigar todo mundo.

Veja – No caso de Lulinha, não se trata propriamente de uma ilegalidade, mas de um problema ético.

Alckmin – Da mesma forma que o governo do PT não faz uma separação nítida entre partido e governo – (...) –, ele também não separa o público do privado. Eu não posso dizer o que faria nessa situação, porque acho que essa situação não chegaria a ter acontecido comigo.” (ANEXO 12, 2006).

Se a metodologia de uma entrevista jornalística em *Veja* produz o resultado semelhante à de uma reportagem, porque então qual é a sua razão de ser do ponto de vista editorial? Por que, então, não a substituir de uma vez por uma reportagem a respeito do assunto abordado na entrevista? Para responder a essas perguntas retornamos mais de 2 mil anos para as interpretações dos diálogos escritos por Platão. Credibilidade é o que a revista *Veja* ganha quando encontra um entrevistado de renome – internacional, geralmente – para reiterar idéias semelhantes às que usa em suas reportagens. A aparência plural que se verifica ao analisarmos apenas nome, origem e currículo dos seus entrevistados é exaltada pelo então diretor de redação de *Veja*, Tales de Alvarenga, em entrevista concedida ao jornalista Nilton Hernandes em 2002.

“Veja procura refletir, mais do que no passado, as coisas que estão alterando a história fora daqui. É a revista brasileira que mais capas publica a respeito de assuntos internacionais. Nas nossas entrevistas de páginas amarelas, dois terços são conversas com especialistas respeitados de outros países. Tudo isso reflete uma intenção de arejar o debate de assuntos, tirando-lhes o caráter paroquial que costuma caracterizar o debate nacional.” (HERNANDES, 2004, pág 35)

Diante da observação do jornalista Hernandez de que *Veja* teria um texto com características próprias, Alvarenga é contundente: “Texto é um conceito beletrista que está descartado na *Veja*. Trabalhamos com informação e interpretação. Não damos importância à forma do discurso nesse aspecto que você fala”. (HERNANDES, pág 36).

O que esse trabalho questiona é se o debate em torno das temáticas escolhidas por *Veja* se torna de fato mais “arejado” mesmo quando pensadores de tantos lugares do mundo transmitem à revista pontos de vista semelhantes e/ou complementares e, por fim, se a repetição das mesmas idéias por meio de diversas pessoas não constitui uma espécie de discurso disfarçado de autoria do meio em que são propagadas.

4. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS DE *VEJA*

Ao longo do primeiro semestre de 2006, *Veja* realizou 24 entrevistas. Nesse trabalho serão analisadas 14 delas. Como o grande objetivo deste trabalho é detectar a existência ou não de discursos semelhantes sobre os mesmos assuntos em diferentes entrevistas – o que, se confirmando a hipótese positiva, constituiria um único discurso da própria revista – foram selecionadas apenas entrevistas em torno das três temáticas mais abordadas pela revista ao longo do referido semestre: política, economia e choque entre Ocidente e Oriente. A partir destas temáticas, foram criados e analisados separadamente três blocos de entrevistas.

Obviamente, as entrevistas não são divididas duramente pela revista nestas temáticas, portanto há entrevistados que podem dissertar sobre diversos outros assuntos, mas tem sua presença justificada nestes três blocos se tiver parte substancial da sua entrevista dedicada a uma dessas três temáticas. São os casos mais claros disso que podemos chamar de “voz aos não especialistas” a presença do autor de novelas Sílvio de Abreu no bloco de política e a do educador Norman Gall no bloco de economia. Há outras classificações também passíveis de questionamento, como a presença das personagens da política internacional Michele Bachelet, presidente do Chile, e Karen Hughes, assessora do governo americano, respectivamente nos blocos de economia e de choque de civilizações. Tais escolhas se deram pelo enfoque das entrevistas e serão melhor justificadas nas próprias análises das entrevistas.

Sobre as 10 entrevistas que não foram analisadas, houve dois critérios para o descarte: não falavam em nenhum momento sobre nenhuma das três maiores temáticas ou falavam de forma tão superficial sobre as três temáticas selecionadas e sobre outros assuntos que acabam não sendo passíveis de uma análise substancial sobre nenhuma temática separadamente. As entrevistas descartadas pelo primeiro critério foram as dos ambientalistas Edward Wilson e Paul Ehrlich, do agente de modelos John Casablanca, dos psicanalistas Steven Hayes e Renato Mezan, do cirurgião plástico Bernard Devauchelle e a do jogador de futebol Ronaldo Nazário. Por apresentarem idéias muito fluídas a respeito das mais diversas temáticas, impossibilitando classificações e comparações, acabaram sendo descartadas as entrevistas do ex-primeiro ministro português José Manuel Durão Barroso e as dos historiadores Paul Johnson e Tony Judt.

Antes que se parta para a análise, é conveniente que fique claro a utilização de dois termos para a classificação das perguntas de *Veja*. Na falta de uma teoria que as nomeasse a classificasse, optou-se pela simples invenção de dois termos para melhor argumentação, sem pretensões de enquadramento acadêmico de qualquer espécie. Foram classificadas como perguntas *escada* aquelas que apenas abrem espaço para que o entrevistado disserte livremente a respeito de determinado assunto. Seria um tipo quase obrigatório quando a entrevista faz parte de uma reportagem a cerca de assunto que o repórter não domina, classificada como *temática* por Nilson Lage. No entanto é bastante questionável quando se tratam de entrevistas supostamente *dialogais*, como ocorre em *Veja*. Segue exemplo de pergunta escada, na entrevista concedida por Karen Hughes (ANEXO 7).

“Veja – Se a senhora tivesse o poder de fazer qualquer coisa para melhorar a imagem dos Estados Unidos no mundo, qual seria sua primeira medida?” (ANEXO 7)

Como perguntas *combativas*, entendem-se aquelas que expõem as idéias dos entrevistados aos seus contrapontos. Pode-se e deve-se utilizar para formular estas perguntas o conhecimento de mundo do entrevistado a respeito do assunto em questão na entrevista. Não é necessário, para ser considerada combativa, a pergunta ser necessariamente baseada nas respostas que o entrevistado deu anteriormente na própria entrevista. Convém também diferenciar a pergunta combativa do que Nilson Lage classificou como entrevista *confronto*, que aproxima a entrevista de um inquérito. A idéia aqui é utilizá-las em entrevistas *dialogais* para estimular um choque de idéias, a base de boas entrevistas. Segue um bom exemplo de pergunta combativa na mesma entrevista com Karen Hughes.

“Veja – A secretária Rice também acabou de dizer que o Irã constitui atualmente a maior ameaça aos interesses americanos. Retomando a questão das contradições da invasão americana no Iraque: ao abrir caminho à maioria xiita, cujos líderes religiosos têm ligações estreitíssimas com o Irã, esse país acabou sendo o grande beneficiado pela intervenção. Qual é a lógica disso?” (ANEXO 7)

Nessa pergunta, o entrevistado se aproveita da citação do Irã pela entrevistada para recorrer ao seu conhecimento de mundo sobre as declarações da secretária de Estado americana Condoleezza Rice, sobre as ligações do Irã no Iraque, e, por fim, expõe a entrevistada às suas contradições.

3.1 Política: Anti-lulismo, crise ética e questionamento às instituições

Nos primeiros seis meses de 2006, ano eleitoral, *Veja* entrevistou quatro personalidades sobre política: na primeira edição do ano – 11 de janeiro –, *Veja* entrevista Jorge Bornhausen, presidente nacional do Partido da Frente Liberal (PFL). No dia 25 do mesmo mês, publica em suas páginas amarelas a entrevista com Osmar Serraglio, deputado federal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) relator da CPI dos Correios – convocada pelo congresso para investigar fraudes na empresa estatal e que, ao envolver o deputado federal Roberto Jefferson, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), desencadeou as denúncias sobre compras de votos na Câmara Federal, o chamado escândalo do mensalão. O próximo personagem político é o candidato à presidência da República pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Geraldo Alckmin, entrevistado no dia 7 de junho, antes do prazo estipulado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que obriga os veículos de comunicação a convidarem sempre todos os candidatos a um cargo executivo para entrevista nestes moldes. Na edição seguinte, o entrevistado é o próprio presidente do TSE, Marco Aurélio Mello. Excepcionalmente, se analisará também neste grupo – por motivos que se verão a seguir – a entrevista com o autor de telenovelas Sílvio de Abreu, ocorrida na edição de 21 de junho.

De uma visão do todo, percebe-se alguns pontos em comum. Dos cinco entrevistados, dois declaram não acreditar na reeleição do então presidente. Um terceiro, declara ser contra o processo político da reeleição.

“(A cláusula de barreira) é uma mudança grande o suficiente para permitir que façamos a reforma política nos primeiros seis meses de governo do próximo presidente. E posso garantir uma coisa: esse presidente não será Lula, porque ele não ganhará a eleição.” (BORNHAUSEN, Anexo 1)

“Tem petistas por aí de salto 15, criando uma expectativa grande. Psicologicamente, Lula irá para o segundo turno derrotado. Podem ter certeza. O embate começará no dia 5 de julho. E eu começarei esse dia às 5 da manhã.” (ALCKMIN, Anexo 12)

“A questão não está no objeto, está no meio que se aciona para chegar a essa reeleição. Eu diria que a reeleição não faz parte da nossa tradição. Os candidatos não têm freios inibitórios mais rígidos e, muitas vezes, usam descaradamente a máquina pública em benefício próprio.” (MELLO, Anexo 13)

Sobre o chamado mensalão, dois afirmam que Lula sabia a respeito do esquema de compra de votos no seu governo, um acusa o presidente no mínimo de ser negligente, outro diz não poder se pronunciar neste assunto pelo cargo que exerce (Marco Aurélio Mello). E quem resta é Geraldo Alckmin.

“Lula adotou a política do ‘eu não sabia’, na qual ninguém acredita. Particpei de muitos governos. (...) Sei que o presidente da República é sempre um homem bem informado.” (BORNHAUSEN, Anexo 1)

“O simples fato de o presidente Lula dizer que não sabia de nada e não viu as mazelas trazidas à tona pelas CPIs e pela imprensa basta – as pessoas fingem que acreditam porque acham mais conveniente que fique tudo como está.” (ABREU, Anexo 13).

“O presidente (Lula) não conseguiu reconhecer indícios de corrupção no partido dele, na campanha dele e no governo dele. Não conseguiu perceber como seu partido foi eleito como uma minoria e se formou uma maioria. Ele foi negligente no governo.” (SERRAGLIO, Anexo 3)

Além das questões referentes às opiniões de cada um dos entrevistados, chama a atenção o fato de que, em seis meses de entrevista, *Veja* não dê voz a nenhum personagem político que apóie ou faça parte do governo Lula. Nem mesmo para confrontá-los com a opinião da revista em torno do governo, que, como se mostrará, é amplamente negativa assim como a de seus entrevistados.

4.1.1 Jorge Bornhausen

Na conversa com o senador e presidente do PFL, *Veja* realiza a entrevista mais equilibrada deste grupo. O porquê pode estar nas opiniões a respeito do partido com as quais a revista confronta o senador. Questões como “O PFL é o PT do PT?”, “O PFL teve fama de adesista e fisiológico (...). A oposição fez bem ao partido?” e “O PFL é o partido da direita brasileira? Por que ninguém assume ser de direita no Brasil?” (Anexo 1) mostram que a revista não nutre particular simpatia pelo partido do seu entrevistado. Essas, no entanto, de um grupo de quinze temáticas com as quais Bornhausen foi questionado, são três das cinco questões consideradas combativas em relação ao entrevistado. As demais se referem a imagem desgastada do partido – “Há um ano, a direção do PFL chegou a pensar em mudar o nome do partido para se livrar do que o senhor classifica como preconceito. A imagem estava

tão desgastada assim?” (Anexo 1) – e, na mais incisiva delas – *Veja* questiona Bornhausen a respeito da sua postura em relação a José Serra, então um dos pré-candidatos à presidência do PSDB na eleição de 2006.

“Veja – Em 2002, o senhor atribuiu ao então candidato Serra a responsabilidade pelas denúncias que destruíram a candidatura de Roseana Sarney à Presidência. O senhor ainda acha que ele foi responsável pelo episódio?”

Bornhausen – Um dia, o Serra pediu para me visitar no Senado. A conversa começou justamente por aí. Ele disse que queria esclarecer sua posição. Respondi que não era preciso, porque não se faz política olhando para o retrovisor. (...)” (Anexo 1).

Mais quatro das questões são referentes a análises do senador sobre a conjuntura das eleições que se dariam em outubro de 2006. Na maior parte das perguntas, entretanto, *Veja* faz perguntas que servem de simples escadas para a opinião do seu entrevistado – “Por que a oposição em geral evita investigar o presidente Lula e o ministro da Fazenda, Antonio Pallocci?” (Anexo 1) – ou para que ele se explique a respeito de alguma declaração polêmica passada – “O que o senhor quis dizer quando se declarou ‘encantado’ com a possibilidade de tornar-se ‘livre dessa raça pelos próximos trinta anos’, ao referir-se aos petistas?” (Anexo 1). São seis, das quinze questões, formuladas de forma que o entrevistado possa discorrer livre de contrapontos.

4.1.2 Osmar Serraglio

De todas as entrevistas analisadas neste trabalho, a de Osmar Serraglio, deputado federal e relator da CPI dos Correios – é a que mais se aproxima de uma simples e burocrática relação entre um veículo e uma fonte oficial. *Veja* inicia a entrevista com um texto perspicaz a respeito da trajetória de Serraglio na CPI.

“O deputado Osmar Serraglio, do PMDB do Paraná, não foi escolhido por acaso para relatar a CPI dos Correios. Até junho do ano passado, quando as investigações começaram, Serraglio era o perfil ideal para conduzir um trabalho que, aparentemente tinha o objetivo de não apurar nada. (...) As investigações conduzidas por Serraglio, no entanto, já levaram à cassação do mandato do deputado José Dirceu e à renúncia do deputado José Borba, o seu padrinho.” (ANEXO 3)

No entanto, o que segue são onze, dentre quinze questões, consideradas escadas. *Veja* pergunta, se aproveitando da forma honesta e objetiva com que Serraglio fala das investigações a cerca de nomes do alto escalão do governo, sobre a opinião pessoal de Serraglio e o destino na CPI dos principais nomes envolvidos no escândalo do mensalão. Serraglio também não faz cerimônia para criticar o presidente Lula praticamente a convite de *Veja*, já que não há sequer uma pergunta por parte da revista em alguns casos.

“Veja – O presidente Lula disse na televisão que não acredita na existência do mensalão.

Serraglio – O presidente está errado ao dizer que não existem provas do mensalão. É um absurdo. Eu sou advogado. O tesoureiro do PT confessa ter distribuído dinheiro a deputados, líderes e presidentes de partidos da base aliada. Há extratos bancários demonstrando isso. Há a confissão e a renúncia de líderes e presidentes de partidos. Há coincidências de repasse de dinheiro com a mudança de parlamentares de partido e com votações de interesse do governo. Só o PL, que deu o vice a Lula, recebeu 24 transferências em menos de seis meses de 2003. São pagamentos semanais, contínuos, em valores muito semelhantes. Como é que não existem provas do mensalão?” (ANEXO 3)

As cinco perguntas combativas, nesse caso, referem-se a quatro questões a cerca da ineficácia de outras CPIs. É a primeira deste grupo em que *Veja* questiona a eficácia das instituições públicas. Aqui, faz crítica ao Congresso e de suas CPIs que costumam, de acordo com *Veja*, a terminar em um acordo entre as partes para que partido nenhum saia prejudicado, a chamada “pizza”.

“Veja – Há meia dúzia de bancos que não entregaram dados confiáveis à CPI. Como uma CPI pode ser exitosa se não tem força sequer para conseguir que meia dúzia de bancos entreguem documentos idôneos e confiáveis?”

Serraglio – Todos esses bancos nos procuraram para afirmar que entregarão os documentos. Há uma deficiência técnica no sistema que eles prometem sanar. Não vamos concluir a CPI sem esses dados. Se necessário, vamos ao Banco Central apreender, fazer o que for necessário.” (ANEXO 3)

Na última das suas questões combativas, *Veja* faz apenas o papel de “advogado do diabo”, confrontando Serraglio novamente com uma afirmação, e não um questionamento. A pergunta original se referia aos crimes dos quais os membros do governo seria acusado pelo relatório final da CPI.

“Veja – José Dirceu?”

Serraglio – Corrupção.

Veja – Corrupção?

Serraglio – Corrupção.

Veja – Mas Dirceu vive dizendo que não existem provas contra ele.

Serraglio – Prova não é só documento. Há muitos testemunhos contra ele. Nenhuma das negociações escusas com os partidos se concluiu sem a anuência de Dirceu. (...)” (ANEXO 3)

4.1.3 Geraldo Alckmin

Veja faz uma entrevista que se inicia bastante combativa ao analisar uma a uma as falhas mais comentadas na campanha do então candidato à presidência da República.

“Veja – Também se ouve dizer que sua campanha padece de amorismo, que mais parece uma campanha para prefeito do que para presidente.

Alckmin – Quando concorri ao governo de São Paulo, foi a mesma coisa. Diziam que a campanha era pobre, que não tinha equipe, material. Esse é o meu jeito e eu não vou mudar.” (ANEXO 12).

Das sete perguntas consideradas combativas, apenas duas não se referem às falhas da campanha: uma a respeito dos 40 vestidos que a esposa teria recebido de um estilista e outra que não chega a ser uma pergunta franca, apenas uma leve provocação a respeito dos boatos de que Geraldo Alckmin faria parte da corrente da Igreja Católica chamada de Opus Dei, rumor que não devia sequer ser conhecido por boa parte dos leitores da entrevista.

“Veja – Um assessor seu contou que, diariamente, o senhor extrai de um livrinho frases para nortear seu dia.

Alckmin – Eu vario muito de livro. Andava com um que se chamava 30 Dias com Mahatma Gandhi. Tinha uma folha para cada dia do mês, cada uma com duas reflexões: uma para ler de manhã e outra para encerrar o dia. (...)

Veja – Haviam dito que o livro que o senhor usava era Caminho (de Josemaría Escrivá de Balaguer, fundador da Opus Dei).

Alckmin – Esse eu tenho também, ganhei do meu pai. Mas ultimamente não tenho lido, não.” (ANEXO 12).

A entrevista, entretanto, a partir da sua segunda metade é a que contém as perguntas escada mais evidentes, que basicamente se limitam a perguntar o que o candidato faria no lugar do presidente em praticamente todas as questões em que *Veja* discorda da política do presidente Lula no atual governo. Isso aparece de forma mais evidente em perguntas como a seguinte.

“Veja – Em 2005, descobriu-se que a empresa do filho do presidente Lula, Lulinha, recebeu um investimento de 5,2 milhões de reais da Telemar, que tem dinheiro público em seu capital. O que o senhor teria feito no lugar do presidente?”

Alckmin – Numa república, todos estão sujeitos à lei. Outro dia, eu ouvi de alguém: "Olha, não se fala da esposa do fulano". Para mim, não. Comigo, não tem acordo. Tem de investigar, investigar todo mundo.” (ANEXO 12).

E também em outras em que *Veja* igualmente discorda da política de governo, mas não explicita isso na formulação da pergunta. Alckmin é colocado hipoteticamente na presidência da República – “O que o senhor teria feito no lugar do presidente?” (Anexo 14) – frente a pelo menos quatro polêmicas que ocorreram ao longo do governo Lula: a apropriação das instalações da Petrobras pelo governo boliviano, o uso de dinheiro público em empresas familiares, as invasões do Movimento Sem-Terra e as relações comerciais entre países do Terceiro Mundo. Em momento nenhum da entrevista, o governo realizado pelo PSDB de 1994 a 2002 é citado. Tampouco *Veja* cita qualquer dos políticos da base aliada de Alckmin.

4.1.4 Marco Aurélio Mello

Entre as cinco entrevistas a serem analisadas neste grupo, a realizada por Marco Aurélio Mello é a que mais se aproxima dos ideais propostos por teóricos como David Vidal, que vê a entrevista como um diálogo assimétrico, em que as partes têm diferentes interesses no que querem expor a público. Sem se ater ao perfil do presidente do TSE, *Veja* realiza uma entrevista com ênfase na repercussão das medidas do Supremo como contraponto às opiniões pessoais de Mello, que se esforça, por sua vez, a apenas dar ênfase no rigor da instituição que representa – no caso, o lado do TSE que o ministro tem interesse em ressaltar. Seguem dois exemplos.

“Veja – Ao tomar posse na presidência do TSE, o senhor fez um discurso deplorando o cinismo das autoridades, as mentiras deslavadas, as explicações grosseiras e concluindo que somos o país do faz-de-conta.

Mello – Os últimos acontecimentos políticos revelam essa desfaçatez. Os escândalos estão nas manchetes e algumas autoridades preferem fazer de conta que eles não existiram. Outras fazem de conta que não sabiam de nada, esperando que o eleitor também faça de conta que não entendeu o que está acontecendo. (...)

Veja – O Supremo Tribunal Federal, ao impedir depoimentos nas CPIs, autorizar testemunhas a ficar caladas ou proteger o sigilo bancário de suspeitos, não deu uma contribuição decisiva para a criação desse ambiente de faz-de-conta?

Mello – O problema é que a corte caiu quase numa automaticidade, como se jurisdição fosse bateção de carimbo. Não é. Não podemos generalizar as definições. No caso do mandado de segurança do ex-ministro José Dirceu, por exemplo, o tribunal deu uma decisão preventiva, que obviamente interferia no processo do Legislativo. Fui contra, mas fiquei sozinho. (...)” (ANEXO 13)

“Veja – O senhor acredita então que no campo ético estas eleições serão realmente diferentes?

Mello – (...) O sentimento de impunidade está excomungado. Isso eu garanto. No que depender da Justiça Eleitoral, nós teremos uma eleição com tratamento igualitário aos candidatos e, quem sabe, dependendo muito dos eleitores, teremos também um outro Brasil que não este que estamos vivenciando.” (ANEXO 13)

Pode-se condenar *Veja* por novamente pela sua escolha editorial, ou seja, por ter feito novamente uma entrevista em que fez duras críticas ao atual governo e a uma das suas instituições mais fortes, a Justiça Eleitoral. A postura que *Veja* mostra nessa entrevista, entretanto, é a que se mostra mais propícia à troca de idéias, para o diálogo e, conseqüentemente, para um resultado final mais ético do ponto de vista jornalístico e mais informativo para os seus leitores. Se agisse de forma tão implacável também frente a entrevistados com pontos de vista mais afinados com a revista, teria uma forma mais eficaz para mostrar a força dos seus próprios argumentos.

3.1.5 Sílvia de Abreu

Uma das posturas a serem louvadas nas entrevistas de *Veja* é a busca por especialistas em cada área, sem lugar para opiniões destinadas a temáticas as quais os entrevistados não dominam. Por isso mesmo, essa entrevista com Sílvia de Abreu é uma exceção cabível de análise.

O paulistano Sílvia de Abreu é autor de telenovelas na TV Globo, e fora entrevistado em meio ao sucesso de *Belíssima*, que ocupava o horário das 21h na grade da emissora. A

relação peculiar que fez entre a boa aceitação de seus vilões e a crise ética na política brasileira, entretanto, agradou tanto à revista que cerca de um terço da entrevista é dedicada a essa temática. Também foi essa parte que *Veja* destacou no olho da matéria, na citação em destaque e no título da entrevista – *A moral está torta* –, o mesmo título, por sua vez, que *Veja* usara na capa da edição de 29 de março de 2006. Quando o autor, na primeira pergunta, conclui dizendo que “o público me fez pensar que a moral do país está em fragalhos” (Anexo 14). O entrevistador de *Veja* pergunta um “será que está?” (Anexo 14) para em seguida o autor discorrer sobre o tema com a resposta mais longa entre todas as entrevistas analisadas nesse trabalho. Na terceira pergunta, Abreu conclui o raciocínio.

“Numa parte da pesquisa (de opinião, sobre a novela), as espectadoras apontaram com qual personagem se identificavam, e a maioria simpatizava com a Júlia, é claro. Mas havia colocações do tipo: ‘Quero ser a Júlia porque aí eu pago mensalão para todo mundo e ninguém me passa a perna’. Olhe que absurdo: a esperteza desonesta foi vista como um valor. (...) Eu me vi na obrigação de fazer alusões a essa inversão de valores em *Belíssima*. Quando a Bia Falcão reapareceu e disse com a maior cara-de-pau que sumiu porque estava de férias numa fazenda, ficou óbvio para todo mundo que ela estava mentindo. Mas, como Bia se impõe pela autoridade, os personagens engoliram a desfaçatez.” (ABREU, Anexo 14).

A relação de Sílvio de Abreu entre a política brasileira e a telenovela deveria, então, ser cortada da entrevista? De forma alguma. A relação é válida e, inclusive, viria a ser usada por um jornalista, Franklin Martins, como exemplo para confrontar o próprio presidente Lula, durante um dos debates na campanha eleitoral, a respeito da suposta crise ética do Brasil. O que é condenável por parte de *Veja*, novamente, é a ausência de qualquer contraponto. Ao identificar um discurso afinado com o da própria revista, não se questionou, por exemplo, se o carisma de determinados atores – como Fernanda Montenegro, intérprete de Bia Falcão – não influenciam nessa simpatia com o público. Renata Sorrah, por exemplo, na novela anterior a *Belíssima* – *Senhora do Destino* – matava outros personagens a tesouradas e era igualmente popular com o público. Não se falou na época, no entanto, em crise ética nacional, mas em qualidade de interpretação.

4.2 Economia: Educação + Liberalismo = Otimismo

Quando Tales Alvarenga fala que há um esforço por parte de *Veja* para que os entrevistados sejam, ao menos em dois terços dos casos, especialistas do exterior – e que isso serve para “arejar” o debate com novas perspectivas – é a blocos como esse, de entrevistas a respeito de economia, provavelmente que o ex-chefe de redação de *Veja* se refere. Aqui, temos entrevistas com dois economistas propriamente ditos – o brasileiro Paulo Guedes e o indiano Vinod Thomas –, com o empresário italiano Luca Cordero di Montezemolo, com a presidente do Chile, Michele Bachelet, e com o jornalista americano Norman Gall. Mas o que, a princípio, sugere uma pluralidade de idéias, na verdade resulta no bloco mais coeso em relação a pontos de vista convergentes.

Diferentemente da política, entrevistas a respeito de economia são naturalmente mais propícias a análises de observadores, e não exatamente de personagens. Neste bloco, por exemplo, podemos afirmar que os únicos que se enquadram no papel de “ator” no cenário econômico são o empresário italiano Montezemolo e a presidente Bachelet. Os demais se limitam a analisar a atual conjuntura nacional e mundial da economia. Nestes casos, é mais natural e honesto que as perguntas sirvam mais para expor as idéias dos entrevistados de que para confrontá-los. Por isso não se fará uma análise tão dura quanto a feita no bloco anterior a cerca da ausência de perguntas combativas em detrimento de perguntas escada. Quando se entrevista um especialista – e o teórico Gordon Pask ressalta bem que a estrela de uma entrevista é sempre o seu entrevistado – a metodologia mais adequada a ser utilizada é conduzir as perguntas de forma que o entrevistado exponha seus pontos de vista da forma mais clara possível para o leitor. O que, entretanto, não isenta a revista de buscar entrevistados com pontos de vista diferentes uns dos outros – algo que simplesmente não ocorre neste bloco de entrevistas sobre economia.

Os entrevistados de *Veja* se apresentam primeiramente como otimistas em relação a atual situação do Brasil na economia. Para que suas boas perspectivas para o país se confirmem, entretanto, todos apontam para o mesmo caminho – maior liberalismo econômico e reformas que reduzam os gastos públicos. Também é na área da economia que os entrevistados de *Veja* são menos críticos ao governo Lula. Três deles concordam que o Brasil está no caminho do certo, o quarto – o economista Paulo Guedes – reconhece alguns acertos e Michele Bachelet declara ver o Brasil como “uma potência econômica importante e um fator

de estabilidade, de desenvolvimento e de integração na região (América Latina)” (BACHELET, Anexo 10). Todos eles – exceto Bachelet, que como boa política se esquivava de críticas a outros governantes mesmo quando recebe a oportunidade de *Veja* – fazem as maiores críticas nesse aspecto a pouca velocidade das medidas do governo, mas não julgam as medidas do governo na área equivocadas.

“O potencial é enorme. O Brasil está tão longe da fronteira de produção, com 50 milhões de pessoas fora do mercado, excesso de impostos, enrijecimento institucional e disfunções burocráticas, que, se houver uma desregulamentação, o país crescerá 12% ao ano durante dez anos seguidos.” (GUEDES, Anexo 2).”

“Não podemos esquecer os progressos já alcançados. O Brasil segue sendo um país de aspirações. Se tomar a decisão estratégica de por um longo prazo concentrar seus esforços no sentido de melhorar a qualidade do ensino público e da infra-estrutura física – estradas, portos, energia elétrica, saneamento –, podemos prever um futuro brilhante para o país.” (GALL, Anexo 4)”]

“Acho que o Brasil é um país que se encontra na metade do caminho de um grande desafio. Mas sou otimista. Pegue-se o exemplo de Lula: uma pessoa que tem uma imagem de esquerda e, quando chega ao governo, monta uma forte equipe econômica e tenta fazer reformas que vão na direção de mais economia, mais liberdade.” (MONTEZEMOLO, Anexo 8)

“Arrisco-me a dizer que as possibilidades do Brasil são até melhores que as da China e as da Índia, a médio prazo. Para continuarem seus ciclos de crescimento com confiabilidade e sustentabilidade, os dois países asiáticos terão de fazer verdadeiras revoluções em algumas áreas. (...) Realmente, às vezes pequenas reformas são mais difíceis de aprovar do que grandes reviravoltas políticas. Mas acho que 2006 é um ano de ouro para aprofundar essa discussão. (...) Se o Brasil não fizer suas reformas rapidamente, corre o risco de ficar para trás.” (THOMAS, Anexo 10).

Outro ponto em comum entre três das entrevistas de *Veja* neste bloco é a necessidade de maior investimento em educação para que o Brasil cresça economicamente. O exemplo da Coreia do Sul é apresentado em duas delas. É um setor, de acordo com os entrevistados, que precisa de maior investimento e de maior atenção para o ensino de base.

“A riqueza de um país é construída em cima do capital educacional de seus indivíduos, do capital organizacional de suas empresas, do capital institucional de sua classe política e da ação descentralizadora do Estado atacando os problemas de desigualdades de oportunidades, desigualdades educacionais, desigualdades de renda. É nisso que o Brasil tem de apostar.” (GUEDES, Anexo 2)

“A outra diferença no caso coreano é o investimento maciço em recursos humanos, via revolução educacional. Os coreanos fizeram a coisa certa, que foi investir em todos os níveis, enquanto o Brasil concentrou seus recursos na educação superior. (...)A realidade é que, no caso da educação, não há escolha a fazer. Deve-se investir tanto no básico quanto no nível superior – ambos são importantes.” (THOMAS, Anexo 10)

“Há quarenta anos, a Coréia do Sul era um país muito mais pobre que o Brasil. Hoje é muito mais rico. Os coreanos gastam com aposentadorias apenas um quarto do que gastam com educação. (...)A educação é o desafio que ou o Brasil resolve ou terá seus problemas eternizados. O fato de que os brasileiros mais pobres tenham uma média de apenas 3,4 anos de escolaridade é chocante. Mas, para mim, mais chocante ainda é que os 20% mais ricos tenham apenas 10,3 anos de escolaridade. Uma elite com tão pouca instrução não será capaz de operar uma sociedade complexa.” (GALL, Anexo 4).

“O Brasil gasta com um aluno do curso primário um quinto do que gasta a Grã-Bretanha. Mas gasta com um aluno universitário duas vezes mais que a Grã-Bretanha.” (GALL, Anexo 4)

4.2.1 Paulo Guedes

Uma semana depois de entrevistar o presidente do Partido da Frente Liberal (PFL), Jorge Bornhausen, *Veja* publica no dia 18 de janeiro de 2006 a entrevista intitulada *Liberal sem medo*, com o economista Paulo Guedes. Guedes tem um discurso radicalizado de tudo o que é dito nas demais entrevistas. Para ele, por exemplo, “os mercados são a maior máquina de inclusão social já descoberta.” (ANEXO 2). Opiniões sobre aspectos da economia que ele dispõe em suas falas depois poderão ser vistas em entrevistas deste e de outros blocos. Enquanto os demais entrevistados criticam suavemente o ritmo lento das reformas liberais na economia brasileira em relação ao resto do mundo, Guedes escancara essa crítica ao falar sobre o tema, reduzindo os atuais personagens do cenário político brasileiro a “ecos do passado no nosso firmamento”.

“*Veja – Por que as reformas não andam?*

Guedes – Quem estudou um pouquinho de física sabe que as estrelas que a gente vê à noite não existem mais. São luzes emitidas há bilhões de anos. Mas quando se olha o firmamento brasileiro vê-se a luz de um professor auto-exilado porque lutou meritoriamente contra o regime político. E a de um sindicalista corajoso, brasileiro, que enfrentou os cães na porta da fábrica. Eles merecem brilhar no nosso firmamento. Mas são ecos do passado. Essa noite não existe mais, tem coisa nova acontecendo. Não há dúvida de que quem está promovendo a reconstrução econômica em todo o mundo é a liberal-democracia. Desde o pós-guerra. Quem fez a reconstrução econômica da Inglaterra, que tinha se tornado uma nação irrelevante? Lamentavelmente, para o desprazer de muita gente, foi uma senhora chamada

Margaret Thatcher (primeira-ministra britânica que liderou a reforma do Estado em seu país na década de 80).” (ANEXO 2)

Veja, como fez com Bornhausen, limita suas críticas aos liberais por eles não assumirem suas posições como “direitistas”. Diante dos rótulo “liberal-democracia”, usado por Guedes para se referir a governos que radicalizem em atitudes neoliberais – atitude que apóia, e “social-democracia”, que seria a forma como o Brasil vem sendo governado a 20 anos com variações insignificantes de um governo para o outro, *Veja* questiona o uso eufemístico da expressão.

“Veja – O senhor fala em social-democracia e liberal-democracia. Por que não esquerda e direita, simplesmente?”

Guedes – Esquerda e direita são rótulos que ainda subsistem em países atrasados, entre os quais eu incluo o Brasil. Nos desenvolvidos, as duas forças hegemônicas são a social-democracia e a liberal-democracia. O socialismo é uma utopia que se tornou irresistível para os intelectuais, apesar de ser um equívoco intelectual completo.” (ANEXO 2)

Ademais, vale ressaltar a opinião de Guedes sobre as mazelas causadas pela globalização, em um das únicas oportunidades em que *Veja* confronta – ainda que sutilmente – o entrevistado com o contraponto das suas idéias.

“Veja – Mas há perdedores na globalização.”

Guedes – É questão de ponto de vista. Quando há maior penetração de comércio global, há uma tendência à equalização dos salários. Então o americano ou o brasileiro que trabalham numa montadora vão ganhar menos, mas o salário do chinês que passa a ter emprego numa montadora na China vai subir. Quem olha com uma visão local diz que o capitalismo está destruindo salários e empregos. Mas quem está olhando o mundo fala assim: o salário do americano caiu 30 dólares e subiu 1 dólar o salário de 1 milhão de chineses. O capitalismo não está espoliando. Está redistribuindo. Só que quem está no Brasil assiste ao salário caindo e ao juro lá em cima e diz: a culpa é do neoliberalismo. Mas se você perguntar a um chinês o que ele acha do neoliberalismo ele vai responder: ‘Neoliberalismo, sim, muito bom’.” (ANEXO 2).

4.2.2 Norman Gall

Gall é um jornalista americano que se especializou em estudar e combater mazelas sociais na América Latina. Radicado no Brasil desde 1977, ele revela a *Veja* um ponto de

vista otimista para o país e fala basicamente na entrevista sobre educação. O motivo de estar sendo analisada neste bloco de entrevistas é devido às respostas a respeito da necessidade de readequação dos gastos públicos com maciços investimentos na educação. Da mesma forma como Paulo Guedes dá maior destaque ao neoliberalismo como solução para os problemas do Brasil e os demais entrevistados deste bloco dão declarações que remetem a suas idéias, Gall também tem um discurso exacerbado sobre educação que é apontado pelos demais entrevistados como umas das soluções para o crescimento econômico nacional.

Sobre a postura de *Veja* nesta entrevista, as críticas se limitam ao otimismo exagerado do entrevistado. Em questões como a experiência contra a violência na cidade de Diadema – na qual o entrevistado trabalhou depois de assistir na televisão a policiais interrogando e baleando suspeitos na Favela Naval –, ou quanto a postura da elite social brasileira de dar pouco caso à educação, há pouco a se fazer além de dar voz ao entrevistado. Ao falar sobre economia – que é o que nos convém analisar – Gall mostra um discurso afinado com os demais entrevistados de *Veja*, clamando por reformas.

“Veja – Até agora, o senhor tem falado nas coisas boas do Brasil. E os defeitos?”

Gall – Muitos nascem de arranjos institucionais defeituosos. Um deles é a rigidez da legislação trabalhista. Ela impede a geração de empregos. Outro é o excesso de gastos com a Previdência. O Brasil gasta com ela duas vezes mais do que com educação. Isso tem uma consequência perversa: o Brasil é um país jovem que investe mais nos velhos, mais no passado do que no futuro. O gasto com aposentadorias seria perfeitamente aceitável se representasse uma proteção aos pobres e contribuísse para a distribuição de renda. Mas não – 61% destinam-se à quinta parte mais rica da população. Para ter uma medida de comparação, nos Estados Unidos não mais que 26% das aposentadorias vão para os mais bem aquinhoados.

Veja – Como corrigir isso?”

Gall – A solução básica, adotada em outros países, é aumentar a idade mínima de aposentadoria. Esse processo já começou no Brasil, mas esbarra em resistências fortes. Aproximadamente 40% dos gastos com aposentadorias e pensões no Brasil contemplam o setor público. Isso significa que esses 40% beneficiam apenas 3 milhões dos 26 milhões de aposentados e pensionistas (...).” (ANEXO 4).

4.2.3 Luca Cordero di Montezemolo

O bolonhês Montezemolo é presidente mundial da Fiat e da Ferrari. Na entrevista que concedeu à revista *Veja*, respondeu a perguntas desde a política italiana até a Fórmula 1. Por ser empresário, entretanto, respondeu a questões sobre macroeconomia e sobre o Brasil que convém serem analisadas. A semelhança de Paulo Guedes, Montezemolo cita a política

econômica reformista de Margareth Thatcher como um modelo a ser seguido. Desta vez não pelo Brasil, mas pela Itália.

“(…) A contraposição excessiva entre direita e esquerda coloca em risco a possibilidade de que essas reformas se concretizem. Para que ocorram, é fundamental o apoio das duas facções. Temos de seguir o exemplo da Inglaterra, onde o interesse nacional passou a prevalecer sobre o aspecto ideológico.” (MONTEZEMOLO, Anexo 8).

“Meu papel, como presidente da confederação de empresários da Itália, é dar um empurrão em direção à modernização, ainda que isso aborreça alguns industriais, que gostariam de mais protecionismo.” (MONTEZEMOLO, Anexo 8).

Em duas oportunidades, *Veja* expõe ao entrevistados problemas que vê no ramo automobilístico no Brasil. O empresário clama pelas mesmas reformas de sempre: mais liberalismo, com menos impostos para empresas. Propõe o modelo europeu – de menos impostos sobre a mercadoria e mais sobre taxas de uso.

“Veja – Os carros são muito caros no Brasil.

Montezemolo – O problema é que existem impostos demais embutidos no preço de compra do automóvel e relativamente poucos na parte que se refere à sua utilização – combustível, seguro etc. É o contrário do que deveria ser. Se se conseguisse inverter esse estado de coisas, diminuindo os impostos sobre a aquisição e, em contrapartida, aumentando as taxas sobre o uso do automóvel, haveria muitos e muitos brasileiros que se permitiriam comprar um carro. Na Europa funciona desse jeito.

Veja – Diminuir impostos no Brasil? Parece impossível.

Montezemolo – Sim, e esse é um erro. Porque a redução dos impostos permitiria não só à Fiat como a todas as montadoras instaladas no Brasil crescer mais e, assim, realizar mais investimentos e gerar mais empregos.” (ANEXO 8)

Por fim, o empresário faz coro a todos os entrevistados, mostrando-se contente com o presente no Brasil e otimista em relação ao futuro.

“Veja – Nos próximos três anos, a Fiat investirá 1,5 bilhão de dólares em sua operação brasileira. Quais serão as áreas privilegiadas?

Montezemolo – Fabricação de novos modelos, pesquisa de combustíveis alternativos e tecnologia para economia de consumo. Queremos crescer também no setor de máquinas agrícolas. O que me dá prazer não é só o fato de sermos líderes do mercado brasileiro, algo importantíssimo, e de nossa unidade produzir carros com um nível máximo de qualidade.” (ANEXO 8).

“Não é possível ignorar o Brasil. O país adquiriu alguma estabilidade e está se tornando um líder na América do Sul. Sua voz agora se faz ouvir em fóruns importantes, como a Organização Mundial do Comércio. Em relação ao nosso negócio, as possibilidades do mercado brasileiro são enormes.” (MONTEZEMOLO, Anexo 8).

4.2.4 Michele Bachelet

Pelo cargo executivo na política que exerce, talvez fosse possível enquadrar a entrevista com Michele Bachelet no bloco destinado a conversas sobre tal temática. Isso não foi feito por dois motivos: o primeiro é que todas as entrevistas sobre política falam sobre a conjuntura brasileira, mais especificamente para criticar o atual governo e a crise política em que se meteu. Michele Bachelet, como se vê a seguir, evita qualquer crítica aos governos de outros países, preferindo analisar e valorizar o que eles têm em comum de positivo. Assim que *Veja* detecta essa postura da entrevistada, não volta mais ao tema.

“Veja – Como a senhora vê as diferentes formas de esquerda atualmente disputando o poder na América Latina?”

Bachelet – O que vejo são governos eleitos de maneira legítima, que poderiam ser qualificados de progressistas e têm em comum o objetivo de conseguir para seus povos melhores condições de vida, mais justiça, mais segurança, mais paz e mais igualdade. Obviamente cada país é diferente e, por isso, as estratégias podem ser diferentes. (...) (Anexo 9).

Veja – Que presidente latino-americano, em sua opinião, se enquadra melhor nessa definição?

Bachelet – Não gosto de classificar. Temos governos eleitos recentemente ou já eleitos há algum tempo que compartilham os objetivos de que falei. Eu vou trabalhar com todos, qualquer que seja o seu signo, de maneira positiva.” (Anexo 9).

O segundo motivo é que o Chile é apresentado por *Veja* como modelo a ser seguido. Desde o título – *País de baixo risco* – a entrevista se mostra propensa a exaltar o modo econômico como o Chile é gerido. A grande contribuição das respostas de Bachelet para o conjunto coeso de idéias que compõe esse grupo é se mostrar um país de Terceiro Mundo próspero onde as reformas liberais propostas pelos demais entrevistados para o Brasil foram

aplicadas e, se demoraram para dar certo, foi pela maneira autoritária como se deram os processos. A necessidade das reformas, entretanto, é reconhecida por Bachelet.

“Veja – Quando as reformas foram feitas por Pinochet, a senhora já as considerava necessárias?”

Bachelet – Fui uma grande crítica da municipalização, por exemplo. Hoje vejo que, como conceito, não era ruim. Sim, reconheço que algumas mudanças eram necessárias. Pinochet pôde fazer com facilidade porque tinha o poder absoluto. Eu acredito que em uma democracia é preciso buscar mecanismos para convencer os outros da necessidade de fazer algo. Os processos políticos, para ser bem-sucedidos, têm de contar com a vontade da cidadania, e por isso eu prefiro a democracia.” (Anexo 9)

Certamente colabora para o chamado “arejamento” de idéias, do qual fala Tales Alvarenga, ter uma política socialista eleita por uma aliança de centro-esquerda falando bem de acordos comerciais de livre-comércio e de ter nos Estados Unidos um bom parceiro para tal. Para isso, a pergunta faz uma série de perguntas escada da qual está cansada de saber as respostas, mas convém mostrar aos seus leitores.

“Veja – O governo brasileiro adotou posição firme contra a Alca, a área de livre-comércio proposta pelos Estados Unidos. Qual é a posição de seu governo?”

Bachelet – (...) Eu estava presente quando o presidente Lagos (ex-presidente chileno) apresentou, na reunião de Mar del Plata, sua tese de que poderíamos avançar, pelo menos, para uma espécie de Alca básica. Os requisitos necessários para isso já são cumpridos pela maioria dos países. Depois, aos poucos, poderíamos ver como melhorar os níveis de integração e dos acordos, sempre respeitando a diversidade e as diferenças existentes entre os países.

Veja – Na sua opinião, os Estados Unidos são um perigo ou um parceiro?”

Bachelet – Nós, chilenos, temos uma boa relação com os Estados Unidos. Conseguimos firmar com eles acordos comerciais de muito bom nível. Nosso tratado de livre-comércio vai muito bem. (...)” (Anexo 9)

4.2.5 Vinod Thomas

Economista e diretor do Banco Mundial no Brasil, o indiano Vinod Thomas, deste bloco de entrevistas, é quem mais dialogou com *Veja* a cerca de suas opiniões. Foi quem mais teve que responder por comparações propostas pela revista e quem mais teve seu ponto de vista otimista questionado. Nas soluções para os principais problemas do país na área

econômica, entretanto, houve pouca diferença dos demais entrevistados: propõe uma série de reformas, liberalismo econômico e investimentos em educação.

“(…) Não há nenhuma revolução envolvida, apenas quatro ou cinco áreas de reforma. A boa notícia é que são mudanças que se retroalimentam, criando um círculo virtuoso. A primeira seria resolver a questão fiscal do governo, centrando nas questões tributária e previdenciária. A segunda seria melhorar a qualidade dos gastos públicos e investimentos. A terceira seria otimizar os recursos destinados às áreas de educação e saúde. Uma quarta questão seria formular uma política inteligente para a exploração de recursos naturais de uma forma sustentável. Claro que, para viabilizar tudo isso, o Brasil teria de fazer uma reforma política.” (THOMAS, Anexo 10)

“A comparação com a Coréia é apropriadíssima, pois os dois países tiveram, na mesma época, um modelo de desenvolvimento parecido, com um investimento alto do Estado na economia. A diferença, no caso coreano, é que as empresas subsidiadas eram obrigadas a competir no mercado externo, e por isso se tornaram eficientes. No Brasil, ao contrário, elas tinham o mercado interno protegido, criando uma dependência do subsídio estatal que, no limite, endividou o país.” (THOMAS, Anexo 10)

A grande tese de Thomas é a de que o Brasil tem maior capacidade de crescimento do que gigantes asiáticos como China e Índia. *Veja* confronta de forma franca as idéias do entrevistado, como se vê pela seqüência de perguntas relacionadas.

“*Veja* – Quais as razões de seu otimismo com o Brasil?

(…)

Veja – A ponto de concorrer com Índia e China, as grandes estrelas da economia mundial na atualidade?

(…)

Veja – A Índia já é uma democracia...

(…)

Veja – Os desafios do Brasil, na sua opinião, são mais simples?

(…)

Veja – Isso quer dizer que não é tão simples assim...” (Anexo 10)

Depois de uma entrevista bastante competente no sentido de dialogar com o entrevistado, esmiuçando seus pontos de vista, *Veja* finaliza a entrevista dando espaço para o viés otimista de praxe das entrevistas com a temática econômica.

“*Veja* – Além de aprender com o exemplo de outros países, o Brasil tem alguma lição a dar ao mundo?

Thomas – Eu acredito que sim. O sistema político descentralizado gerou soluções criativas em praticamente todas as áreas. Poucos países têm a diversidade de experiências que tem o Brasil. Sobre como combater a pobreza, temos o caso do Ceará. Minas Gerais deu exemplos de bom gerenciamento do governo. A Bahia, de como atrair investimentos. Santa Catarina e Paraná deram lições de como crescer com sustentabilidade, preservando os recursos naturais. Pernambuco desenvolveu um modelo bem-sucedido na criação de um pólo tecnológico. Além de aprender com outros países, o Brasil deve levar em consideração suas próprias experiências, seguir seu próprio estilo.” (ANEXO 1)

4.3 Ocidente X Oriente: das caricaturas às guerras

Em meio a revolta de países muçulmanos frente a publicação de charges do Profeta Maomé em jornais dinamarqueses, *Veja* entrevista o primeiro dos quatro entrevistados que falam à revista sobre os conflitos entre o Oriente e o Ocidente, da cultura ao terrorismo. São eles: o filósofo muçulmano suíço Tariq Ramadan, o filósofo americano Kwane Anthony Appiah (filho de pai africano e mãe inglesa), a assessora de George W. Bush, Karen Hughes, e o ensaísta holandês Ian Buruma. Nessa temática, em particular, é interessante visualizar a constituição de um bloco com boa pluralidade de idéias.

Embora tenham pontos de vista em comum – como a necessidade de se estabelecer pontes entre os dois mundos, os benefícios da miscigenação cultural e o fundamentalismo como uma distorção dos reais ensinamentos do Islã –, os entrevistados divergem em outros tantos. Tariq Ramadan e Ian Buruma, por exemplo, divergem claramente sobre o papel da pobreza na geração de um pensamento radical no mundo islâmico.

“(…) Os israelenses não vivem, como 80% dos árabes, na miséria e ignorância. Eles não têm as mesmas frustrações, tampouco o sentimento paranóico de estar sendo ameaçados, continuamente, pelos países ocidentais. (...) Miséria e ignorância propiciam reações populares puramente emocionais. É mais fácil para os governos locais, sob pressão para abrir sua sociedade e adotar a democracia, direcionar essa fúria para longe deles e na direção do Ocidente.” (RAMADAN, Anexo 5)

“A pobreza não ajuda, claro. Mas há locais muito mais pobres ao redor do mundo onde esse fenômeno (*o chamado ‘ocidentalismo’, uma visão deformada e odiosa do Ocidente*) não se verifica. Comparados com a maioria da África central e meridional ou com vastas porções da Índia, países como a Arábia Saudita e o Egito são relativamente prósperos. Não creio, portanto, que a pobreza esteja entre as causas principais. E vale notar que os líderes desses movimentos não costumam ser pobres. Geralmente, vêm das camadas privilegiadas e educadas.” (BURUMA, Anexo 11)

Obviamente, os entrevistados também divergem quando o assunto são as invasões americanas ao Iraque e ao Afeganistão. Afinal de contas, a subsecretária de Estado para Diplomacia Pública está nesse grupo de entrevistas ao lado de um filósofo muçulmano. A problemática da guerra, no entanto, é reduzida ao enfoque em que cada entrevistado dá à questão. Buruma, por exemplo, analisa a invasão do Iraque pelo ponto de vista do “ocidentalismo”, conceito que explora no seu livro como uma visão deformada e odiosa dos

valores ocidentais. Já Hughes gosta de enfatizar o que pode vir a evoluir em um país depois da invasão.

“Para os ocidentalistas, a invasão do Iraque foi ótima. Eles vêem a guerra como uma confirmação de sua visão de mundo. É muito fácil e conveniente interpretar o conflito como um ataque do Ocidente contra o mundo islâmico. Essa é uma das razões por que a invasão foi, desde o início, uma idéia estúpida.” (BURUMA, Anexo 11)

“(…) Gosto de lembrar que um bombardeio tem muito mais espaço como notícia do que a abertura de uma escola. E, a longo prazo, a abertura de uma escola para meninas no Afeganistão, por exemplo, pode ser mais importante para a sociedade.” (HUGHES, Anexo 7)

São claros os aspectos que tornam esse bloco de entrevistas mais plural que os demais. Diferente do bloco de economia, a escolha de três entrevistados cosmopolitas de fato traz a tona diferentes aspectos a serem analisados dos conflitos entre orientais e ocidentais. Basicamente, pode-se dizer que *Veja* acerta na escolha dos entrevistados. Como se destacará a seguir, alguns deles claramente divergem das opiniões da própria revista e as entrevistas saem ganhando em qualidade na composição de um diálogo propriamente dito.

4.3.1 Tariq Ramadan

Pode-se afirmar que a entrevista com o filósofo muçulmano Tariq Ramadan – junto, talvez, com a entrevista com Marco Aurélio Mello – é a mais completa feita por *Veja* ao longo do primeiro semestre de 2006. Completa no sentido de atingir um ponto de equilíbrio na escolha do entrevistado e na forma como ele deve ser questionado pela revista. Também é a que mais contém aspectos da chamada entrevista *de perfil* ou *de personalidade*, pela definição de David Vidal. No olho de suas entrevistas, *Veja* costuma se limitar a mostrar um breve currículo do seu entrevistado a respeito da temática que abordará na entrevista e parte para o método informativo. No caso de Ramadan, opta por construir o personagem e contextualizar as circunstâncias em que a entrevista foi realizada, algo (neste momento, ao menos) crucial para que se entendesse a importância de ouvir as idéias deste entrevistado em particular.

“Se o Islã fosse um califado, o terrorista Osama bin Laden teria hoje o turbante mais alto. Mas, se dependesse da pureza da linhagem, o acadêmico suíço Tariq Ramadan poderia, perfeitamente, reivindicar o comando. Ele é neto do egípcio Hassan al-Banna, fundador da Irmandade Muçulmana, o primeiro movimento de renascimento islâmico, fonte inspiradora do terror em nome de Alá. Seu pai, Said, um dos fundadores da Liga Mundial Islâmica, foi expulso do Egito e se refugiou na Suíça. As armas de Ramadan são as idéias. Ele é autor de vinte livros que projetam sua visão reformista de um mundo muçulmano integrado aos valores liberais do Ocidente. Professor de filosofia européia e estudos islâmicos no Saint Antony's College, em Oxford, na Inglaterra, ele transformou-se em guru dos jovens muçulmanos europeus. Ramadan está proibido de pisar numa meia dúzia de países árabes e também nos Estados Unidos. Na semana passada, enquanto multidões saíam às ruas em vários países em protesto contra a publicação das caricaturas de Maomé, Ramadan, 43 anos, entrou num café em Ealing Broadway, em Londres. Pediu um cappuccino e conversou com *VEJA*.” (ANEXO 5)

Mesmo *Veja* afirmando que Ramadan “é autor de vinte livros que projetam sua visão reformista de um mundo muçulmano integrado aos valores liberais do Ocidente” – opinião compartilhada pelos quatro entrevistados deste bloco e que visivelmente agrada à revista –, ao longo da entrevista, entrevistado e entrevistador contrapõem opiniões o tempo todo. Isso fica claro desde a primeira pergunta.

“Veja – O mundo seria melhor se os conflitos entre povos e nações fossem resolvidos por meio de guerras de caricaturas?”

Ramadan – Caricaturas e humor dependem da realidade de cada um. Certas coisas são universalmente engraçadas, outras não. Devemos ter cuidado com aquilo em que achamos graça. Num universo de tantas referências, algumas pessoas podem não achar graça nenhuma em determinado assunto. Os muçulmanos não estão habituados a fazer piada com religião. Por outro lado, os países ocidentais estão acostumados com isso há pelo menos três séculos. Um mundo melhor seria aquele em que todos nós, sendo razoáveis, escutássemos uns aos outros, e não se tentasse impor aos outros o nosso senso de humor.” (ANEXO 5)

São trechos como esse e os seguintes que tornam a entrevista rica em diálogo. *Veja* com a típica dificuldade em interpretar atitudes de muçulmanos fora de sua ótica ocidental e Ramadan lembrando a revista de peculiaridades do mundo islâmico hoje que a revista não costuma levar em conta. As perguntas que se referem à liberdade de expressão são exemplares.

“Veja – Quais são os limites a ser respeitados quando se fala em liberdade de expressão?”

Ramadan – É preciso respeitar a sensibilidade coletiva. O problema é que muitos europeus notaram que o continente onde vivem mudou, tornou-se ainda mais diverso do que já era. Não é mais possível encarar o Islã como algo estrangeiro. *Veja* o meu caso. Como muitos filhos de imigrantes, sou europeu e muçulmano. Portanto, a

liberdade de expressão deve respeitar também a sensibilidade muçulmana. (...)” (ANEXO 5)

“Veja – Muitos europeus temem que os muçulmanos não estejam atrás de respeito, mas de submissão?”

Ramadan – Por que submissão? Quem pensa assim não tem confiança em si próprio. É medroso, sua atitude não emana do orgulho, mas do medo. "Esses caras estão colocando minha identidade e valores em risco." Eu falo em convivência, em viver juntos. Estou interessado em construir pontes entre as pessoas, para criar um futuro comum.” (ANEXO 5).

“Veja – Por que não se viu no mundo islâmico a mesma indignação depois dos ataques terroristas em Nova York, Madri e Londres?”

Ramadan – Porque no início houve aquela atitude paranóica de achar que se tratava de uma conspiração internacional e de que "não temos nada com isso". Grande parte da elite muçulmana condenou os ataques, mas no nível popular não houve comoção. Desta vez, a questão toca mais de perto a sensibilidade popular que está, claramente, sendo instrumentalizada. (...)” (ANEXO 5)

4.3.2 Kwame Anthony Appiah

O tema da entrevista com o filósofo Appiah é diversidade cultural. De acordo com ele, a globalização não só não prejudica como faz bem às culturas regionais. Dos quatro entrevistados, é aquele a quem *Veja* menos contesta e mais abre espaço para suas idéias por meio de suas perguntas escada. Não estão no centro do debate os conflitos culturais entre o Ocidente e o Oriente, mas, em meio às suas críticas ao protecionismo cultural, Appiah faz contribuições importantes para esse debate. Para ele, por exemplo, medidas a cerca de protecionismo cultural geralmente vêm de governos ou setores da sociedade que tem algum poder a perder com uma maior circulação de idéias.

“Veja – Que parcela de uma sociedade resiste mais à influência de culturas externas?”

Appiah – Em geral é aquela que tem alguma forma de poder a preservar. Muitas das idéias, informações e hábitos que vêm de fora desafiam a autoridade dos homens sobre as mulheres, de governantes ou de religiões tradicionais. Por isso é tão comum ver chefes políticos fazendo leis para impedir mudanças culturais. Eles temem perder os meios de que dispõem para controlar a população. É uma espécie de fundamentalismo político, que resiste à globalização.” (ANEXO 6)

Exemplifica usando a China ao dissertar sobre recente convenção da ONU para conter a cultura de massa ocidental, supostamente protegendo culturas locais.

“Na China, o governo utiliza a convenção da ONU como justificativa para impedir que a população tenha livre acesso à internet. Os burocratas chineses estão preocupados em preservar a cultura local? Claro que não. Apenas querem impedir os cidadãos de ter contato com idéias e informações que os levem a desafiar o governo.” (APPIAH, Anexo 6).

Tariq Ramadan e Ian Buruma criticam muito a falta de autocrítica dos orientais sobre seus velhos costumes e sua resistência a idéias liberais já implantadas pelo Ocidente. Questionado sobre o porquê de ter pedido apenas uma moratória e não um banimento total à prática de apedrejamento das mulheres adúlteras do Islã, Ramadan justifica que a punição está escrita no Corão, por isso é preciso ir devagar “O mais importante é parar com a prática até que ela se torne um hábito em desuso. Depois, precisamos avançar com a idéia de que, se há texto, também há contexto.” (RAMADAN, Anexo 5). Appiah, por sua vez, estende suas críticas não só aos que fazem uso desses velhos costumes com a desculpa de que se trata da sua cultura, mas também aos preservacionistas culturais do Ocidente que os toleram com a mesma desculpa.

“Uma cultura só tem importância se for boa para os indivíduos. Imagine uma comunidade que tem um costume que nós consideramos inaceitável. Obrigar as mulheres a ficar em casa e só sair na rua com o corpo e o rosto cobertos, por exemplo. Alguém dessa comunidade pode defender esse abuso sob o argumento de que faz parte de sua cultura. Eu discordo. Se o costume é ruim para o bem-estar de uma grande parcela daquela população, o fato de fazer parte da cultura não é motivo para insistir no erro. O foco de nossa preocupação deve ser o indivíduo, não a tribo ou a nação. Antes de qualquer consideração, precisamos definir o que vem primeiro, se os direitos humanos ou os costumes estabelecidos. Os preservacionistas culturais certamente não concordam com a discriminação sofrida pelas mulheres, mas são capazes de tolerar esse absurdo sob o argumento de que se trata de um valor cultural. Isso é errado. Há formas boas e ruins de diversidade cultural.” (APPIAH, Anexo 6)

4.3.3 Karen Hughes

Karen Hughes, como Tariq Ramadan, também é perfilada por *Veja* antes que comece a entrevista. Ali, é desenhada como uma dona de casa dedicada e também uma amazona de 1,80m que se dedicou ferozmente a defender o presidente Bush durante sua primeira campanha e durante o tempo em que comandou a comunicação social do governo. Há, entretanto, uma pequena, porém bastante significativa, diferença entre o perfil desenhado por *Veja* para a Hughes e para Ramadan, e ela é essencial para que se entenda o tipo de interação que ocorrerá em todo o restante da entrevista. *Veja* declara que, depois de um breve

afastamento, Hughes está de volta ao governo Bush com a difícil missão – “impossível, acreditam muitos” – de melhorar a imagem dos Estados Unidos no Mundo e que por vezes acaba ridicularizada. Então conclui: “Situações que enfrenta com os olhos azuis faiscantes de convicção total a sua tarefa e o método de só focar nas mensagens positivas. O que tem a dizer:” (ANEXO 7).

De cara, antes mesmo da entrevista começar, *Veja* entrega para o leitor a técnica que será usada pela entrevistada – só focar nas mensagens positivas – e, ao concluir com “O que tem a dizer:”, é como se dissesse “não concordamos com as idéias desta pessoa, mas vamos entrevistá-la mesmo assim”. E de fato *Veja* forra essa entrevista de perguntas combativas. A nenhuma das entrevistas desse trabalho foi feita uma pergunta tão complexa e corrosiva quanto a que segue.

“Veja – Mesmo pessoas que não foram contra a invasão do Iraque têm dificuldade em entender a lógica por trás de certos fatos. Um exemplo: antes da invasão americana, não havia nenhuma atividade terrorista no Iraque; depois, o país virou o epicentro do jihadismo à moda da Al Qaeda, sob a vista das Forças Armadas americanas. Como é possível?” (ANEXO 7)

Não há nada de condenável na maneira como *Veja* entrevista Hughes. Como já se disse aqui, conflitos de ponto de vista entre entrevistado e entrevistador enriquecem a entrevista. Com Ramadan, há um diálogo de igual para igual entre a revista e o filósofo. No caso de Hughes, a simplicidade dos seus argumentos facilita a intenção da revista de expor cada resposta sua aos seus contrapontos, e *Veja* faz isso em diversas oportunidades, formulando seguidamente perguntas baseadas em respostas.

“Hughes – (...) Nas eleições, os palestinos votaram pela mudança. Ficou claro que querem mudanças, que querem acabar com a corrupção. Veja – Querem o Hamas, também, que ganhou a eleição.” (ANEXO 7)

“Hughes – (...) Quem tem acesso à educação aprende a pensar por si mesmo, a decidir por si mesmo, e sempre acabará optando pela liberdade em lugar da tirania, pelo estado de direito em vez de Estados policiais, pela diversidade em lugar de um conformismo rígido. (...) Veja – Ainda assim, vários dos responsáveis pelos atentados nos Estados Unidos e na Europa tinham bom nível de instrução. Alguns nasceram e foram criados em países europeus, no ambiente mais livre que se possa imaginar. Optaram pelo outro lado na

guerra das idéias. Qual a iniciativa mais poderosa que pode ser tomada para ganhar essa guerra?” (ANEXO 7)

3.3.4 Ian Buruma

Ian Buruma é o tipo de pensador que tem tudo para agradar à revista *Veja*. Além de ter ampla formação tanto em países do Oriente como do Ocidente, o que lhe dá respaldo para falar tanto de um lado como do outro com propriedade, Buruma é o autor do livro *Ocidentalismo* (escrito em parceria com o filósofo Avishai Margalit), apresentado por *Veja* como um contraponto ao livro *Orientalismo*, do intelectual palestino Edward Said, que, de acordo com a revista, criticava a visão que os estudiosos ocidentais teriam criado do Oriente. Buruma, ainda de acordo com *Veja*, “devolve na mesma moeda” batizando como ocidentalismo o sentimento de ódio e a visão deformada do Ocidente que hoje tem no seu maior representante o fundamentalismo islâmico.

É interessante, no entanto, a maneira como *Veja* adere à idéia de Buruma mais do que o próprio entrevistado gostaria. Em alguns momentos da entrevista, *Veja* utiliza de perguntas escada que são claramente rejeitadas pelo entrevistado. É como se, em um jogo de vôlei, *Veja* levantasse a bola para Buruma e este desse a cortada na direção do levantador.

“Veja – O marxismo seria uma forma de ocidentalismo?”

Buruma – Não. O marxismo é anticapitalista, mas não pretende destruir uma determinada noção do que seja o Ocidente. Seria muito problemático tentar abrigar todas as visões críticas do capitalismo sob a noção de ocidentalismo. O objetivo do conceito é muito específico: queremos isolar uma certa vertente criminosa de ataque ao Ocidente.” (ANEXO 11)

“Veja – A palavra "ocidentalismo" foi inspirada no conceito de orientalismo, do intelectual palestino Edward Said. Alguns críticos de Said, porém, provavelmente diriam que ele mesmo era um ocidentalista.

Buruma – Não, ele não acreditava que o Ocidente era o mal e deveria ser destruído. O problema de seu livro *Orientalismo* é que ele se fixa em apenas um aspecto dos estudos sobre o Oriente conduzidos por ocidentais. (...) Apesar dessa distorção dos fatos, Said estava certo ao mostrar como determinadas visões orientalistas roubam aos povos do Oriente a sua humanidade. A palavra "ocidentalismo" não foi concebida para atacar Said, mas para expor o outro lado da moeda. Avishai Margalit e eu queremos mostrar que também existe uma visão desumanizadora do Ocidente.” (ANEXO 11)

Mesmo com uma série de perguntas escadas, *Veja* consegue manter algum diálogo com Buruma. Se não propõe contrapontos às idéias do entrevistado, ao menos há algumas perguntas de *Veja* bem formuladas a respeito ao conceito de ocidentalismo aplicado a outras civilizações fora do Oriente Médio, como os nazistas da Segunda Guerra e o até ao fundamentalismo cristão americano.

“Veja – O anti-semitismo seria a principal corrente do ocidentalismo?”

Buruma – Não é a principal, mas trata-se sem dúvida de uma das formas mais comuns de ocidentalismo. Aos olhos dos anti-semitas, os judeus sempre estiveram associados ao comércio, ao capitalismo, às cidades modernas, ao internacionalismo. Ou seja, eles seriam tudo o que os puristas detestam.” (ANEXO 11)

“Veja – Algumas características que o senhor atribui ao ocidentalismo – como a idéia de que as cidades modernas são lugares de corrupção e pecado – estão presentes também em algumas religiões ocidentais, em particular no fundamentalismo cristão americano. Essas religiões seriam também ocidentalistas?”

Buruma – Não diria que essas religiões são em si ocidentalistas, mas alguns de seus membros mais proeminentes sem dúvida compartilham um certo rancor contra algumas liberdades ocidentais. (...) A direita cristã americana, porém, não é anticapitalista, nem particularmente contrária à democracia – pelo contrário, participa ativamente das eleições.” (ANEXO 11)

Por fim, confrontado com o fato de que os ocidentalistas mais inflamados tiveram um contato extenso com o Ocidente (como era o caso de um dos suicidas do 11 de Setembro), Buruma – e aqui ele mesmo admite que se tratam apenas de especulações psicológicas – acredita ser possível que uma das grandes razões do ódio contra o Ocidente se dá pelas perspectivas ilusórias de sucesso que alguns orientais nutrem ao ir para lá. “De volta a seu país de origem, levaram na bagagem o desprezo pelo mundo que as ignorou.” (BURUMA, Anexo 12) Compara a situação destes jovens fundamentalistas islâmicos de hoje à de Adolf Hitler há décadas atrás.

“Ele foi para Viena como estudante de arte, provavelmente com grandes ilusões sobre a vida na cidade, mas se sentiu humilhado por não ter sido aceito na escola de artes, e tinha pouco dinheiro para moradia. Essa experiência acabou se traduzindo em uma percepção fantasiosa de Viena como um lugar corrompido pela influência judaica.” (BURUMA, Anexo 11).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O leitor que *Veja* imagina para seu discurso, nos três blocos de entrevista que constituíram nossa análise, pode ser visualizado a partir dos pontos de vista que se repetem na fala dos entrevistados. Pode-se dizer que *Veja* se põe no lugar de um cidadão de classe-média alta que se vê abarrotado de impostos. Esse indivíduo vê a atual conjuntura da economia com otimismo, mas tem certa pressa em ganhar mais dinheiro. Incomoda-se ao ligar a televisão e ver que esse ou aquele outro país está se dando melhor que o seu. Na política, *Veja* não vê com simpatia a extrema-direita e tem verdadeira ojeriza pela esquerda. *Veja* quer ter mais dinheiro para comprar mais produtos e assim satisfazer suas vaidades e, por tabela, movimentar a economia, criar empregos... enfim, fazer o país crescer. *Veja* não entende bem os motivos dos conflitos no Oriente Médio. Não entende como lá não pode ser como é por aqui. *Veja* sabe bem como discutir, mas gosta mais ainda de poder concordar.

Aos moldes do construtivismo de Berger e Luckman, o que *Veja* vêm fazendo por meio de suas entrevistas – em tempos em que veículos de mídia impressa fazem pouco sentido ao se limitar a transmitir informações – é criando um guia de pensamento para seu público leitor. Utilizando-se da credibilidade de teóricos e especialistas do mundo inteiro, cria uma espécie de almanaque do que pensar a respeito de diferentes temáticas. O sociólogo britânico Phillip Elliot costuma comparar o jornalismo moderno à agricultura sedentária, em que os jornalistas cultivam uma espécie de canteiro onde sempre têm disponíveis as opiniões e as informações que precisam para uma reportagem. *Veja* se utiliza desse canteiro para as suas entrevistas semanalmente, buscando entrevistados, com raras exceções, que reiterem a linha editorial do veículo. Quanto mais clara for a linha editorial de *Veja* para determinada questão, mais afinados serão os entrevistados com o seu discurso.

É exatamente por esse último aspecto que o bloco de entrevistas sobre o choque de civilizações entre ocidentais e orientais é o mais plural da revista. A linha editorial da revista não é muito clara a respeito do Oriente Médio. *Veja* tem alguma pistas, mas não sabe bem para onde deve direcionar o seu viés opinativo na questão. Os entrevistados de *Veja* nesta temática já concordam entre si que o radicalismo islâmico é uma coisa absurda, que o Islã não é uma religião belicosa na sua origem e que devem ser construídas pontes entre as civilizações do Oriente e do Ocidente. No entanto, essas conclusões são baseadas basicamente no bom-senso. Quanto a opiniões sobre as soluções do problema de lá, *Veja* segue dialogando

objetivamente com seus entrevistados em busca de uma opinião definitiva, seja com o líder muçulmano Tariq Ramadan, seja com a amazona de Bush, Karen Hughes.

No bloco de economia, a impressão que *Veja* nos passa é a de que já é dona da verdade absoluta. Agora, limita-se a encontrar pensadores no exterior para reiterar suas idéias junto aos seus leitores e discutir pequenas divergências. Unidos, tais pensadores formam um discurso homogêneo em torno do otimismo quanto ao futuro, do liberalismo diminuindo o peso do Estado, na desoneração de impostos, na necessidade de reformas profundas na máquina estatal e na educação como solução dos problemas da área a longo prazo. Já na política, *Veja* não parece ter um ponto de vista a ser exacerbado, mas um objetivo a ser cumprido que é o de atacar o presidente sempre que for possível. Se entrevistados de outras temáticas se mostrarem abertos, *Veja* também propõe ou concede a eles espaços para ataques ao governo Lula.

Concluimos, portanto, que a postura de *Veja*, ora informativa, ora conflitiva, ora dialogal, varia de acordo com as idéias do entrevistado. Também não se trata de uma questão de estilo de entrevista, visto que foram analisados aqui relatos que tiveram tratamentos diversos por parte do entrevistado. Em geral, a revista sequer concede a pessoas com opiniões muito divergentes da sua o privilégio de ocupar as suas primeiras páginas. Quando o faz, entretanto, dialoga de forma objetiva e corajosa. O que falta são mais entrevistas se utilizando da mesma metodologia. Mas *Veja* já mostrou que o diálogo só é importante quando a temática lhe convém.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BALSEBRE, Armand; MANUEL, Mateu; VIDAL, David. **La entrevista en la radio, televisión y prensa**. Madrid: Catedra, 1998.

BERGER, Peter; LUCKMAN, Thomas. **The social construction of reality**. Garden City: Doubleday-Anchor, 1967.

BREED, Waren. **Social control in the newsroom**: a functional analysis *in* Social forces, 1955.

BRUÑA, Manuel. **El discurso indirecto em periodicos franceses y españoles**. Sevilla: Departamento de Filologia Francesa de la U. de Sevilla, 1993.

CONTI, Mario Sérgio. **Notícias do Planalto**: a imprensa e Fernando Collor. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

DEL ALCO, Manuel. **La interviú** *em* Enciclopedia del Periodismo. Barcelona: Noguer, 1966.

ELLIOT, Phillip. **Professional ideology and organizational change**: the journalist since 1800 *em* Newspaper History, 1980.

GIEBER, W. **Across the desk**: a study of 16 telegraph editors *em* Journalism quarterly, 1956.

HALLIN, Daniel. **The uncensored war**. Berkley: University of California Press, 1955.

HERMAN, Edward; CHOMSKY, Noam. **Manufacturing consent**: the political economy of the mass media. Nova York: Pantheon Books, 1988.

HERNANDES, Nilton. **A revista Veja e o discurso do emprego na globalização**: uma análise semiótica. Maceió: Edufal, 2004.

LAGE, Nilson. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LICHTER, S.; ROTHAM, Stanley; LICHTER, Linda. **The media elite**: America's new powerbrokers. Adler & Adler, 1986.

LLEDO, Emilio. **El concepto de poiesis em la filosofia griega**. Madrid: CEC, 1991.

PASK, Gordon. **Conversation, cognition and learning**: a cybernetic theory and methodology. Nova York: Elsevier, 1975.

PLATÃO. **Fedro**, Madrid: Instituto de Estudios Políticos, 1970.

TRAQUINA, Nelson. **O que é jornalismo**. Lisboa: Quimera, 2002.

TRUFFAUT: François. **Hitchcock/Truffaut**: entrevistas, edição definitiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

TUCHMAN, Gaye. **Objectivity as strategic ritual**: as examination of newsmen's notions of objectivity *em* American journal of sociology, 1976.

WHITE, David Manning. **The gatekeeper**: a case study in the selection of news *em* Journalism quarterly, 1950.

ANEXOS

Anexo 1:

Entrevista: Jorge Bornhausen - Edição 1938 . 11 de janeiro de 2006

"Lula não se elege"

O presidente do PFL diz que a temporada longe do poder fez bem ao seu partido e comenta o cenário eleitoral de 2006



"A sorte foi ter um presidente incompetente com o mundo crescendo. Se o cenário fosse de recessão, estaríamos em convulsão social"

Em quarenta anos de vida pública, o senador Jorge Bornhausen quase nunca esteve na oposição. Mas não deixou de tomar decisões que levaram a grandes reviravoltas. Há 21 anos, rompeu com o governo militar para fundar o PFL. Em 1992, tornou-se ministro para tentar salvar o combalido governo Collor. No ano seguinte, dissolveu o PFL paulista, que era usado como legenda de aluguel no principal estado do país. Quando Luiz Inácio Lula da Silva chegou ao Planalto, Bornhausen levou o partido para a oposição e ameaçou com expulsão aqueles que queriam aderir ao governo. A fase mais fulgurante de sua carreira começou em 2005, quando se descobriu a bandalha petista do mensalão. O escândalo amplificou o peso de Bornhausen dentro e fora de seu partido. Ainda assim, o "Alemão", apelido que ganhou por causa da ascendência germânica e do comportamento draconiano, não quer mais disputar eleições. Aos 68 anos, diz que só volta atrás se for para disputar a sucessão de Lula. Bornhausen recebeu VEJA para um almoço em seu apartamento em Florianópolis. Na entrada, serviu seu prato predileto: espetada de lula. O molusco, bem entendido.

Veja – *O PT passou oito anos infernizando o governo tucano-pefelista. Desde 2003, o PFL tem atazanado a vida do PT. O PFL é o PT do PT?*

Bornhausen – O PFL fundou a oposição ao Lula. O povo escolheu um presidente da República do PT, um partido que é o oposto ideológico e programático do PFL. Dessa forma, também escolheu o caminho da oposição para nossa legenda. Isso ficou claro para nós na eleição de Lula. Por isso, a executiva do PFL decidiu quatro dias depois do segundo turno adotar uma oposição responsável e fiscalizadora ao governo petista. Nessa época, as pesquisas de opinião indicavam que 84% da população tinha a expectativa de que o governo daria certo, contra apenas 2% que não acreditavam nele. Eu fiquei entre os 2%.

Veja – *Por que tanta certeza?*

Bornhausen – Eu achava que faltava ao candidato vencedor experiência administrativa e preocupação em ter conhecimentos mais amplos. Não estou falando de diploma, mas de estudo, de estar inteirado de soluções adotadas por outros países. Eu não acreditava que pudesse dar certo um presidente da República, eleito com essa esperança toda, sem experiência administrativa nem conhecimento para enfrentar o triângulo do atraso que existe no Brasil – a injustiça social, o Estado máximo e o cidadão mínimo. Nossa sorte foi ter um presidente incompetente com o mundo crescendo. Se o cenário fosse de recessão, estaríamos em convulsão social.

Veja – *O PFL sempre teve fama de adesista e fisiológico. No governo Lula, pela primeira vez, foi empurrado para longe do poder. A oposição fez bem ao partido?*

Bornhausen – O PFL só foi governo quando ganhou eleições. Nunca fomos governo de carona, como adesistas. Essa história de fisiológico e ser governista desde Pedro Álvares Cabral é preconceito.

Veja – *Mas não é desprovida de fundamento.*

Bornhausen – Reconheço que tem pitadas verdadeiras no caso do fisiologismo. Muita gente entrou no partido quando fazíamos parte do governo, na tentativa de ocupar espaços. Na oposição, o partido tornou-se respeitado pela sociedade. Esse estágio mudou nossa imagem.

Veja – *Há um ano, a direção do PFL chegou a pensar em mudar o nome do partido para se livrar do que o senhor classifica como preconceito. A imagem estava tão desgastada assim?*

Bornhausen – Tivemos essa discussão duas vezes, mas o assunto está liquidado. A primeira foi em 1993. Havia um sentimento de que o partido caminhava para a dissolução, apesar de ter governadores importantes. Eu fui contra, porque é a atuação de seus líderes – e não a legenda – que leva o partido a ficar fora de sintonia com a sociedade. Tínhamos de ver onde estavam nossos erros, fazer um mea-culpa e corrigi-los. Chegamos a atos extremos. Concluímos que, em São Paulo, o PFL era um câncer político. Estava desmoralizado porque só funcionava para vender espaço de rádio e televisão. A única saída foi dissolver o diretório estadual e todos os que estavam estabelecidos nos municípios. A idéia de mudar o nome voltou recentemente, quando começamos a nos afirmar como um partido liberal-social. Mas o comportamento do PFL como oposição melhorou nossa imagem e apagou completamente essa idéia.

Veja – *Todos os partidos deveriam passar uma temporada na oposição?*

Bornhausen – Creio que sim. Para o PFL, fez muito bem. Admito que, no início, foi difícil. O governo Lula partiu para a cooptação e perdemos cerca de 25 deputados para partidos da base aliada do governo. Em boa parte dos casos, foi por efeito da lipoaspiração do mensalão. Só dois deputados deixaram o PFL para entrar no PSDB, que também está na oposição. No fim, ganhamos em qualidade.

Veja – *Por que os tucanos fazem uma oposição mais tímida que o PFL?*

Bornhausen – O PSDB é um partido social-democrata. O PT se diz um partido socialista, em transição para a social-democracia. Há algumas semelhanças programáticas entre eles. Esse não é o caso do PFL. Além disso, o PSDB, por ter sido governo, sabe que as metralhadoras também se voltam para trás.

Veja – *O senhor acredita que o PSDB temia que o PT fizesse uma devassa nos oito anos de administração Fernando Henrique Cardoso?*

Bornhausen – Não estou dizendo que foi por medo, mas por cautela, a fim de não aticar a tendência natural de quem assume fazer uma devassa no governo anterior. Não creio que se encontrasse nada de mais grave, mas devassas incomodam.

Veja – *O PFL é o partido da direita brasileira?*

Bornhausen – O PFL é um partido de centro. Por opção, pertencemos à Internacional Democrata de Centro, que defende um liberalismo social. Não pertencemos à Internacional Liberal, que é puramente liberal. Somos de centro porque, de um lado, estamos distantes do imobilismo conservador. E, do outro, longe do populismo demagógico.

Veja – *Por que ninguém assume ser de direita no Brasil?*

Bornhausen – A direita não cabe dentro do figurino brasileiro. Temos de considerar nossas condições sociais. Não podemos querer uma economia de mercado pura, sem um Estado regulador. Temos de fazer com que o Estado seja um instrumento a serviço do cidadão, especialmente o menos favorecido. Sem isso, os pobres não terão oportunidades justas nem seus direitos básicos preservados. Não é a questão de Estado máximo e Estado mínimo, mas do Estado necessário.

Veja – *O senhor tem medo de ser classificado como de direita?*

Bornhausen – Não se trata de medo, é que não há como existir direita em um país que não é desenvolvido.

Veja – *Reformulando: o PFL é o partido mais à direita no espectro político brasileiro?*

Bornhausen – Não. Há partidos que se colocam muito mais à direita, como o PP e o PTB. Ambos com intensa convivência com Lula e seu governo. Não somos de direita, mas direitos.

Veja – *O que o senhor quis dizer quando se declarou "encantado" com a possibilidade de tornar-se "livre dessa raça pelos próximos trinta anos", ao referir-se aos petistas?*

Bornhausen – O termo "raça" não teve nenhuma relação com etnia. Eu me referia aos corruptos ou corruptores que estavam no governo. Mas intelectuais e sindicalistas ideologicamente empedernidos quiseram transformar isso em um ato de racismo e estenderam seu significado como se fosse uma palavra contra a esquerda. O PDT e o PPS são de esquerda e de oposição. Os criadores do P-SOL foram expulsos do PT. Nada têm a ver com os corruptos. Para tentar me desmoralizar, houve quem produzisse cartazes em que eu aparecia como Hitler. Aquilo, sim, foi um ato de racismo nazi-fascista. A polícia de Brasília identificou os autores dos cartazes. Um líder sindical, Avel de Alencar, e seu irmão, Alvimar, encomendaram esses cartazes ao senhor Marcos Wilson, que era assessor da liderança do PT na Câmara em Brasília.

Veja – *O senhor memorizou os nomes e o cargo de cada um dos envolvidos?*

Bornhausen – Tenho quarenta anos de vida pública. Respondo e aciono judicialmente todos que me acusam. Vou processá-los por calúnia, injúria e difamação assim que a polícia terminar o inquérito. Eles certamente também serão enquadrados no crime de racismo. Esse Avel, aliás, não é um João-ninguém. Era freguês de audiências do ministro do Trabalho, Luiz Marinho.

Veja – *O PFL se coligará com o PSDB na eleição presidencial?*

Bornhausen – Há um ano, optamos pela candidatura própria. Na ocasião, verificamos que havia uma possibilidade de a candidatura Lula, mesmo com um governo medíocre, ser vitoriosa no primeiro turno em razão da inércia da oposição. Procuramos, então, o prefeito do Rio, Cesar Maia, que havia vencido a eleição municipal, e o convidamos para ser pré-candidato. Ele aceitou, com a condição de poder dar uma posição definitiva até março deste ano. Aceitamos a condição.

Veja – *Mas o prefeito Cesar Maia já declarou apoio à candidatura do prefeito de São Paulo, José Serra.*

Bornhausen – O que Cesar disse foi que Serra e ele têm as mesmas características administrativas. Por isso, se Serra for candidato, ele não será. Essa declaração foi interpretada como apoio e desistência, mas não era isso. Até porque ninguém sabe se Serra será o candidato do PSDB.

Veja – *A disputa pela candidatura no PSDB está polarizada entre Serra e o governador paulista, Geraldo Alckmin. Qual deles tem mais chance na disputa contra Lula?*

Bornhausen – Sou do PFL. Deixo os problemas dos tucanos para eles resolverem. A dificuldade que eles têm não é por falta de qualidade de candidatos. Isso é uma grande vantagem.

Veja – *Em 2002, o senhor atribuiu ao então candidato Serra a responsabilidade pelas denúncias que destruíram a candidatura de Roseana Sarney à Presidência. O senhor ainda acha que ele foi responsável pelo episódio?*

Bornhausen – Um dia, o Serra pediu para me visitar no Senado. A conversa começou justamente por aí. Ele disse que queria esclarecer sua posição. Respondi que não era preciso, porque não se faz política olhando para o retrovisor. Disse-lhe também que precisávamos fazer política de maneira conjunta, entre dois partidos que são oposição. Dali para a frente, estabelecemos um nível de entendimento cordial, amigo. Serra compreendeu o papel do PFL e a necessidade de estabelecermos essa parceria. Não tenho divergências com ele.

Veja – *Até agora, a senadora Roseana tem apoiado o governo Lula. Há risco de ela vir a apoiar também o candidato do PT na eleição?*

Bornhausen – Não. Eu tenho certeza absoluta de que ela vai acompanhar a decisão do nosso partido.

Veja – *Mesmo que o PFL se coligue com o PSDB, e que o candidato seja o prefeito José Serra?*

Bornhausen – Eu acho que sim, mas vamos conferir.

Veja – *Por que a oposição evita investigar o presidente Lula e o ministro da Fazenda, Antonio Palocci?*

Bornhausen – Não sou daqueles que acham que Palocci deva ser poupado e não estou falando dos episódios que ocorreram quando ele foi prefeito de Ribeirão Preto. Esses já estão

sendo investigados pelos promotores paulistas. O problema é que algumas das principais denúncias de corrupção deste governo atingem órgãos subordinados a ele, como o IRB, a Casa da Moeda, a Caixa Econômica e o Banco do Brasil. Além disso, ele fez um gerenciamento medíocre da economia brasileira. Não o defendo nem como gerente da economia nem no que diz respeito à questão ética. No PSDB, há uma visão diferente. Achem que é melhor com Palocci do que com outro. Não penso assim. A política econômica do governo não mudará se o ministro da Fazenda for outro, porque ela é comandada pelo Banco Central.

Veja – *E quanto ao presidente?*

Bornhausen – Lula adotou a política do "eu não sabia", na qual ninguém acredita. Participei de muitos governos. No governo Collor, fui o equivalente ao ministro da Casa Civil. Sei que o presidente da República é sempre um homem bem informado. Essa esperteza não levará Lula a lugar nenhum, a não ser à reprovação popular.

Veja – *Quais serão as principais tarefas do próximo presidente?*

Bornhausen – Haverá uma grande mudança na política a partir de 2007. Apenas seis ou sete legendas sobreviverão depois que for aplicada a cláusula de desempenho eleitoral, que exige que os partidos tenham, pelo menos, 5% das cadeiras na Câmara Federal e no mínimo 2% em nove estados. É uma mudança grande o suficiente para permitir que façamos a reforma política nos primeiros seis meses de governo do próximo presidente. E só posso dizer uma coisa: esse presidente não será o Lula, porque ele não ganhará a eleição.

Veja – *O senhor acha que tem condições de garantir isso?*

Bornhausen – Pode escrever.

Veja – *O senhor está considerando a hipótese de Lula não concorrer à reeleição?*

Bornhausen – Digamos que esse cenário só tem 20% de chance de se realizar. Mas, se Lula não concorrer, teremos uma reprise da eleição de 1989, quando todos os partidos lançaram candidatura própria. Nesse caso, o PSDB deverá estar no segundo turno de qualquer forma. Todos os outros disputarão a segunda vaga. É um quadro preocupante porque abre espaço para um aventureiro.

Anexo 2

Entrevista: Paulo Guedes - Edição 1939 . 18 de janeiro de 2006

Liberal sem medo

O economista afirma que o Brasil precisa de mais capitalismo e que a social-democracia não tem condições de levar o país à frente



"Esquerda e direita são rótulos que subsistem em países atrasados, entre os quais incluo o Brasil"

O economista Paulo Guedes, de 55 anos, tem sido um crítico feroz da condução da economia em sucessivos governos. Suas previsões sombrias renderam-lhe por um tempo o apelido de Beato Salu, o pregador catastrofista da novela *Roque Santeiro*, de Dias Gomes, que estava no ar em fevereiro de 1986, quando foi lançado o Plano Cruzado. Vinte anos depois e com suas previsões mais que confirmadas, Guedes continua crítico, mas não se pode chamá-lo

de catastrofista. O economista enxerga um horizonte de oportunidades para o Brasil, desde que o país faça as reformas estruturais tão discutidas e pouco encaminhadas. Para que isso seja possível, defende a entrada em campo da liberal-democracia, após vinte anos de governos que classifica como social-democratas de matizes variados. Guedes, Ph.D. em economia pela Universidade de Chicago, é sócio da administradora de recursos Fiducia e está entre os fundadores do Instituto Millenium, um fórum recém-criado para difundir o ideário e as propostas liberais para o Brasil. Em seu escritório, no centro do Rio de Janeiro, ele deu a seguinte entrevista a VEJA.

Veja – *O senhor se auto-intitula um dos últimos economistas liberais do Brasil. O que é ser um economista liberal?*

Guedes – É acreditar que a força motora da civilização é a Grande Sociedade Aberta, que vem sendo construída há pelo menos 2.500 anos. Começou na Grécia, em Atenas. Isso inclui a percepção de que os mercados são a maior máquina de inclusão social já descoberta. O liberal-democrata é o sujeito que compreendeu o processo de formação dessa grande sociedade e sabe que a democracia e os mercados estão nas raízes da civilização ocidental.

Veja – *No Brasil, já há algum tempo, atribui-se boa parte dos problemas nacionais a políticas liberais ou neoliberais. Por quê?*

Guedes – Na melhor das hipóteses, devido a uma má leitura da realidade. É irracional dizer que um país que gasta 40% do PIB no setor público tem algo de neoliberal. Porque o Brasil já tem quarenta anos de dirigismo: vinte com os militares e vinte com a social-democracia. Então, quando alguma coisa não vai bem, dizem que a culpa é do liberalismo. É brincadeira. Tivemos a social-democracia populista, com José Sarney, o PMDB e o "tudo pelo social". A sofisticada, ou punhos de renda, com Fernando Henrique. E a popular agora, com Lula. A matriz ideológica brasileira não tem sequer um genezinho liberal. Na última eleição presidencial foi a mesma coisa. Tinha o social-democrata José Serra, o social-reformista Ciro Gomes, o social-sindicalista Lula, o social-populista Anthony Garotinho.

Veja – *Mas houve privatizações, abertura do mercado, Lei de Responsabilidade Fiscal, superávit primário...*

Guedes – É claro que houve progressos. Armínio Fraga (*ex-presidente do Banco Central*) fez o câmbio flexível, Sérgio Werlang (*ex-diretor do BC*) criou o sistema de metas inflacionárias e Palocci garantiu a estabilidade da moeda. Mas nas privatizações, por exemplo, perdeu-se uma chance histórica. Quando começou o governo Fernando Henrique, a União tinha 60 bilhões de dólares em participações nas empresas estatais. E a dívida pública federal também era de 60 bilhões de dólares. Tinha de ter feito um processo radical e acelerado, e matado a dívida. Ou seja, a social-democracia até acerta, mas é um modelo que funciona num ritmo incompatível com as necessidades impostas pelo mundo atual. Levou vinte anos para derrubar a inflação, vinte anos para soltar o câmbio. Isso é intolerável.

Veja – *É por isso que o Brasil não cresce?*

Guedes – Há quase três décadas o Brasil parou de crescer. A estagnação tem raízes no intervencionismo e no dirigismo lançados pelo governo militar, irrigadas por uma democracia emergente que se perdeu em combates epidérmicos. O centro do problema é o tamanho do Estado e sua voracidade. Porque, como o Estado não pára de gastar, o juro acaba ficando muito alto. Isso é incontornável. Não adianta xingar o BC. Isso só se quebra com controle dos gastos públicos. Para o país ter lugar no mundo globalizado, é preciso levar à frente as reformas, e a social-democracia é muito lenta. O mundo não vai nos dar esse tempo. Da mesma forma que a redemocratização devastou as hostes políticas que apoiaram os militares, a social-democracia será devastada agora, porque não há como fazer face à globalização sem reformas profundas e ela não tem condições de promovê-las. A mãe de toda a tragédia é o nível de gastos do governo. Todo o resto é epifenômeno. Inclusive a corrupção.

Veja – *Por quê?*

Guedes – É Karl Marx quem diz o seguinte no clássico *As Lutas de Classe na França*: "O incremento da dívida do Estado interessava diretamente aos que governavam e legislavam através das Câmaras. O déficit do Estado era precisamente o verdadeiro objeto de suas especulações e a fonte principal de seu enriquecimento. As enormes somas que passavam pelas mãos do Estado davam, além disso, oportunidade para fraudulentos contratos de fornecimento, corrupção, subornos, malversações e ladroeiros de todo gênero". É Marx quem diz que a corrupção sistêmica é filha da escalada de gastos estatais. E essa é uma lição a ser aprendida por nossos social-democratas. Não podemos levar vinte anos para fazer as reformas.

Veja – *Por que as reformas não andam?*

Guedes – Quem estudou um pouquinho de física sabe que as estrelas que a gente vê à noite não existem mais. São luzes emitidas há bilhões de anos. Mas quando se olha o firmamento brasileiro vê-se a luz de um professor auto-exilado porque lutou meritariamente contra o regime político. E a de um sindicalista corajoso, brasileiro, que enfrentou os cães na porta da fábrica. Eles merecem brilhar no nosso firmamento. Mas são ecos do passado. Essa noite não existe mais, tem coisa nova acontecendo. Não há dúvida de que quem está promovendo a reconstrução econômica em todo o mundo é a liberal-democracia. Desde o pós-guerra. Quem fez a reconstrução econômica da Inglaterra, que tinha se tornado uma nação irrelevante? Lamentavelmente, para o desprazer de muita gente, foi uma senhora chamada Margaret

Thatcher (*primeira-ministra britânica que liderou a reforma do Estado em seu país na década de 80*).

Veja – *O senhor fala em social-democracia e liberal-democracia. Por que não esquerda e direita, simplesmente?*

Guedes – Esquerda e direita são rótulos que ainda subsistem em países atrasados, entre os quais eu incluo o Brasil. Nos desenvolvidos, as duas forças hegemônicas são a social-democracia e a liberal-democracia. O socialismo é uma utopia que se tornou irresistível para os intelectuais, apesar de ser um equívoco intelectual completo. Quem são os economistas socialistas que deixaram uma herança para a sociedade? Sobrou só o próprio Marx, como um grande filósofo. O socialismo, para sua tragédia, virou o ópio dos intelectuais. Virou uma religião. E por quê? Porque cometeu o terrível equívoco de não compreender o que estava acontecendo em matéria econômica. Baseado no desejo de igualdade, de solidariedade, não percebeu o que estava acontecendo do ponto de vista econômico.

Veja – *A redução da desigualdade não é necessária?*

Guedes – Sim, mas não da forma imaginada pelos socialistas. A alternância desejável é entre a social-democracia e a liberal-democracia. É o liberal-democrata de um lado, o social-democrata de outro, um com mais ênfase na criação de riqueza, o outro com mais ênfase na redistribuição. Mas nenhum dos dois pretendendo desorganizar o sistema de mercado que levou 2 500 anos para ser construído. Se uma sociedade está crescendo 2% ao ano, é melhor colocar um liberal-democrata. Aí, quando ela estiver crescendo 6%, você põe um social-democrata, taxa um pouco mais aqui para financiar projetos sociais – bolsa-família contra a pobreza absoluta, bolsa-escola pela igualdade de oportunidades, seguro-desemprego – e distribui um pouquinho a quem ficou para trás. Por isso acredito que os próximos vinte anos serão da liberal-democracia no Brasil.

Veja – *Estamos falando já das eleições deste ano?*

Guedes – Espero que sim. Existe um princípio chamado pelos biólogos evolucionistas de Princípio de Gause, que é a disputa de nichos ecológicos por espécies semelhantes. Costuma ser uma luta feroz. Eu não gostaria que a disputa política que vem aí fosse apenas uma manifestação do Princípio de Gause, com o PSDB dizendo "você é corrupto" e o PT respondendo "você é que é". Como liberal-democrata, assisto a isso com um certo prazer, mas, como brasileiro, não. Espero que surja um candidato liberal-democrata, com uma plataforma que se proponha a atacar os problemas hoje disfarçados pelo fechamento cognitivo da social-democracia. O Estado gasta 100 bilhões de reais com folha de pagamento do funcionalismo, 150 bilhões com aposentadorias, 150 bilhões com juros. E aí sobram só 10 bilhões para o Bolsa-Família. O eleitor está ávido por mudança. E já mostrou no referendo sobre o desarmamento que não aceita mais ser manipulado.

Veja – *O senhor foi um dos economistas não petistas que deram ao governo Lula o benefício da dúvida. Qual sua avaliação hoje?*

Guedes – Antes da posse de Lula eu dizia que não haveria um desastre. Mas também dizia que não havia o menor perigo de dar certo. Hoje digo que Lula mostrou que não é o Hugo Chávez, não é o Fidel Castro e não é o Evo Morales. Pedir mais do que isso dele não é sensato. Ele revelou grande percepção ao fazer um pouco mais do mesmo que tinha visto. Um

pouco mais de gasto social, um BC se aprimorando o tempo inteiro. O BC brasileiro é de Primeiro Mundo. Salvou a social-democracia brasileira. E é o mais apedrejado, justamente por ser o único que cumpriu aquilo a que se propôs: manteve o poder de compra dos salários, das aposentadorias, da poupança pública. Fez a parte dele.

Veja – *Qual o principal erro dos últimos governos no Brasil?*

Guedes – Foi não terem percebido as oportunidades do mundo globalizado. O discurso é aparentemente moderno, fala-se em choque de capitalismo e outras coisas, mas nós não mergulhamos de cabeça no capitalismo. Usa-se um discurso moderno para atrair dinheiro externo. Mas persiste uma visão de que a globalização é negativa. E não é.

Veja – *Mas há perdedores na globalização.*

Guedes – É questão de ponto de vista. Quando há maior penetração de comércio global, há uma tendência à equalização dos salários. Então o americano ou o brasileiro que trabalham numa montadora vão ganhar menos, mas o salário do chinês que passa a ter emprego numa montadora na China vai subir. Quem olha com uma visão local diz que o capitalismo está destruindo salários e empregos. Mas quem está olhando o mundo fala assim: o salário do americano caiu 30 dólares e subiu 1 dólar o salário de 1 milhão de chineses. O capitalismo não está espoliando. Está redistribuindo. Só que quem está no Brasil assiste ao salário caindo e ao juro lá em cima e diz: a culpa é do neoliberalismo. Mas se você perguntar a um chinês o que ele acha do neoliberalismo ele vai responder: "*Neoliberalismo, sim, muito bom*".

Veja – *O difícil é lidar com as reações locais.*

Guedes – Esse é outro desafio. É claro que regionalmente está havendo impactos colossais. Os australianos espancam brasileiro, os franceses batem nos imigrantes, os skinheads alemães surram os turcos. Estamos assistindo a cenas explícitas de barbárie provocadas pelos impactos locais da nova ordem. Essa arbitragem global que comprime os salários da parte mais avançada e puxa para cima os da China, da Rússia, da Polônia, da Hungria apavora o francês, o alemão. Se além disso há as correntes migratórias, ou seja, se além de o sujeito perder o emprego porque a fábrica mudou para a Índia começa a chegar uma porção de turcos e marroquinos, é importante que se tenha isenção para garantir que a civilização continue. Porque não vale a pena escaparmos da armadilha social-democrata e cairmos no nacional-socialismo, no Le Pen (*Jean-Marie Le Pen, líder da extrema direita francesa*), no fechamento de fronteiras, na indústria nacional.

Veja – *Que futuro se vislumbra para o mundo diante de tantos desafios?*

Guedes – Estamos no meio do deslocamento de placas tectônicas, de uma mudança brutal. Mas a economia mundial vai bem. Até pouco tempo atrás tínhamos apenas duas turbinas no mundo – os Estados Unidos e a China. Agora temos novos atores muito dinâmicos. A Rússia, o Leste Europeu, a Índia. O Japão começou a sair do estado cataléptico, e mesmo a Europa, que está naquele processo de euroesclerose há anos, começa a se flexibilizar, lentamente mas começa. Esse é o lado bom. O lado ruim é o risco de ter tudo sincronizado, porque o capitalismo é um mecanismo humano. Ou seja, falha toda hora. E, quando falha, é melhor que não esteja todo mundo sincronizado, porque aí se estabelecem mecanismos de compensação que impedem que todos afundem juntos.

Veja – *E quanto ao Brasil? O que se pode esperar?*

Guedes – O potencial é enorme. O Brasil está tão longe da fronteira de produção, com 50 milhões de pessoas fora do mercado, excesso de impostos, enrijecimento institucional e disfunções burocráticas, que, se houver uma desregulamentação, o país crescerá 12% ao ano durante dez anos seguidos. A riqueza de um país é construída em cima do capital educacional de seus indivíduos, do capital organizacional de suas empresas, do capital institucional de sua classe política e da ação descentralizadora do Estado atacando os problemas de desigualdades de oportunidades, desigualdades educacionais, desigualdades de renda. É nisso que o Brasil tem de apostar.

Anexo 3

Entrevista: Osmar Serraglio - Edição 1940 . 25 de janeiro de 2006

Não vai acabar em pizza

O relator da CPI garante que os responsáveis por corrupção serão indiciados e diz que o presidente da República foi negligente



"A CPI vai pedir o indiciamento de Duda Mendonça por todos os crimes que sabemos que ele cometeu e por todos os outros que viermos a descobrir"

O deputado Osmar Serraglio, do PMDB do Paraná, não foi escolhido por acaso para relatar a CPI dos Correios. Até junho do ano passado, quando as investigações começaram, Serraglio era o perfil ideal para conduzir um trabalho que, aparentemente, tinha o objetivo de não apurar nada. Além de ser muito próximo ao ex-ministro José Dirceu, o deputado era do PMDB, partido aliado do governo, e ainda foi indicado pelo correligionário José Borba, então homem de confiança do Palácio do Planalto. As investigações conduzidas por Serraglio, no entanto, já levaram à cassação do mandato do deputado José Dirceu e à renúncia do deputado José Borba, o seu padrinho. Aos 57 anos, casado e pai de uma filha, Serraglio promete mais. Ele diz que o presidente Lula tem uma enorme parcela de culpa pelo esquema de corrupção desvendado e que vai citá-lo no relatório final. Também afirma que o publicitário Duda Mendonça era peça central no esquema de corrupção petista e que a CPI o convocará para depor. O deputado descarta qualquer possibilidade de as investigações terminarem em um grande acordo para não punir ninguém, conforme desejam várias lideranças do Congresso, inclusive algumas de seu próprio partido.

Veja – *Há uma desconfiança geral de que a CPI pode terminar num grande acordo para não punir ninguém. Essa possibilidade existe?*

Serraglio – Eu acho impossível ocorrer um fiasco. Se a CPI terminasse hoje, ainda assim não poderia ser considerada um fracasso. Você acha que José Dirceu (*ex-ministro da Casa Civil*) teria caído se não houvesse uma CPI com credibilidade? Gushiken (*ex-ministro da Secretaria de Comunicação*), todos os diretores de estatais, todos os contratos que foram rescindidos... Há uma revolução administrativa no governo. Por isso tudo a CPI já valeu.

Veja – *Mas o senhor mesmo vive advertindo sobre a possibilidade de um acordo para salvar os deputados ameaçados de cassação.*

Serraglio – Sim, porque há um exército em atuação para evitar as punições que ainda não se verificaram. Se todos esses partidos envolvidos no mensalão se reunirem, poderão não permitir a cassação de ninguém. Devemos ficar alertas para tal possibilidade. O meu partido, o PMDB, também tem parcela de culpa, assim como o PTB, o PL, o PP, o PT, o PFL. Essas forças juntas podem evitar qualquer cassação e precisam ser combatidas pela opinião pública.

Veja – *O que as últimas revelações sobre novas contas secretas do publicitário Duda Mendonça acrescentaram às investigações da CPI?*

Serraglio – Duda Mendonça era o grande coordenador da publicidade no governo petista. Foi ele que elegeu o presidente da República. Como Duda costumava negociar contratos futuros caso o candidato vencesse as eleições, é de supor que ele tenha feito isso também no governo de Lula. Marcos Valério, que sempre foi apontado como o grande responsável pela operação do caixa dois do PT, agora parece apenas um apêndice do esquema que tinha Duda Mendonça como personagem central.

Veja – *Diante dessa constatação, o que a CPI pretende fazer a respeito?*

Serraglio – Vamos convocá-lo para depor novamente. Aliás, no que se refere ao senhor Duda Mendonça, tudo é sempre muito difícil. Até hoje a CPI não conseguiu nem ter acesso aos dados da conta que o próprio Duda confessou possuir no exterior. Criou-se uma situação paradoxal. O pedido de acesso à documentação dele, feito pelo governo federal, não incluiu a CPI. E, pelos acordos de cooperação, todos os usuários das informações requisitadas têm de ser apontados no requerimento. A CPI ficou de fora.

Veja – *Não estaria incorreta então a conclusão de que, ao menos nesse caso, a investigação terminará em pizza...*

Serraglio – Nós vamos começar a aumentar o tom, a bater mais forte em relação a Duda. Vamos criar uma situação constrangedora. Temos todos esses dados da conta Düsseldorf no Brasil e não podemos acessá-los. É um absurdo! Há na CPI requerimentos para convocar o ministro Márcio Thomaz Bastos e a doutora Wanine Lima (*coordenadora do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional*), que não parecem muito dispostos a colaborar. Há uma concepção se formando na CPI de que, se não tivermos acesso a esses dados, será necessário criar uma situação política constrangedora para o ministro da Justiça, para que ele tome uma posição muito mais firme na defesa das prerrogativas da comissão.

Veja – *Já existem provas suficientes para processar Duda Mendonça por falso testemunho, sonegação fiscal, peculato, evasão de divisas e lavagem de dinheiro... Não seria o caso de levar quanto antes o caso do publicitário para a esfera criminal?*

Serraglio – A CPI vai pedir o indiciamento de Duda por todos esses crimes e por todos os outros que viermos a descobrir. Vamos investigar se esse dinheiro todo que ele movimentou tem alguma ligação com o financiamento de campanhas políticas do PT.

Veja – *Duda Mendonça era freqüentador assíduo do Palácio do Planalto. Dá para acreditar que o presidente também não sabia de nada a respeito das maracutaias do publicitário?*

Serraglio – Que o presidente Lula tinha ciência, ele tinha. Só não posso dizer quanto ele sabia. O suposto empréstimo ao PT, por exemplo, está hoje em 100 milhões de reais. À Coteminas, empresa do vice José Alencar, o PT deve 11 milhões de reais. Duda Mendonça disse que fez as campanhas do partido do presidente por 25 milhões de reais mas recebeu apenas 10,5 milhões. Duda, portanto, ainda tem 14,5 milhões para receber. O PT ia construir uma sede em São Paulo com 15 milhões de reais. É difícil acreditar que Lula não viu um caixa paralelo de mais de 140 milhões de reais.

Veja – *O presidente Lula disse na televisão que não acredita na existência do mensalão.*

Serraglio – O presidente está errado ao dizer que não existem provas do mensalão. É um absurdo. Eu sou advogado. O tesoureiro do PT confessa ter distribuído dinheiro a deputados, líderes e presidentes de partidos da base aliada. Há extratos bancários demonstrando isso. Há a confissão e a renúncia de líderes e presidentes de partidos. Há coincidências de repasse de dinheiro com a mudança de parlamentares de partido e com votações de interesse do governo. Só o PL, que deu o vice a Lula, recebeu 24 transferências em menos de seis meses de 2003. São pagamentos semanais, contínuos, em valores muito semelhantes. Como é que não existem provas do mensalão?

Veja – *O presidente Lula será citado em seu relatório final?*

Serraglio – Em direito, há a responsabilidade objetiva e a subjetiva. Está claro que o presidente falhou no que se refere a esta última. Quando se trata de crime de responsabilidade, que é o que embasa o julgamento político, não é preciso provas documentais claras. É preciso saber se há culpa. E o presidente Lula aproxima-se da culpa.

Veja – *Aproxima-se?*

Serraglio – Há três tipos de culpa: por imprudência, por imperícia e por negligência. No caso de Lula, não se trata de imprudência nem de imperícia. O presidente não conseguiu reconhecer indícios de corrupção no partido dele, na campanha dele e no governo dele. Não conseguiu perceber como seu partido foi eleito como uma minoria e formou uma maioria. Ele foi negligente no governo. Escolheu José Dirceu como seu braço-direito. Ele tinha de ter sido mais vigilante, tinha de ter se dado conta das coisas que estavam acontecendo. É responsabilidade dele.

Veja – *E essa negligência do presidente Lula será incluída em seu relatório final?*

Serraglio – Com certeza. A sociedade quer saber se, afinal, o presidente tem ou não culpa nesse esquema de corrupção. Alguma culpa, é óbvio, ele tem. Na melhor das hipóteses, é culpado por negligência, por não ter percebido esse quadro todo. Isso estará no relatório.

Veja – *Essa citação do presidente no relatório da CPI pode ter alguma consequência prática?*

Serraglio – Tal consequência não é mais possível. Havia condições práticas para o impeachment, mas firmou-se a opinião de que era inadequado partir para o tudo ou nada às vésperas de uma eleição. Para que uma ruptura traumática se há mecanismos mais corretos e mais legítimos como uma eleição? Na hora em que se esboçava uma reação que poderia levar ao impeachment, a opção foi descartada.

Veja – *A culpa por negligência seria suficiente para a abertura de um processo de impeachment?*

Serraglio – Sem dúvida. O juízo político é uma decisão do Congresso. A autoridade competente para o julgamento político é o Parlamento. Nem o Supremo pode influir em um processo político. É uma decisão sobre uma responsabilidade subjetiva. Alguém pode ser cassado sem sequer saber o que aconteceu, apenas porque o que aconteceu estava sob seu comando. Ele pode ser cassado porque nomeou, porque é o comandante. No julgamento

político não é necessária a comprovação da culpa, mas apenas o convencimento da culpa pelos pares que vão participar do julgamento. A Justiça só pode observar se o procedimento foi obedecido.

Veja – *Os petistas andam discutindo a possibilidade de apresentar um relatório paralelo, repetindo o fiasco da CPI do Banestado, que chegou ao fim com dois relatórios, um do governo e um da oposição, e nenhuma conclusão. O senhor não teme que o fiasco se repita?*

Serraglio – Se eu ainda não fiz o meu, como se pode ter um relatório paralelo? É algo que o PT já deveria ter apreendido. Eles só aprenderam a bater. Não aprenderam a construir. Isso mostra que os petistas ainda não compreenderam o momento histórico que estamos vivendo.

Veja – *Pelo que se sabe hoje, quem é Marcos Valério?*

Serraglio – É um cidadão muito esperto. Ele viu que poderia ser útil e se aproximou do PT para atuar de uma forma que ele já conhecia. Valério era especialista em procurar fornecedores de governos e recolher dinheiro para partidos. É um corrupto.

Veja – *Existe alguma chance de Marcos Valério sair impune?*

Serraglio – Não. Ele vai ser indiciado por corrupção, lavagem de dinheiro, fraude em licitação, sonegação fiscal, evasão de divisas. São inúmeros os seus crimes...

Veja – *E quanto a Delúbio Soares?*

Serraglio – Será indiciado por corrupção, falsidade ideológica, tráfico de influência...

Veja – *José Dirceu?*

Serraglio – Corrupção.

Veja – *Corrupção?*

Serraglio – Corrupção.

Veja – *Mas Dirceu vive dizendo que não existem provas contra ele.*

Serraglio – Prova não é só documento. Há muitos testemunhos contra ele. Nenhuma das negociações escusas com os partidos se concluiu sem a anuência de Dirceu. A grande maioria dos membros do Congresso Nacional sabe como as coisas aconteciam. Nós víamos isso aqui. Quando Roberto Jefferson denunciou o mensalão, ninguém ficou surpreso. Além disso, não podemos esquecer que a ex-mulher de Dirceu recebeu empréstimo e emprego de um banco, o BMG, que foi beneficiado pelo governo em contratos com aposentados.

Veja – *Como a CPI vai provar que os empréstimos ao PT são fajutos?*

Serraglio – Eles nunca foram contabilizados. Ou melhor, só foram contabilizados depois de descobertos, no fim do ano passado. Além disso, as garantias são insuficientes, em desacordo com as exigências praticadas no mercado, as renovações eram sistemáticas e, o que é fundamental, os empréstimos nunca foram cobrados. Ora, empréstimo que não é pago nem é cobrado não é empréstimo, é doação. Por fim, a CPI descobriu que o dinheiro começou a

jorrar do valerioduto antes de os bancos credores começarem a liberar os recursos dos supostos empréstimos. É tudo montagem.

Veja – *Quem pagou o mensalão?*

Serraglio – Foi o PT, com esses empréstimos forjados, cuja origem ainda desconhecemos, e o dinheiro desviado do Banco do Brasil pela Visanet.

Veja – *Há meia dúzia de bancos que não entregaram dados confiáveis à CPI. Como uma CPI pode ser exitosa se não tem força sequer para conseguir que meia dúzia de bancos entreguem documentos idôneos e confiáveis?*

Serraglio – Todos esses bancos nos procuraram para afirmar que entregarão os documentos. Há uma deficiência técnica no sistema que eles prometem sanar. Não vamos concluir a CPI sem esses dados. Se necessário, vamos ao Banco Central apreender, fazer o que for necessário.

Veja – *Depois dessa CPI, dessa crise de corrupção, alguma coisa vai mudar na política do Brasil? Ou caixa dois e compra de parlamentares continuarão existindo?*

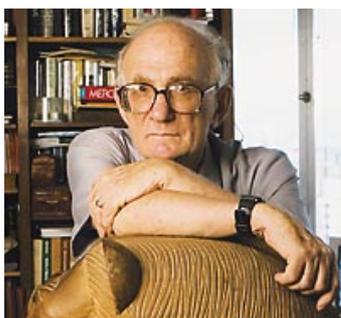
Serraglio – É triste, mas, em tese, tudo isso pode voltar a acontecer. Mas acho que não será mais nesse nível. Hoje, há muitos olhos vigiando o que os políticos fazem. Quem não perceber isso se dará mal.

Anexo 4

Entrevista: Norman Gall - Edição 1941 . 1º de fevereiro de 2006

Educação ou morte

O americano estudioso do Brasil diz que o país é melhor do que se pensa, mas que tem desafios cruciais a superar



"O Brasil de hoje é muito melhor do que o de quando cheguei aqui, quase trinta anos atrás"

O americano Norman Gall especializou-se, como jornalista, desde 1961, em assuntos latino-americanos. Em 1977 radicou-se no Brasil. E aqui criou o Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, com sede em São Paulo, cujas atividades abrangem de seminários reunindo personalidades brasileiras e estrangeiras (exemplo: "A educação e a modernização da Espanha", com a presença do ex-chefe de governo espanhol Felipe González) a ações sociais (exemplo: os Círculos de Leitura com jovens das escolas públicas de São Paulo, assunto da seção Ensaio, na última página desta revista). Gall acaba de publicar o livro *Lula e Mefistófeles* (editora A Girafa), reunindo alguns dos ensaios que escreve para os *Braudel Papers*, jornal do instituto que dirige. Nova-iorquino do Brooklyn, onde nasceu em 1933, ele não se limita aos diagnósticos, em seus trabalhos. Costuma acompanhá-los de propostas e, se possível, de ações. Assuntos como a violência e a escola pública no Brasil lhe têm merecido dedicação que vai além da teoria. Gall hoje se sente tão envolvido com o país que decidiu se naturalizar brasileiro.

Veja – *Por que o senhor decidiu ser brasileiro?*

Gall – O Brasil me acolheu com generosidade e me deu muitas oportunidades. Hoje me sinto parte desta comunidade. Aqui amadureci no meu trabalho e na minha visão da vida.

Veja – *Em outro lugar seria diferente?*

Gall – Eu vivi em três países latino-americanos, Porto Rico, Venezuela e Brasil, e, ao longo de uma carreira de 44 anos voltada para a América Latina, trabalhei em quase todos os outros. O Brasil tem uma largueza que possibilita a muita gente se realizar. Além disso, está engajado nas grandes questões da atualidade: urbanização, globalização, meio ambiente, violência, direitos humanos, educação universal e, sobretudo, no aprendizado de como operar sociedades complexas. O povo está aprendendo rapidamente. Em alguns aspectos, o Brasil se parece com os Estados Unidos do século XIX e da primeira metade do século XX. No Brasil posso dizer o que penso e não serei acusado de ser um gringo intrometido, como ocorreria em outros países.

Veja – *Nós, brasileiros natos, não costumamos pensar tão bem do Brasil. Será que ele é melhor do que achamos?*

Gall – O Brasil de hoje é muito melhor do que o de quando cheguei aqui, quase trinta anos atrás. Tem uma democracia que funciona, apesar das dificuldades, tem leis que funcionam

melhor do que no passado. É difícil encontrar, na periferia de São Paulo, rua que não tenha pavimentação ou iluminação. Há muito mais escolas, ainda que de má qualidade. As taxas de homicídio estão baixando. Em 1999, houve 11 455 homicídios registrados na Grande São Paulo. No ano passado, essa cifra deve ter caído à metade. Em boa parte isso se deve ao trabalho das polícias e dos governos, mas não só. Deve-se mais ainda à consolidação das comunidades, à maior confiança entre as pessoas, ao crescimento do comércio. Este ponto é muito importante: o comércio ocupa muito espaço, e ao fazê-lo tira espaço das atividades ilegais.

Veja – *O senhor e seu instituto têm realizado muitos trabalhos na periferia e nas cidades-satélites de São Paulo. Um dos mais importantes teve lugar em Diadema, município onde havia muita violência e que conheceu melhora notável. O que despertou seu interesse por Diadema?*

Gall – Meu envolvimento começou com o episódio da favela Naval, aquele em que policiais foram filmados espancando moradores e até matando um deles. Fiquei muito comovido com aquilo. Fui a Diadema, conheci a favela Naval, entrevistei pessoas. Depois, com o apoio do Banco Mundial, montamos um Fórum de Segurança Pública na cidade. Eu tinha perguntado ao prefeito quantas vezes por mês ele se encontrava com os chefes locais da polícia, quer dizer, o delegado e o comandante da Polícia Militar. Ele me respondeu que nunca se falavam. No fórum, realizado na Câmara dos Vereadores, passamos a reunir os chefes da polícia, que se mostraram muito cooperativos, as autoridades civis e os cidadãos.

Veja – *Qual era o objetivo?*

Gall – Era analisar a situação e propor soluções. Fizemos um levantamento estatístico do crime na cidade. Contratamos estudantes de direito para pesquisar os inquéritos da Polícia Civil. As reuniões eram realizadas uma vez por mês.

Veja – *O senhor diria que o fórum foi decisivo para mudar a situação no município?*

Gall – Não. Foi um conjunto de fatores. Diadema tinha um dos mais altos índices de homicídio do mundo – 140 por 100 000 habitantes. Tinha chegado a hora de fazer algo. A prefeitura, a polícia, todos se engajaram na tarefa. Ocorreu um processo que culminou com a famosa lei seca, obrigando os bares a fechar às 23 horas. As taxas de homicídio caíram substancialmente.

Veja – *De todo modo, as periferias das cidades brasileiras continuam lugares de violência e de desesperança.*

Gall – Eu olho as tendências, e acho que elas são positivas. O Brasil não conhece conflitos étnicos ou religiosos como os que sacudiram recentemente a França. Nos bairros pobres do Brasil, as pessoas têm orgulho quando conseguem construir uma casinha, ou quando conseguem aumentá-la. No Brasil, populações de várias origens fundiram-se num povo só, que fala a mesma língua e alça a mesma bandeira.

Veja – *Até agora, o senhor tem falado nas coisas boas do Brasil. E os defeitos?*

Gall – Muitos nascem de arranjos institucionais defeituosos. Um deles é a rigidez da legislação trabalhista. Ela impede a geração de empregos. Outro é o excesso de gastos com a

Previdência. O Brasil gasta com ela duas vezes mais do que com educação. Isso tem uma conseqüência perversa: o Brasil é um país jovem que investe mais nos velhos, mais no passado do que no futuro. O gasto com aposentadorias seria perfeitamente aceitável se representasse uma proteção aos pobres e contribuísse para a distribuição de renda. Mas não – 61% destinam-se à quinta parte mais rica da população. Para ter uma medida de comparação, nos Estados Unidos não mais que 26% das aposentadorias vão para os mais bem aquinhoados.

Veja – *Como corrigir isso?*

Gall – A solução básica, adotada em outros países, é aumentar a idade mínima de aposentadoria. Esse processo já começou no Brasil, mas esbarra em resistências fortes. Aproximadamente 40% dos gastos com aposentadorias e pensões no Brasil contemplam o setor público. Isso significa que esses 40% beneficiam apenas 3 milhões dos 26 milhões de aposentados e pensionistas. Há quarenta anos, a Coréia do Sul era um país muito mais pobre que o Brasil. Hoje é muito mais rico. Os coreanos gastam com aposentadorias apenas um quarto do que gastam com educação.

Veja – *A escola pública é um dos temas mais presentes no seu trabalho e no do instituto que o senhor dirige. Por que ela se deteriorou tanto?*

Gall – Uma das vertentes em que temos insistido, em nossas pesquisas, é a de que as instituições públicas se viram sufocadas por problemas de escala. Havia escolas públicas-modelo no Rio, em São Paulo e em outras cidades. Mas elas eram para poucos. Quando a população começou a pressionar o sistema, ele respondeu com crescimento considerável, mas com sacrifício na qualidade. A educação é o desafio que ou o Brasil resolve ou terá seus problemas eternizados. O fato de que os brasileiros mais pobres tenham uma média de apenas 3,4 anos de escolaridade é chocante. Mas, para mim, mais chocante ainda é que os 20% mais ricos tenham apenas 10,3 anos de escolaridade. Uma elite com tão pouca instrução não será capaz de operar uma sociedade complexa.

Veja – *Há alguma chance de os governos conseguirem enfrentar essa situação?*

Gall – É muito difícil fazer um político se interessar pela educação. Você tem o problema de a classe política ser impermeável entre uma eleição e outra. Um executivo que já cumpriu sua missão no setor privado ou um empresário bem-sucedido poderiam prestar sua colaboração, assumindo o gerenciamento de escolas, de grupos de escolas ou de outras áreas do setor público. Seria um modo de pôr sua experiência e sua capacidade de liderança a serviço da sociedade. Mas, ao contrário do que ocorre nos Estados Unidos, na Alemanha ou na Inglaterra, não há esse costume no Brasil.

Veja – *Por quê?*

Gall – Eu acho que a elite brasileira é cordial, para retomar uma idéia de Sérgio Buarque de Holanda, mas não é generosa. Veja o caso do prefeito Michael Bloomberg, de Nova York. É um empresário bilionário que resolveu passar para o setor público porque foi tomado da obsessão de enfrentar os problemas da cidade. Não me parece que ele tenha outras ambições políticas. Para gerenciar uma profunda reforma no ensino público, ele convocou um brilhante advogado de origem humilde, mas que conseguiu se formar em Harvard, Joel Klein. Em outras cidades, militares aposentados e empresários dirigem as escolas públicas. No Brasil não há isso. A filantropia só está começando. Os talentos do setor privado ainda não chamam

a si a responsabilidade por setores que os preocupam. Não chegam ao governador e dizem: "Acho que teria algo com que contribuir nesta área. Deixe-me assumi-la". Nos seminários em nosso instituto sobre as grandes questões da atualidade, ouvimos muitos diagnósticos e muitas lamúrias. Mas é raro ouvirmos propostas. As elites falam muito dos problemas, mas não oferecem soluções.

Veja – *O senhor tem visitado escolas públicas em suas pesquisas. O que tem encontrado?*

Gall – A situação é muito insatisfatória. As escolas vivem trocando de diretor, os professores trabalham tanto que não decoram o nome dos alunos. Com muita frequência os professores faltam e os alunos ficam sem ter o que fazer. Na sala de aula é comum o professor ficar de costas para a classe, escrevendo no quadro-negro, enquanto os alunos copiam mecanicamente o que ele escreve. E comportamentos como esse são tidos como normais! Num outro plano, há a questão de o país estar empregando errado os recursos que possui. O Brasil gasta com um aluno do curso primário um quinto do que gasta a Grã-Bretanha. Mas gasta com um aluno universitário duas vezes mais que a Grã-Bretanha.

Veja – *A dificuldade de enfrentar essas questões evidentemente tem a ver com o sistema político e a corrupção. Dá para esperar uma mudança, nesse aspecto, a curto prazo?*

Gall – Em meu último trabalho, *Lula e Mefistófeles*, eu avancei algumas sugestões. Acho que no Brasil o Congresso tem muito poder e pouca responsabilidade. Sugeri que os ministros, após nomeados pelo presidente, tenham de ser aprovados pelo Senado. Isso não só permitiria um escrutínio maior de suas qualidades profissionais e de sua postura ética como tornaria o Congresso co-responsável pelas nomeações. Os escândalos de 2005 mostram que o sistema de CPIs deve ser profundamente revisado, para produzir resultados mais concretos, sem tanto falatório nem perda de tempo. Também sugeri que todos os partidos e todos os candidatos sejam obrigados a divulgar suas prestações de conta pela internet. Dessa forma, um partido vigiaria o outro, um candidato vigiaria o outro, e o eleitor que o desejasse vigiaria todos.

Veja – *O senhor esteve recentemente na Venezuela. Que encontrou por lá?*

Gall – Hugo Chávez agora comanda todos os instrumentos de governo. Controla o aparato militar, tem o sistema eleitoral nas mãos, possui os meios para constranger a liberdade de expressão. Mas não creio que dure mais do que dois ou três anos. Ele afundará na bagunça. Experiências populistas como as de Chávez, de Kirchner (sem Lavagna) na Argentina e de Evo Morales na Bolívia geralmente são perda de tempo na evolução histórica de seus países. Chávez usa o dinheiro do petróleo para bravatas como a compra de 1 bilhão de dólares em bônus argentinos, mas não investe na coleta de lixo em Caracas. A cidade está afogada em sujeira, com perigo para a saúde pública. Há hospitais públicos onde faltam chapas nos aparelhos de raios X e produtos químicos para exames de laboratório. A situação é patética. Quando morei na Venezuela fiz muitas pesquisas de campo na periferia de Caracas. Desta vez voltei a esses lugares, e os encontrei estancados no tempo. É o contrário do que percebo na periferia de São Paulo.

Veja – *Por que a América Latina não é uma prioridade na política externa dos Estados Unidos?*

Gall – Essa questão precisa ser posta em perspectiva. Quando as coisas esquentam por aqui, a região vira prioridade. Por outro lado, a América Latina não é prioridade para a própria América Latina. Um brasileiro não tem idéia do que se passa no Equador, e um peruano não

se interessa pelo México. Conheço o caso de um alto personagem do governo brasileiro que, ao ser visitado por um governante boliviano, lhe perguntou se a Bolívia fazia fronteira com o Brasil.

Veja – *Por que os Estados Unidos são tão atacados na América Latina?*

Gall – Neste momento o presidente Bush é alvo fácil por causa do Iraque. Mas é impressionante como os Estados Unidos são incapazes de se defender contra o jargão da esquerda, que usa termos como "neoliberalismo", "Consenso de Washington" e "privatizações" como palavrões. O mal batizado "Consenso de Washington" representou um esforço para redescobrir as leis básicas de economia, especialmente das finanças públicas, quando vários países enfrentavam crises de hiperinflação e alto endividamento. As privatizações aconteceram porque as empresas públicas, na maioria dos casos, estavam perdendo muito dinheiro, sangrando as finanças públicas e alimentando a inflação crônica. Acho que os Estados Unidos, apesar de pecados como o apoio a ditaduras militares, têm atuado no último século como uma força revolucionária na América Latina, ajudando a melhorar a qualidade de saúde pública, a gestão de empresas, a produção agrícola e o consumo popular. Nas últimas três décadas, têm promovido e apoiado o fortalecimento da democracia. Por isso, não entendo por que não reagem ao jargão vulgar de seus acusadores.

Veja – *Será que vai valer a pena mesmo naturalizar-se brasileiro, com todos os problemas que o senhor apontou?*

Gall – Não são problemas do Brasil em si. São problemas de desenvolvimento comuns a muitos países. Mas não podemos esquecer os progressos já alcançados. O Brasil segue sendo um país de aspirações. Se tomar a decisão estratégica de por um longo prazo concentrar seus esforços no sentido de melhorar a qualidade do ensino público e da infra-estrutura física – estradas, portos, energia elétrica, saneamento –, podemos prever um futuro brilhante para o país.

Anexo 5

Entrevista: Tariq Ramadan - Edição 1943 . 15 de fevereiro de 2006

Chega de destruição

O filósofo muçulmano diz que a ponte entre o Ocidente e o Islã é possível e desejável



“Se o Islã e o Ocidente partirem para o choque de civilizações, os dois lados sairão derrotados”

Se o Islã fosse um califado, o terrorista Osama bin Laden teria hoje o turbante mais alto. Mas, se dependesse da pureza da linhagem, o acadêmico suíço Tariq Ramadan poderia, perfeitamente, reivindicar o comando. Ele é neto do egípcio Hassan al-Banna, fundador da Irmandade Muçulmana, o primeiro movimento de renascimento islâmico, fonte inspiradora do terror em nome de Alá. Seu pai, Said, um dos fundadores da Liga Mundial Islâmica, foi expulso do Egito e se refugiou na Suíça. As armas de Ramadan são as idéias. Ele é autor de vinte livros que projetam sua visão reformista de um mundo muçulmano integrado aos valores liberais do Ocidente. Professor de filosofia europeia e estudos islâmicos no Saint Antony's College, em Oxford, na Inglaterra, ele transformou-se em guru dos jovens muçulmanos europeus. Ramadan está proibido de pisar numa meia dúzia de países árabes e também nos Estados Unidos. Na semana passada, enquanto multidões saíam às ruas em vários países em protesto contra a publicação das caricaturas de Maomé, Ramadan, 43 anos, entrou num café em Ealing Broadway, em Londres. Pediu um cappuccino e conversou com VEJA.

Veja – *O mundo seria melhor se os conflitos entre povos e nações fossem resolvidos por meio de guerras de caricaturas?*

Ramadan – Caricaturas e humor dependem da realidade de cada um. Certas coisas são universalmente engraçadas, outras não. Devemos ter cuidado com aquilo em que achamos graça. Num universo de tantas referências, algumas pessoas podem não achar graça nenhuma em determinado assunto. Os muçulmanos não estão habituados a fazer piada com religião. Por outro lado, os países ocidentais estão acostumados com isso há pelo menos três séculos. Um mundo melhor seria aquele em que todos nós, sendo razoáveis, escutássemos uns aos outros, e não se tentasse impor aos outros o nosso senso de humor.

Veja – *As charges de Maomé deveriam ser publicadas?*

Ramadan – Do ponto de vista legal, sim. No contexto de nossas sociedades cada dia mais pluralistas, com diferentes sensibilidades, eu diria que não é sábio publicá-las. Liberdade de expressão exige responsabilidade. É preciso ser razoável. Diga o que você tem a dizer, sem ofender as pessoas. Na Europa, os jornais não ferem a sensibilidade dos judeus. Por quê?

Veja – *Como determinar o que é sábio publicar?*

Ramadan – Existem a letra fria da lei e o cotidiano das pessoas. São coisas distintas. A discussão começou na Dinamarca, entre jornalistas. Alguns achavam que as caricaturas deveriam ser publicadas, outros que era pura provocação. Quando a provocação vai gerar

reações exageradas? Se alguém disser que esses parâmetros são subjetivos, que tudo deve ser baseado na lei, estará certo. Mas a vida é assim?

Veja – *O que o senhor quer dizer com isso?*

Ramadan – A vida nunca é uma questão de escolher entre o sim e o não. Isso é uma visão binária do mundo, da qual discordo. Porque sou livre, faço o que quero. Então faça, e você terá o confronto. Do lado dos muçulmanos, porque é proibido, não faça. Essa atitude preta ou branca é perigosa. Não conduz as pessoas ao diálogo, mas à disputa por poder. Essas questões são uma projeção da vida, merecem respostas com nuances.

Veja – *As referências não devem ser claras?*

Ramadan – Convivemos com pessoas que não dividem os mesmos valores e sensibilidades. O que devemos fazer? Eu ou você? Eu contra você? O que precisamos é de conhecimento mútuo. Se eu não sou igual a você, nós precisamos nos conhecer. Uma sociedade democrática nunca irá reduzir o convívio das pessoas apenas ao aspecto legal. A Europa tem valores intocáveis. Quem for viver aqui deverá respeitá-los ou estará ferindo a consciência europeia. Costuma-se fazer piada na Europa e nos Estados Unidos com o sofrimento judeu? Não. E concordo plenamente que não se deve fazê-lo, mesmo que seja legalmente permitido. A precaução intelectual quando se abordam questões sensíveis é o ponto de partida do humanismo.

Veja – *Quais são os limites a ser respeitados quando se fala em liberdade de expressão?*

Ramadan – É preciso respeitar a sensibilidade coletiva. O problema é que muitos europeus notaram que o continente onde vivem mudou, tornou-se ainda mais diverso do que já era. Não é mais possível encarar o Islã como algo estrangeiro. Veja o meu caso. Como muitos filhos de imigrantes, sou europeu e muçulmano. Portanto, a liberdade de expressão deve respeitar também a sensibilidade muçulmana. Ao mesmo tempo, digo aos muçulmanos, tomem uma atitude crítica e intelectual diante da realidade, não reajam apenas emocionalmente. Eles devem levar em conta que os europeus viveram de acordo com essas regras durante séculos.

Veja – *Muitos europeus temem que os muçulmanos não estejam atrás de respeito, mas de submissão?*

Ramadan – Por que submissão? Quem pensa assim não tem confiança em si próprio. É medroso, sua atitude não emana do orgulho, mas do medo. "Esses caras estão colocando minha identidade e valores em risco." Eu falo em convivência, em viver juntos. Estou interessado em construir pontes entre as pessoas, para criar um futuro comum.

Veja – *A reação muçulmana às caricaturas foi exagerada?*

Ramadan – Não foi apenas exagerada, mas insana. Acho errado ameaçar governos e a imprensa, promover boicotes econômicos, queimar embaixadas e bandeiras. Não é isso que devemos fazer. Muito menos essa competição de ofensas contra os judeus lançada pelos jornais iranianos.

Veja – *Por que não se viu no mundo islâmico a mesma indignação depois dos ataques terroristas em Nova York, Madri e Londres?*

Ramadan – Porque no início houve aquela atitude paranóica de achar que se tratava de uma conspiração internacional e de que "não temos nada com isso". Grande parte da elite muçulmana condenou os ataques, mas no nível popular não houve comoção. Desta vez, a questão toca mais de perto a sensibilidade popular que está, claramente, sendo instrumentalizada. Estive em Copenhague em outubro e ainda não havia ameaças. Mais tarde, alguns muçulmanos dinamarqueses visitaram países árabes e passaram a mensagem alarmista. Ou seja, houve uma múltipla instrumentalização por parte de governantes que se diziam defensores de valores islâmicos e de ditadores árabes que apontavam os países ocidentais como responsáveis por todas as frustrações de seus povos. Na Europa, a extrema direita também aproveitou para dizer que os muçulmanos não têm condições de integrar a sociedade ocidental.

Veja – *Por que não há ninguém do lado israelense e da comunidade judaica tocando fogo em embaixadas?*

Ramadan – Porque os judeus entenderam que isso é pura provocação. E também os israelenses não vivem, como 80% dos árabes, na miséria e ignorância. Eles não têm as mesmas frustrações, tampouco o sentimento paranóico de estar sendo ameaçados, continuamente, pelos países ocidentais. E, dizendo isso, vou ser proibido de entrar em outros países, além da Síria, Arábia Saudita, Egito, Tunísia...

Veja – *Em que sentido a pobreza influenciou a reação violenta à publicação das caricaturas?*

Ramadan – Miséria e ignorância propiciam reações populares puramente emocionais. É mais fácil para os governos locais, sob pressão para abrir sua sociedade e adotar a democracia, direcionar essa fúria para longe deles e na direção do Ocidente. É por isso que os incidentes mais graves ocorreram nas nações muçulmanas que estão em confronto aberto com os países ocidentais. Líderes fundamentalistas também se utilizam com frequência desse discurso do estilo "nós contra eles". Eles acabaram beneficiados pelo fato de uma caricatura ter mostrado o profeta Maomé com uma bomba no turbante. Esse detalhe reforçou a idéia de que os ocidentais não gostam do Islã. O muçulmano moderado sentiu-se ofendido ao ser visto no Ocidente como um terrorista.

Veja – *Por que os muçulmanos europeus reagiram de forma mais comedida?*

Ramadan – Os muçulmanos europeus entenderam de cara o desafio que a questão das caricaturas impunha e o perigo que ela representava. Os muçulmanos franceses tomaram a iniciativa de processar os jornais. Embora eu não concorde, é uma atitude menos emocional e, de certa forma, uma abordagem mais construtiva. Ou seja, não caíram na tentação iraniana de querer se exibir como o líder da resistência ao imperialismo ocidental. Os muçulmanos europeus devem permanecer firmes contra essa insanidade.

Veja – *Estamos vivendo um confronto de civilizações?*

Ramadan – Não, o que estamos presenciando são confrontos dentro de cada civilização. Tanto no Ocidente como no mundo islâmico existem aqueles que defendem a necessidade de enfatizar os valores comuns das duas sociedades. Os obtusos, em oposição, acham que seus princípios são melhores e devem ser seguidos pelos outros, nem que seja na base da

imposição. Minha posição é a seguinte: os moderados devem se unir e rejeitar as polarizações. Se o Ocidente e o Islã partirem para o confronto de civilizações, os dois lados sairão derrotados.

Veja – *O Islã é compatível com as liberdades ocidentais?*

Ramadan – Claro que sim. É compatível com o Estado de direito, com a igualdade de cidadania, com a separação das esferas pública e privada, com governos transparentes. A percepção de que o Islã é dominador, dogmático e violento, enquanto o mundo ocidental é livre, democrático e racional, representa uma visão maniqueísta, completamente sem sentido, baseada no desconhecimento da história do Islã. Tivemos nosso período das luzes e também de trevas. Há uma boa dose de influência islâmica nos valores ocidentais. Do ponto de vista cultural, considero-me ocidental e, portanto, favorável à democratização dos países islâmicos e à liberdade de expressão.

Veja – *O Islã precisa de um Voltaire (nome literário de François-Marie Arouet, 1694-1778, escritor francês notável por suas idéias anticlericais e pela cruzada contra a tirania)?*

Ramadan – O Islã precisa de mais estudiosos, de intelectuais com disposição autocrítica. O que temos hoje não é progresso, mas regressão. Existe um imenso abismo entre nossos ideais e nossa prática. Portanto, precisamos de reformas – e elas não podem vir de fora, ou terão efeito contrário. O mundo ocidental tem um papel importante a desempenhar, que é dar espaço a uma reforma autônoma do Islã. Mas é preciso admitir que o Islã nunca será exatamente como o Ocidente quer.

Veja – *Que tipo de reformas o senhor defende para o Islã?*

Ramadan – Precisamos parar com essa mania de achar que todos os nossos problemas são causados pelo Ocidente. Há anos venho pregando reformas em livros, artigos e conferências. No mundo islâmico, muita gente prefere me acusar de ser fantoche dos americanos. Fui convidado para lecionar na Universidade Notre Dame, nos Estados Unidos. Mas o governo americano negou o meu pedido de visto com base na legislação antiterror criada depois dos atentados de 2001. Ou seja, nem entrar no país eu posso. De que adiantaria eu assumir o papel de vítima, como sempre fazem os muçulmanos, achando que todos os problemas vêm de fora?

Veja – *Por que o senhor pediu uma moratória na prática de apedrejamento das mulheres adúlteras no Islã, e não um banimento total?*

Ramadan – Porque essa punição está escrita no *Corão*, que é a palavra de Alá. Não é possível simplesmente pedir para retirar esse trecho do livro santo. O mais importante é parar com a prática até que ela se torne um hábito em desuso. Depois, precisamos avançar com a idéia de que, se há texto, também há contexto. Apesar de tudo, eu disse para quem quisesse ouvir na Arábia Saudita e na Nigéria que sou contra apedrejamento, punições físicas e pena de morte. É preciso ir devagar.

Veja – *O que deve ser feito para acalmar os fundamentalistas?*

Ramadan – Precisamos traçar uma linha divisória. Alguns radicais pregam não só atitudes estranhas, mas também contra a verdadeira natureza do Islã. Essa prática precisa ser condenada sem hesitação. Mas não basta, é preciso que a repugnância seja comunitária.

Veja – *Qual o melhor caminho para reduzir a tensão entre o Islã e o Ocidente?*

Ramadan – O fato de existirem milhões de descendentes de árabes e muçulmanos vivendo no Ocidente causa um impacto tremendo no Islã. O mundo islâmico está de olho em nós. Se conseguirmos estabelecer uma boa convivência, sob uma base de confiança mútua, estaremos enviando o sinal de que é possível repetir essa experiência num patamar mais amplo, entre o Islã e o Ocidente. O maior atrito ocorre na Europa, mas é também onde há maiores possibilidades de diálogo. O desafio é tremendo. O caso das caricaturas é o sonho da extrema direita europeia e também dos extremistas islâmicos, pois atrapalha o entendimento. Os muçulmanos europeus precisam estar totalmente comprometidos com a identidade europeia e convictos de que esta sociedade é também a deles.

Veja – *Como o senhor provocaria mais admiração no seu pai?*

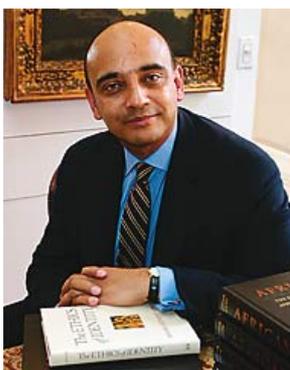
Ramadan – Construindo pontes entre os dois mundos aos quais pertença, e que hoje estão surdos e se vendo como caricaturas.

Anexo 6

Entrevista: Kwame Anthony Appiah - Edição 1946 . 8 de março de 2006

Uma ONU em casa

O filósofo americano, filho de inglesa e africano, com parentes em uma dezena de países, considera absurdo tentar preservar a pureza das culturas regionais



"Não há melhor maneira de garantir respeito cultural a um povo do que lhe dar empregos bem pagos"

Quando o assunto é diversidade cultural, o filósofo Kwame Anthony Appiah, 51 anos, fala de sua própria família. Nos anos 50, sua mãe, aristocrata e filha de um ministro inglês, desafiou as convenções para se casar com um estudante africano. Appiah nasceu na Inglaterra, mas passou parte da infância e da juventude em Kumasi, capital do povo de seu pai, os ashantis, em Gana. Como vive e trabalha nos Estados Unidos, adotou também a nacionalidade americana. Tem primos indianos, libaneses, franceses e quenianos. "Nas reuniões de família, falam-se oito línguas e há representantes das três grandes religiões monoteístas", diz. Ph.D. pela universidade inglesa de Cambridge e ex-professor em Harvard, Appiah critica quem tenta isolar o Terceiro Mundo da influência ocidental. Em *Cosmopolitanismo: Ética em um Mundo de Estranhos*, publicado neste ano nos Estados Unidos, o filósofo sustenta que a globalização faz bem às culturas regionais. Appiah falou a VEJA de seu escritório na Universidade Princeton, onde leciona há quatro anos.

Veja – *A ONU aprovou uma convenção para proteger a diversidade cultural no mundo. Que efeitos práticos esse documento pode ter?*

Appiah – A convenção baseia-se no temor de que a cultura de massa ocidental ocupe o espaço das diferentes formas culturais de outras partes do globo. Esse é o argumento para que os países defendam suas expressões artísticas e costumes nacionais ou locais. É, no mínimo, uma contradição. A própria ONU defende a livre circulação de idéias, a liberdade de pensamento e de expressão e os direitos humanos. A convenção para proteção cultural pode ser usada para desrespeitar esses valores. O que, aliás, já vem acontecendo. Na China, o governo utiliza a convenção da ONU como justificativa para impedir que a população tenha livre acesso à internet. Os burocratas chineses estão preocupados em preservar a cultura local? Claro que não. Apenas querem impedir os cidadãos de ter contato com idéias e informações que os levem a desafiar o governo.

Veja – *Não há fundamento na preocupação de governos, ONGs e políticos de que a globalização ameaça a diversidade cultural?*

Appiah – Entendo quando governos se preocupam com o desaparecimento de formas tradicionais de arte. Devemos apoiar manifestações artísticas tradicionais porque elas são valiosas não apenas para quem as faz, mas para toda a humanidade. É preciso, por exemplo, gravar as canções tradicionais maoris, da Nova Zelândia, ou a história oral dos povos amazônicos, para que não se percam. Mas é errado tentar barrar trabalhos artísticos vindos de outras partes do mundo. A população deve ter liberdade para escolher quais produtos culturais

deseja consumir. Na verdade, a questão é outra. Boa parte da humanidade não tem dinheiro para seguir o estilo de vida que gostaria ou para consumir o tipo de arte que desejaria. A razão pela qual os moradores de uma pequena comunidade na África preferem usar camisetas em lugar de roupas tradicionais é simples: as roupas ocidentais custam menos. O que há de errado com as camisetas? Elas são baratas e cobrem o corpo. Ou seja, cumprem a função de uma roupa. É isso que importa. Podemos deixar as vestes tradicionais para os dias de festa.

Veja – *Alguns países temem a força da indústria cultural americana, cujo exemplo mais vistoso são os filmes de Hollywood. Esse temor se justifica?*

Appiah – Ninguém obriga os brasileiros ou os franceses a assistir aos filmes de Hollywood. Não há tropas americanas nas ruas de Paris obrigando os parisienses a entrar nos cinemas. Eles assistem aos enlatados americanos porque querem. Eu me preocuparia mais em estimular os americanos a ver filmes franceses, porque são bons e merecem ser vistos, do que em restringir a exibição de obras americanas nos cinemas da França. O mesmo, por sinal, vale para o Brasil. Os indivíduos e suas escolhas são mais importantes do que a cultura que se quer preservar. Isso vale para tudo, desde o estilo de vida que se segue até o tipo de arte que se consome.

Veja – *Como assim?*

Appiah – Uma cultura só tem importância se for boa para os indivíduos. Imagine uma comunidade que tem um costume que nós consideramos inaceitável. Obrigar as mulheres a ficar em casa e só sair na rua com o corpo e o rosto cobertos, por exemplo. Alguém dessa comunidade pode defender esse abuso sob o argumento de que faz parte de sua cultura. Eu discordo. Se o costume é ruim para o bem-estar de uma grande parcela daquela população, o fato de fazer parte da cultura não é motivo para insistir no erro. O foco de nossa preocupação deve ser o indivíduo, não a tribo ou a nação. Antes de qualquer consideração, precisamos definir o que vem primeiro, se os direitos humanos ou os costumes estabelecidos. Os preservacionistas culturais certamente não concordam com a discriminação sofrida pelas mulheres, mas são capazes de tolerar esse absurdo sob o argumento de que se trata de um valor cultural. Isso é errado. Há formas boas e ruins de diversidade cultural.

Veja – *O que são preservacionistas culturais?*

Appiah – Os preservacionistas culturais, geralmente gente com bom padrão de vida em algum país ocidental, olham para a cultura de outras regiões ou países e dizem: "Que bonito, eles deveriam ser assim para sempre. Devemos fazer com que eles permaneçam com seu estilo de vida autêntico, protegido da nossa cultura ocidental e comercial". É esse tipo de gente que acha ruim que a população de Gana use camisetas e não aquelas típicas roupas coloridas. Ora, cada um deve ter o direito de vestir o que quiser. Se não pode pagar por isso, é um problema de pobreza, não de autenticidade. Ninguém estranha que um cidadão de um país rico viva em uma bela casa do século XVIII com aquecimento central. Nada menos autêntico do que isso, mas quem se importa? Por que outros povos não podem querer modernizar-se também? Uma cultura totalmente preservada, impedida de sofrer influências externas, está morta. Não há sentido em querer congelar um povo no passado.

Veja – *A globalização deixou o mundo mais homogêneo culturalmente?*

Appiah – A globalização tem como centro as megacidades, como a Cidade do México, São

Paulo, Calcutá ou Hong Kong. Esses são lugares absolutamente heterogêneos. São Paulo tem a maior população japonesa fora do Japão, mas também tem habitantes de muitos outros lugares do mundo. Nova York tem a maior população judia fora de Israel. Os meios de transporte modernos e as trocas culturais através da mídia eletrônica permitem uma grande diversidade cultural nesses lugares. A homogeneização é mais visível em pequenos povoados de países pobres. É lá que alguns se chocam em ver Coca-Cola, aparelhos de rádio ou outros indícios da cultura externa. Não há nada de errado na homogeneização global. É ela que permite que mais comunidades tenham água tratada e encanada. Os serviços básicos de saúde se expandiram. Não há como ser contra esse fenômeno.

Veja – *Que parcela de uma sociedade resiste mais à influência de culturas externas?*

Appiah – Em geral é aquela que tem alguma forma de poder a preservar. Muitas das idéias, informações e hábitos que vêm de fora desafiam a autoridade dos homens sobre as mulheres, de governantes ou de religiões tradicionais. Por isso é tão comum ver chefes políticos fazendo leis para impedir mudanças culturais. Eles temem perder os meios de que dispõem para controlar a população. É uma espécie de fundamentalismo político, que resiste à globalização.

Veja – *Há países que exigem que as rádios toquem músicas nacionais boa parte do tempo. Muitos líderes políticos em algumas nações latino-americanas defendem o uso do Estado para proteger a identidade cultural dos indígenas. Essas idéias fazem sentido no mundo atual?*

Appiah – É surpreendente, mas esse tipo de gesto nacionalista é muito comum no mundo moderno. Estou certo de que as pessoas sabem muito bem julgar o que querem ouvir. Ninguém precisa do Estado ditando escolhas musicais. A vida cultural do país não vai melhorar com a obrigatoriedade de certo tipo de exibição, porque ela pode ser cumprida enchendo as ondas de rádio com música nacional da pior qualidade. Por outro lado, em casos como o da Bolívia, onde um presidente de origem indígena acaba de ser eleito, eu entendo que a maioria da população tenha se sentido desrespeitada em sua cultura nas últimas décadas. Ao focar em medidas para devolver o reconhecimento que os indígenas não tiveram no passado, no entanto, o governo boliviano corre o risco de se desviar da questão material mais urgente, que é a solução do problema da pobreza. Não há melhor maneira de garantir respeito cultural a um povo do que lhe dar empregos bem pagos.

Veja – *A política indigenista brasileira preocupa-se em preservar o modo de vida dos índios em sua forma original. É possível ter sociedades monoculturais em um mundo globalizado?*

Appiah – Difícil é encontrar uma sociedade que seja monocultural. As culturas são feitas tanto de continuidade quanto de mudanças. E as transformações não significam o fim de sua sobrevivência. As culturas estão o tempo todo emprestando elementos umas das outras e isso é bom. Nada parece mais monocultural do que um monastério tibetano e, no entanto, o budismo veio de fora, da Índia. Quem visita as aldeias ao redor da cidade em que vivi em Gana pensa que está diante de comunidades monoculturais. Como, se quase todos os moradores são cristãos? O cristianismo chegou à região no século XIX, trazido pelos europeus. É, portanto, um aspecto recente da cultura local. Os exemplos são infundáveis. Culturas que não se transformam morrem.

Veja – *O Brasil criou cotas para a população negra nas universidades. Muitos críticos consideram essa medida uma forma de criar uma identidade racial de cima para baixo. O senhor concorda?*

Appiah – Não se pode forçar a diversidade criando, entre os indivíduos, diferenças das quais eles sempre quiseram escapar. É uma péssima idéia adotar no Brasil medidas contra o racismo criadas para o contexto dos Estados Unidos, como o sistema de cotas. A realidade racial brasileira é muito diferente. Há duas diferenças básicas. A primeira é que no Brasil a classificação racial é feita com base na aparência do indivíduo. Nos Estados Unidos, é a ancestralidade que conta. Aqui, alguém com a aparência do presidente Bill Clinton pode ser considerado negro. Já no Brasil, alguém que se pareça com Clinton será ridicularizado caso se identifique como negro. A segunda diferença é que, desde a abolição da escravidão, no Brasil nunca mais houve segregação racial oficial. Nos Estados Unidos, em muitos estados, os negros eram proibidos por lei de entrar em determinados lugares e de exercer determinadas funções até os anos 60. Por isso, não é uma boa idéia repetir a experiência recente americana sem levar em conta as peculiaridades brasileiras. O problema das cotas é que a universidade não terá utilidade alguma para o aluno se ele não estiver preparado.

Veja – *O fundamentalismo islâmico pode ser considerado um tipo de preservacionismo cultural?*

Appiah – O curioso a respeito dos verdadeiros fundamentalistas muçulmanos é que eles não são nada preservacionistas. Eles são, sim, hostis às culturas tradicionais de seus lugares de origem. Os fanáticos que participam de atentados terroristas acreditam ter encontrado a versão verdadeira de sua religião. Para eles, os seus pais, para quem o Islã está ligado a um estilo de vida tradicional, não são bons muçulmanos. Muitas práticas tradicionais em países muçulmanos não são aceitas pelos fundamentalistas porque não são, na sua visão, fiéis ao *Corão*. Os fundamentalistas são reformadores radicais do Islã. Eles tentam criar uma forma moderna e simplificada da religião, não uma repetição de algo que existiu no passado. Querem o Islã tirado de seu contexto cultural. São perigosos não porque querem preservar uma cultura, mas porque querem destruir a existente.

Veja – *Que tipo de mundo os fundamentalistas muçulmanos querem criar?*

Appiah – Eles querem que todos sejam como eles. É isso que os distingue de quem tem uma visão cosmopolita do mundo. Os fundamentalistas acreditam que, para dar sentido e dignidade à vida das pessoas, todas devem ser iguais a eles. Já os cosmopolitas acham que isso só será atingido se cada um puder fazer as escolhas que quiser. O objetivo de fundamentalistas e cosmopolitas é o mesmo, mas os meios mudam. Para os cosmopolitas, a verdade está distribuída ao redor do planeta. Nem todo mundo tem a mesma idéia de qual é a melhor maneira de ser feliz. É uma visão pluralista do mundo e é a que eu defendo.

Anexo 7

Entrevista: Karen Hughes - Edição 1948 . 22 de março de 2006

A guerreira de Bush

Assessora e amiga do presidente americano, a subsecretária de Estado corre o mundo com a difícil missão de melhorar a imagem dos EUA



"Nas democracias, todo cidadão tem um lugar à mesa, e isso faz delas sociedades mais pacíficas"

Karen Hughes é uma das amazonas do presidente americano George W. Bush, que gosta de se cercar de colaboradoras fortes e fiéis. No caso dela, a comparação com as guerreiras mitológicas é mais do que simbólica. Ela mede mais de 1,80 metro, calça 41 e tem uma capacidade de comando que já aterrorizou muitos marmanjos, tanto durante a primeira campanha presidencial de Bush quanto no período em que controlou ferozmente todo o esquema de comunicação social da Casa Branca. Apelidada de "Spice Girl", ela "largou tudo" em 2002 para voltar ao Texas porque o filho adolescente e o marido não se acostumavam à vida em Washington. Escreveu um livro, deu palestras e fez comida para a família até ser convocada pelo chefe e amigo, no ano passado. Retornou como subsecretária de Estado para Diplomacia Pública, com a missão – impossível, acreditam muitos – de melhorar a imagem dos Estados Unidos no mundo, o que tem lhe valido, mesmo entre públicos menos hostis, risinhos irônicos, contestações inflamadas e até vaias. Situações que enfrenta com os olhos azuis faiscantes de convicção total na sua tarefa e o método de só focar nas mensagens positivas. O que tem a dizer:

Veja – *O presidente Bush que a senhora descreve em seu livro é um homem gentil, confiável, engraçado. Por que ele tem uma imagem tão negativa mundo afora, inclusive no Brasil?*

Hughes – Faz parte da realidade que vivemos a crítica incessante da mídia a todos os líderes de todos os governos, não apenas ao presidente Bush...

Veja – *O presidente do Brasil certamente concordaria com essa análise.*

Hughes – Não estou dizendo isso para criticar os meios de comunicação, cujo trabalho, em parte, é questionar. Mas gosto de lembrar que um bombardeio tem muito mais espaço como notícia do que a abertura de uma escola. E, a longo prazo, a abertura de uma escola para meninas no Afeganistão, por exemplo, pode ser mais importante para a sociedade. Mas notícia é confronto, é controvérsia – e isso é ressaltado todo dia pela TV, pelas páginas de sua revista ou dos jornais.

Veja – *Tudo é culpa da cobertura negativa?*

Hughes – A questão é que ouvimos falar muito mais sobre as áreas de discordância. No caso do Iraque, por exemplo. Sei muito bem que muita gente no Brasil, e também o governo brasileiro, discordou de nossa decisão a respeito do Iraque. O mesmo aconteceu em outros países. Mas também houve quem concordasse conosco. Sempre me impressionou o fato de

que o presidente Bush, que é republicano conservador, e o primeiro-ministro Tony Blair, um líder trabalhista liberal, tivessem exatamente a mesma visão sobre a questão do Iraque.

Veja – *Mesmo pessoas que não foram contra a invasão do Iraque têm dificuldade em entender a lógica por trás de certos fatos. Um exemplo: antes da invasão americana, não havia nenhuma atividade terrorista no Iraque; depois, o país virou o epicentro do jihadismo à moda da Al Qaeda, sob a vista das Forças Armadas americanas. Como é possível?*

Hughes – A Al Qaeda vinha treinando durante anos, ao redor do mundo, para desfechar seus ataques contra os Estados Unidos e o mundo civilizado. Devido à intervenção no Iraque, eles se concentraram lá. Mesmo se não estivéssemos no Iraque, a Al Qaeda estaria agindo em alguma outra parte. Eles querem matar americanos, querem matar cristãos, querem matar judeus e querem matar muçulmanos que não concordem com eles.

Veja – *A questão é exatamente essa: como eles podem agir de maneira tão incessante, e tão livremente, num país sob a intervenção do Exército mais poderoso do mundo?*

Hughes – Infelizmente, eles são muitos e são bem treinados. Infelizmente, existem jovens dispostos a se matar em atentados que tirem muitas vidas. O que precisamos examinar são as razões que levam um jovem a se sentir tão amargurado, tão ressentido, tão desesperançado que se dispõe a se matar com o propósito de causar a maior carnificina possível. Isso não é normal. Foi isso que o presidente Bush reconheceu quando disse que a política americana em relação ao Oriente Médio foi, durante anos, ignorar a falta de liberdade, acreditando-se assim que a estabilidade produziria segurança. Depois do 11 de Setembro, ele percebeu que não poderíamos continuar ignorando a falta de liberdade no Oriente Médio, pois isso é o que produz condições tão horríveis que levam pessoas a seqüestrar aviões e se jogar contra prédios cheios de inocentes.

Veja – *Mas a situação no Oriente Médio não parece ter melhorado nada. Um dos problemas principais, a questão israelense-palestina, até piorou. O que o governo Bush vai fazer?*

Hughes – Em primeiro lugar, quero dizer que temos grande consideração pelo povo palestino. Insistimos que vamos manter a ajuda humanitária aos palestinos. O presidente Bush já deixou muito claro que os Estados Unidos apóiam um Estado palestino, que viva em paz ao lado de Israel. A solução dos dois Estados tornou-se mais aceita ao longo do governo Bush. Nas eleições, os palestinos votaram pela mudança. Ficou claro que querem mudanças, que querem acabar com a corrupção.

Veja – *Querem o Hamas, também, que ganhou a eleição.*

Hughes – Gostaria de lembrar que os palestinos também votaram, um ano atrás, no presidente Abbas. Agora, votaram no Hamas. Nós acreditamos que, para cumprir as promessas feitas ao povo palestino, o Hamas precisa fazer três coisas: renunciar ao terror e à violência, reconhecer o Estado de Israel e se comprometer com um acordo (*de paz*) já endossado no passado pelos palestinos.

Veja – *Como lidar com o fato de que eleições em países do Oriente Médio podem simplesmente substituir regimes autoritários por repúblicas islâmicas?*

Hughes – Eleições são importantes, mas são apenas uma parte do processo democrático. Precisamos trabalhar para construir as instituições que formam uma sociedade civil. Mas é

muito difícil fazer isso num regime autoritário, que não admite liberdade de imprensa, de opinião ou de reunião nem o pluripartidarismo. No Oriente Médio, estamos trabalhando para abrir caminho para esse tipo de coisa, para que surjam uma imprensa mais livre, organizações da sociedade civil e grupos de promoção dos direitos da mulher. O presidente Bush acredita que as mulheres serão um importante agente de mudança no Oriente Médio. Estou vindo do Chile, onde fui à posse da nova presidente (*Michelle Bachelet*). Acho que ela pode dar um grande exemplo ao mundo todo. O pai dela morreu na prisão; ela e a mãe foram presas e torturadas. Mas, em vez de pregar que ódio com ódio se paga, ela diz que a melhor maneira de superar isso é trabalhar em favor do entendimento e da tolerância.

Veja – *O Chile é um bom exemplo, pois talvez não exista outro país no mundo que tivesse mais motivos para ser profundamente antiamericano, pelas razões históricas que conhecemos, mas não é isso que acontece. Qual o papel do desenvolvimento econômico em face dos problemas que os Estados Unidos enfrentam nas relações com outros países?*

Hughes – O desenvolvimento econômico é muito importante, pois através dele é que se realizam as promessas da democracia. É importante que os Estados Unidos e o Brasil trabalhem em parceria para que essas promessas se tornem realidade – e não apenas para as elites, mas para os pobres, para os destituídos e para as minorias. Se conseguirmos demonstrar os benefícios da democracia para todos, estaremos criando um foco de esperança para o hemisfério e para o mundo.

Veja – *Existe uma maneira correta de fazer oposição a líderes profundamente antiamericanos como Hugo Chávez, na Venezuela, e Evo Morales, na Bolívia, sem ao mesmo tempo atropelar a vontade popular da maioria dos eleitores que votaram neles?*

Hughes – Obviamente, nós gostaríamos que líderes eleitos democraticamente governassem democraticamente, permitindo a liberdade de imprensa, de manifestação e de opinião. Mas, como a secretária Condoleezza Rice disse agora no Chile, estamos dispostos a trabalhar com governos de todo o espectro político.

Veja – *A secretária Rice também acabou de dizer que o Irã constitui atualmente a maior ameaça aos interesses americanos. Retomando a questão das contradições da invasão americana no Iraque: ao abrir caminho à maioria xiita, cujos líderes religiosos têm ligações estreitíssimas com o Irã, esse país acabou sendo o grande beneficiado pela intervenção. Qual é a lógica disso?*

Hughes – No Iraque, nós também fizemos um grande e bem-sucedido esforço para incluir representantes dos sunitas e dos curdos. Nas últimas eleições, houve ampla participação de todas as facções. Quanto ao Irã, estamos trabalhando em conjunto com a comunidade internacional para enfrentar a ameaça que ele representa. Acreditamos que um Irã dotado de armas nucleares seria um fator desestabilizador para a região e uma ameaça para o resto do mundo. Ninguém quer que o Irã venha a ter armas nucleares.

Veja – *No entanto, parece que é exatamente isso que eles pretendem fazer. Qual é o próximo passo, para os Estados Unidos?*

Hughes – Estamos empenhados em tentar resolver isso diplomaticamente, e é por isso que vamos ao Conselho de Segurança da ONU. Este é o próximo passo: ir ao Conselho de Segurança e ver o que ele pode fazer.

Veja – *Se a senhora tivesse o poder de fazer qualquer coisa para melhorar a imagem dos Estados Unidos no mundo, qual seria sua primeira medida?*

Hughes – Faria com que todas as crianças do mundo tivessem acesso à educação. Acredito realmente que, a longo prazo, a maneira de derrotar a ideologia do ódio é através da educação e das mentes abertas. Quem tem acesso à educação aprende a pensar por si mesmo, a decidir por si mesmo, e sempre acabará optando pela liberdade em lugar da tirania, pelo estado de direito em vez de Estados policiais, pela diversidade em lugar de um conformismo rígido. Os extremistas que enfrentamos têm mente fechada, estão dispostos a matar quem não concorda com eles. Queremos que as pessoas tenham capacidade de decisão porque confiamos no poder da liberdade, da justiça e da oportunidade para todos.

Veja – *Ainda assim, vários dos responsáveis pelos atentados nos Estados Unidos e na Europa tinham bom nível de instrução. Alguns nasceram e foram criados em países europeus, no ambiente mais livre que se possa imaginar. Optaram pelo outro lado na guerra das idéias. Qual a iniciativa mais poderosa que pode ser tomada para ganhar essa guerra?*

Hughes – Acho que talvez seja dar força àqueles que, no interior das comunidades muçulmanas, não acreditam que a violência seja necessária para praticar a sua fé. A toda hora eu tenho encontros com líderes muçulmanos, de todas as partes do mundo, e muitos dizem que a sua religião não prega a morte de inocentes, que é uma religião da paz, que ensina que toda vida é preciosa. São eles que podem difundir essa mensagem, não eu – mulher, cristã e representante do governo dos Estados Unidos. Por isso, é importante lhes dar condições para que se façam ouvir.

Veja – *A reação negativa que levou ao cancelamento, contra a vontade do governo Bush, do negócio que daria a uma empresa de Dubai o controle das operações de importantes portos americanos prejudica o esforço de aproximação com os muçulmanos moderados?*

Hughes – Fiquei muito preocupada com isso. Nós precisamos de amigos no mundo árabe, no mundo muçulmano em geral. Todos ficamos preocupados com o cancelamento da transação dos portos, pela mensagem que pode passar. É muito importante que os Estados Unidos forjem laços de amizade e alianças ao redor do mundo.

Veja – *O presidente Bush provavelmente será julgado pela história por um único critério: se, ao sair do governo, tiver deixado um mundo mais seguro para os americanos. Quais as chances de que isso venha a ser realidade?*

Hughes – Acredito que vai acontecer. Se olharmos para os anos imediatamente posteriores à II Guerra Mundial, a história parecia que ia ser muito diferente do que sabemos que ocorreu, com o benefício da visão retrospectiva. Entendo que o mundo hoje passa por momentos muito conflitantes. Vimos, por exemplo, a alegria com que os iraquianos foram às urnas e também os horrores do ataque à mesquita de Samara. Se olharmos para o que está acontecendo no mundo – as mulheres conquistando o direito de votar e de se candidatar no Kuwait, o povo do Iraque e do Afeganistão votando –, veremos que a liberdade está ganhando impulso. Em última instância, numa democracia todo cidadão tem um lugar à mesa, e isso significa que as democracias são sociedades mais pacíficas. Veja o que ocorreu neste continente: em 25 anos, passamos da era das ditaduras militares e das guerras civis para, na maioria esmagadora dos países, a dos governos democráticos e estáveis. Por isso, acredito que as medidas tomadas

pelos Estados Unidos para enfrentar a ameaça terrorista e difundir a democracia resultarão num mundo mais pacífico para nossos filhos.

Anexo 8

Entrevista: Luca Cordero di Montezemolo - Edição 1950 . 5 de abril de 2006

O capitão da Itália

Política italiana, investimentos no Brasil, o sonho de dirigir uma Ferrari, elogios ao piloto Felipe Massa e uma estocada em Rubens Barrichello. Eis uma amostra do que pensa o presidente da Fiat



“A divisão entre direita e esquerda na Itália é um grande anacronismo. O problema do país é a governabilidade”

O bolonhês Luca Cordero di Montezemolo, de 58 anos, presidente mundial da Fiat, é o homem mais poderoso da Itália, entre aqueles que não têm mandato político – não só pela posição que ocupa, como pelo prestígio que angariou nos últimos trinta anos no comando de diversas empresas. Na presidência da Fiat há menos de dois anos, ele tirou a montadora do buraco, aumentando consideravelmente suas margens de lucro e reduzindo sua dívida de 9,5 bilhões de euros para um terço disso. Presidente da Confindustria, a confederação de empresários italianos, ele esteve no Brasil na semana passada, à frente de uma comitiva de 250 empreendedores. A intenção é estabelecer parcerias e reforçar os investimentos italianos no país. Antes de comparecer a um coquetel promovido em São Paulo pela Ferrari – da qual Montezemolo também é presidente –, ele deu a seguinte entrevista a VEJA.

Veja – *A Itália chega a mais uma eleição profundamente dividida entre direita e esquerda. Não lhe parece um anacronismo?*

Montezemolo – Sim, é um grande anacronismo. Especialmente porque a Itália precisa com urgência de reformas estruturais. Nos últimos quinze anos, à exceção da adoção do euro, não se fez nenhuma reforma verdadeiramente profunda no país. Precisamos de uma universidade que funcione nos moldes americanos, centrada na pesquisa e na parceria com a iniciativa privada. Precisamos que as empresas sejam desobrigadas de pagar tantos impostos, para que se tornem mais fortes e competitivas. Precisamos de uma política energética consistente – hoje pagamos 30% a mais por energia do que os nossos concorrentes europeus. E, talvez o mais importante, precisamos de uma mudança radical na administração pública, porque as exigências burocráticas são pesadas e penalizam sobretudo a pequena empresa. Pois bem, a contraposição excessiva entre direita e esquerda coloca em risco a possibilidade de que essas reformas se concretizem. Para que ocorram, é fundamental o apoio das duas facções. Temos de seguir o exemplo da Inglaterra, onde o interesse nacional passou a prevalecer sobre o aspecto ideológico. No pós-guerra, a mediação política permitiu que se chegasse a acordos na Itália. Hoje, com essa polarização exagerada, as coisas estão mais difíceis. Além disso, mesmo no interior da direita e da esquerda falta coesão política; ambas as coalizões têm muitas divergências internas. A agência de classificação de risco americana Standard & Poor's disse que o problema da Itália é a governabilidade. Concordo plenamente.

Veja – *A esquerda italiana culpa o primeiro-ministro Silvio Berlusconi por tudo de ruim que ocorre na Itália. Ela está certa?*

Montezemolo – Acho errado personalizar em demasia os problemas italianos. Mas o fato é que, em 2001, quando Berlusconi assumiu, ele estava à frente de um governo que contava com uma grande maioria parlamentar, algo que jamais houve na Itália do pós-guerra. Um governo que reunia condições de continuidade temporal e que poderia finalmente mudar o país por meio de reformas. Embora algumas delas tenham sido feitas, como a que flexibilizou um pouco a legislação trabalhista, creio que o governo Berlusconi é o governo das ocasiões perdidas.

Veja – *O que faltaria tanto à direita quanto à esquerda italianas?*

Montezemolo – Cultura industrial. Com isso quero dizer que é necessário recolocar as empresas no centro das preocupações políticas. Foram as empresas que, numa Itália destruída pela II Guerra, sem matérias-primas importantes, conseguiram fazer com que as coisas prosperassem a ponto de o país se tornar a sexta potência econômica mundial. São as empresas que fazem uma nação crescer e proporcionam bem-estar à população.

Veja – *Uma sucessão de escândalos atingiu o capitalismo italiano nos últimos anos. Isso não teria contribuído para estigmatizar os empresários do país?*

Montezemolo – Creio que não. Inclusive porque, em tais momentos, os representantes mais avançados do capitalismo italiano tomaram posições firmes sobre a necessidade de respeito às normas e ao mercado. Os escândalos nasceram de um país sem regras – e, se algumas operações ilícitas não foram adiante, isso ocorreu graças também à forte reação do moderno *establishment* italiano.

Veja – *Por que nos países latinos os empresários têm uma imagem mais negativa do que positiva?*

Montezemolo – Acho que a admiração pelos empresários vem aumentando. A percepção de que as empresas produzem crescimento e bem-estar está mais clara. Na Itália, diante dos escândalos, das ocasiões perdidas, da grande preocupação sobre a agenda da centro-esquerda, creio que os empresários adquiriram mais importância e credibilidade.

Veja – *O senhor acredita que o empresariado, seja na Itália, seja em outros países, teria de desempenhar um papel político mais explícito?*

Montezemolo – Sou de opinião de que cada um deve fazer o seu trabalho: empresários e políticos. No caso da Itália, a esperança do empresariado é que o novo governo esteja disposto a tomar decisões antes de obter consenso social a respeito delas, e não o contrário. De qualquer forma, fico satisfeito com o fato de que temas lançados pela Confindustria, como o custo exagerado do trabalho e a necessidade de imprimir maior capacidade de concorrência e inovação à economia italiana, tenham se tornado centrais na campanha eleitoral.

Veja – *Muitos na Itália acham que o senhor, tido como um herói do empresariado do país e considerado um dos cinquenta empresários mais importantes do mundo pelo jornal inglês Financial Times, cultiva ambições políticas.*

Montezemolo – Há quem acredite que eu pudesse encabeçar uma coalizão de centro, mas não tenho a menor vontade de fazer política. O que me dá prazer na vida é a organização

empresarial e tudo o que diz respeito a esse universo – o produto, o cliente, o marketing. Como sou presidente da Confindustria, da Fiat e da Ferrari, é natural que achem que eu posso cultivar também ambições políticas. Na verdade, procuro apenas estimular o país. Meu papel, como presidente da confederação de empresários da Itália, é dar um empurrão em direção à modernização, ainda que isso aborreça alguns industriais, que gostariam de mais protecionismo.

Veja – *Entre as grandes nações industrializadas, a Itália é a que conta com o maior número de pequenas empresas. É o país do "small is beautiful". Até agora, essa característica impediu os italianos de aproveitar melhor as oportunidades oferecidas pela globalização. Por não dar conta dessa necessidade, as pequenas empresas italianas estariam destinadas à extinção nas próximas décadas?*

Montezemolo – Nesta missão ao Brasil, a Confindustria trouxe 250 pequenos empresários, uma quantidade respeitável, visto que o Brasil não é a Alemanha ou a França, não está logo ali na esquina para os italianos. Antes de irmos para cá, fomos à Índia, à China, à Turquia e à Bulgária. O motivo dessas missões é simples: para que consigam sobreviver, é fundamental que as pequenas empresas não só se especializem mais e mais como façam joint ventures no exterior. No caso das empresas italianas, elas podem fornecer know-how e marcas, enquanto seus parceiros estrangeiros podem entrar com capitais locais e conexões. Esse é o caminho. Em relação ao Brasil, por exemplo, acho que existe a possibilidade de fazer joint ventures no setor alimentício. A Itália tem marcas fantásticas – quase todas empresas pequenas, que primam pela qualidade e pela experiência no "food process". No Brasil, por outro lado, existe grande quantidade de matéria-prima, mas faltam marcas reconhecidas internacionalmente e uma tecnologia mais sofisticada no processo de industrialização dos alimentos. A complementaridade é visível.

Veja – *Os empresários italianos perderam terreno no Brasil, principalmente para os espanhóis. Por quê?*

Montezemolo – Nos anos 70 e em parte dos anos 80, tínhamos uma forte presença no Brasil. Mais recentemente, a Itália entrou com investimentos vultosos no campo das telecomunicações. Mas faltou atrair as médias e as pequenas empresas italianas. Acho importante restabelecer laços mais estreitos com o Brasil por dois motivos básicos. Em primeiro lugar, porque nossa presença aqui de fato se enfraqueceu, o que é inadmissível levando-se em conta a enorme potencialidade do mercado brasileiro como um todo. Em segundo lugar, porque objetivamente temos aspectos complementares que vão muito além do setor alimentício. Não é possível ignorar o Brasil. O país adquiriu alguma estabilidade e está se tornando um líder na América do Sul. Sua voz agora se faz ouvir em fóruns importantes, como a Organização Mundial do Comércio. Em relação ao nosso negócio, as possibilidades do mercado brasileiro são enormes.

Veja – *Os carros são muito caros no Brasil.*

Montezemolo – O problema é que existem impostos demais embutidos no preço de compra do automóvel e relativamente poucos na parte que se refere à sua utilização – combustível, seguro etc. É o contrário do que deveria ser. Se se conseguisse inverter esse estado de coisas, diminuindo os impostos sobre a aquisição e, em contrapartida, aumentando as taxas sobre o uso do automóvel, haveria muitos e muitos brasileiros que se permitiriam comprar um carro. Na Europa funciona desse jeito.

Veja – *Diminuir impostos no Brasil? Parece impossível.*

Montezemolo – Sim, e esse é um erro. Porque a redução dos impostos permitiria não só à Fiat como a todas as montadoras instaladas no Brasil crescer mais e, assim, realizar mais investimentos e gerar mais empregos. Acho que o Brasil é um país que se encontra na metade do caminho de um grande desafio. Mas sou otimista. Pegue-se o exemplo de Lula: uma pessoa que tem uma imagem de esquerda e, quando chega ao governo, monta uma forte equipe econômica e tenta fazer reformas que vão na direção de mais economia, mais liberdade.

Veja – *Nos próximos três anos, a Fiat investirá 1,5 bilhão de dólares em sua operação brasileira. Quais serão as áreas privilegiadas?*

Montezemolo – Fabricação de novos modelos, pesquisa de combustíveis alternativos e tecnologia para economia de consumo. Queremos crescer também no setor de máquinas agrícolas. O que me dá prazer não é só o fato de sermos líderes do mercado brasileiro, algo importantíssimo, e de nossa unidade produzir carros com um nível máximo de qualidade. Fico satisfeito porque há uma grande qualidade de vida na nossa fábrica em Minas Gerais. Fiz uma visita de três horas à unidade e posso assegurar que, habituado aos estabelecimentos da Ferrari, que mais parecem showrooms de moda, fiquei impressionado com a limpeza, com a ordem e com o grau de motivação das pessoas.

Veja – *A Fiat lançou-se no Brasil com um carro tosco, que prejudicou bastante a imagem da montadora.*

Montezemolo – Para dizer a verdade, se eu tivesse de falar do passado da Fiat, seria preciso escrever vinte livros. Mas só olho para o futuro. Além disso, seria pouco generoso emitir juízos desse tipo. Hoje, porém, tudo é diferente. O Idea brasileiro, por exemplo, é melhor do que o europeu. Ele é mais sólido, os seus componentes internos são mais bem-acabados e o carro é bem silencioso.

Veja – *A Ferrari tem um bom mercado no Brasil?*

Montezemolo – Muito bom. Vendemos cinquenta unidades por ano, e olhe que no Brasil os carros custam o dobro do que na Europa, por causa das taxas de importação. Isso faz com que, por aqui, uma Ferrari tenha preços próximos aos de um helicóptero. O Brasil é um dos três países que mais visitam o site internacional da Ferrari. Acho que, se não existissem tantas taxas, nós venderíamos uma quantidade ainda maior de carros.

Veja – *O senhor não se sentiria constrangido em dirigir uma Ferrari nas ruas brasileiras, cheias de pessoas pobres?*

Montezemolo – Pode ser um problema, admito, mas acho que a Ferrari é mais do que um carro esportivo de luxo. É um sonho, um misto de tecnologia e design. Na Itália, quando você deixa uma Ferrari estacionada na rua, ninguém a toca. Fizemos o Tour da China, uma aventura incrível, com milhares de quilômetros, e temos fotografias que mostram as pessoas admirando a Ferrari como se fosse uma obra de arte. Não temos nem mesmo concorrentes. Os compradores esperam dois anos, em média, para receber os carros que encomendaram. Dois anos, imagine! Em dois anos, você pode se casar, se divorciar – é como se fossem vinte anos.

Veja: os grandes diretores de cinema, os grandes maestros têm uma relação especial com a Ferrari. No filme *Perfume de Mulher*, para ficar num exemplo, Al Pacino fazia o papel de um cego que, entre tantos desejos, tinha aquele de dirigir não qualquer carro, mas uma Ferrari. Eu disse que os chineses admiravam a Ferrari como se fosse uma obra de arte, e o carro se transformou exatamente nisso. Tanto que um deles está exposto no Museu de Arte Moderna de Nova York.

Veja – *Por que a Ferrari perdeu a supremacia na Fórmula 1?*

Montezemolo – Nós fizemos o que ninguém jamais havia feito na história do automobilismo: ganhamos seis campeonatos do mundo seguidos. No esporte, é claro que você não pode vencer o tempo todo – até porque não teria graça. Existe, no entanto, uma explicação objetiva para o fato de termos perdido as últimas competições: houve quatro mudanças de regulamento nos últimos três anos, justamente para limitar a supremacia da Ferrari, que as pessoas já estavam achando entediante. Quando se muda tanto assim, mesmo que você esteja no topo, tudo deve recomeçar do zero. Muda o motor, muda a aerodinâmica, mudam os pneus – no ano passado, o regulamento da Fórmula 1 transformou-se num campeonato de pneus, fundamentalmente. E os nossos pneus eram inferiores. Você tinha de colocar os pneus no sábado de manhã, realizar todos os treinos do dia com eles, inclusive os da pole position, e no domingo fazer a corrida sem trocá-los. Um ano antes, você podia trocar até dez vezes os pneus num Grande Prêmio. Além de não termos pneus competitivos, erramos também na interpretação do regulamento no que se refere aos carros. Neste ano, estamos nos recuperando.

Veja – *E a Ferrari agora conta, para os mais críticos, com a vantagem de não ter Rubens Barrichello como seu piloto...*

Montezemolo – Temos agora um piloto muito bom: Felipe Massa. Ele é corajoso e não se lamenta de nada, pelo menos até agora. Barrichello tinha uma relação excessivamente crítica com o carro e talvez consigo mesmo. Massa é muito veloz e, se conseguir suportar bem a pressão de pilotar uma Ferrari, terá um grande futuro. O dado curioso é que ele parece mais jovem do que é. Tanto que minha mãe, quando o vê, sempre pergunta: "Mas ele tem carta de motorista?". Massa tem tudo para se tornar popular: é simpático, não reclama. É um combatente.

Anexo 9

Entrevista: Michelle Bachelet - Edição 1951. 12 de abril de 2006

País de baixo risco

A presidente do Chile diz que a estabilidade econômica e política está na base da prosperidade chilena



"O crescimento também se deve aos empresários que foram capazes de identificar oportunidades para fazer negócios dentro e fora do país"

Michelle Bachelet, de 54 anos, assumiu no mês passado a Presidência de um país de desempenho econômico excepcional – o Chile cresce 6% ao ano há mais de uma década. Socialista, ela foi eleita pela aliança de centro-esquerda que governa o país desde o fim da ditadura, em 1990, e que se tornou fiadora da economia aberta e estável que garante a prosperidade nacional. Bachelet começou a pavimentar seu caminho para a Presidência ao assumir o Ministério da Saúde e, em seguida, o da Defesa no governo de seu antecessor, Ricardo Lagos, que deixou o cargo com 70% de aprovação popular. A presidente é filha de um general da Força Aérea chilena que morreu na cadeia depois do golpe militar que depôs o presidente socialista Salvador Allende, em 1973. Ela própria foi presa e acabou exilada, com sua mãe. Médica, divorciada duas vezes, com três filhos, Bachelet fala cinco línguas e faz questão de apresentar sua eleição como uma conquista das mulheres e uma prova da modernização pela qual passa o Chile. Ela concedeu esta entrevista a VEJA em seu gabinete no Palácio de La Moneda, em Santiago, na semana passada, quando se preparava para uma visita ao Brasil, marcada para esta semana.

Veja – Como se pode definir em poucas palavras o sucesso econômico do Chile?

Michelle Bachelet – O Chile avançou muito graças à grande disciplina fiscal, à estabilidade econômica e política e à coesão social muito forte. O crescimento também se deve aos empresários que foram capazes de identificar oportunidades para fazer negócios dentro e fora do país. O Chile, com toda essa estabilidade, converteu-se em um país de baixo risco, o que atrai investimentos importantes. A aposta no modelo exportador também deu bons resultados. Investimos muito para que a população tivesse melhor qualificação e, dessa forma, pudesse se somar ao esforço de nos tornar um país exportador. Temos uma classe trabalhadora comprometida e capaz. Nessa nova etapa, vamos cuidar para que as coisas dêem certo também para os médios e pequenos empresários. Embora o modelo exportador inclua muitos médios empresários e alguns pequenos, ainda precisa conseguir atrair mais gente.

Veja – Apesar de o Chile crescer muito rápido, uma parte da população não consegue melhorar sua condição de vida com a mesma rapidez. Como a senhora pretende levar os benefícios do crescimento aos mais pobres?

Bachelet – Antes de qualquer coisa, o país precisa continuar crescendo. Em seguida, decidir como fazer para que os benefícios do crescimento cheguem a todos. Reforçar a educação, melhorar a qualificação de nossas crianças, jovens e trabalhadores, de maneira que sejam capazes de obter empregos de maior qualidade e melhores salários, são políticas de médio e

longo prazo. Também é preciso aumentar a participação das mulheres no mercado de trabalho. Há dois motivos para isso. Primeiro, porque, quando elas são as chefes de família, garantir-lhes um bom emprego é a melhor maneira de melhorar o nível de vida de sua família. Segundo, quando a mulher não é a chefe de família, ter duas pessoas trabalhando numa casa é o modo mais fácil de alcançar uma renda maior.

Veja – *A senhora entregou metade de seu ministério a mulheres. Por quê?*

Bachelet – Um compromisso do meu governo é a paridade entre homens e mulheres. A razão disso é que a população do Chile é metade de mulheres e metade de homens. Na verdade, há até um pouco mais de mulheres. Há mulheres estupendas, muito talentosas, que esperavam um sinal claro da presidente de que teriam espaço e oportunidade. Não é só no meu gabinete. Isso acontece em todo o meu governo. A paridade está nos chefes de repartição, nos secretários regionais e ministeriais. Trata-se de um passo importante na busca de um país mais democrático, que integre realmente suas pessoas mais valiosas, tanto homens como mulheres.

Veja – *O Chile prepara um "Plano Brasil". De que se trata?*

Bachelet – Depois da minha posse, conversei com o presidente Lula sobre uma aliança renovada entre os dois países. Vou ao Brasil justamente para trabalhar com o presidente brasileiro na busca do fortalecimento dessa aliança, que é antiga. Podemos ampliar nossos acordos comerciais e incluir, por exemplo, a área de serviços. Também queremos incentivar o intercâmbio cultural e entre nossas Forças Armadas. Enfim, em todas as áreas, porque o Chile e o Brasil têm uma longa história de amizade. Por fim, queremos apoiar uma característica do Brasil e do presidente Lula, que é o espírito de integração.

Veja – *O governo brasileiro adotou posição firme contra a Alca, a área de livre-comércio proposta pelos Estados Unidos. Qual é a posição de seu governo?*

Bachelet – Há muitas diferenças dentro do continente americano, e elas se refletem na construção de uma série de estruturas regionais, como o Mercosul. Cada um desses países tem legislação, estruturas tributárias e aduaneiras distintas. Eu estava presente quando o presidente Lagos apresentou, na reunião de Mar del Plata, sua tese de que poderíamos avançar, pelo menos, para uma espécie de Alca básica. Os requisitos necessários para isso já são cumpridos pela maioria dos países. Depois, aos poucos, poderíamos ver como melhorar os níveis de integração e dos acordos, sempre respeitando a diversidade e as diferenças existentes entre os países.

Veja – *Na sua opinião, os Estados Unidos são um perigo ou um parceiro?*

Bachelet – Nós, chilenos, temos uma boa relação com os Estados Unidos. Conseguimos firmar com eles acordos comerciais de muito bom nível. Nosso tratado de livre-comércio vai muito bem. Por outro lado, compartilhamos valores comuns com os americanos, como a democracia, o respeito aos direitos humanos e a opção por um mundo aberto. Vamos manter essa relação fluida com os Estados Unidos, sob a lógica de uma relação de amizade naquilo que nos une e uma relação de independência e autonomia em matéria de política exterior sempre que o Chile considerar que tem uma posição diferente.

Veja – *O que é ser socialista ou de esquerda hoje?*

Bachelet – É, como sempre, trabalhar todos os dias para que cada um de nossos países seja mais justo, mais humanitário, mais solidário e menos desigual. Os instrumentos, as estratégias, os modelos específicos podem variar. Mas o objetivo de fazer com que as pessoas possam viver melhor continua sendo o fundamental.

Veja – *Como a senhora vê as diferentes formas de esquerda atualmente disputando o poder na América Latina?*

Bachelet – O que vejo são governos eleitos de maneira legítima, que poderiam ser qualificados de progressistas e têm em comum o objetivo de conseguir para seus povos melhores condições de vida, mais justiça, mais segurança, mais paz e mais igualdade. Obviamente cada país é diferente e, por isso, as estratégias podem ser diferentes. A diversidade não está apenas nas condições de desenvolvimento social e econômico de cada país. Está também nas leis e na estrutura social. O que temos em comum é que queremos sociedades e nações mais inclusivas e menos discriminatórias por gênero, por etnia ou por situação socioeconômica.

Veja – *Que presidente latino-americano, em sua opinião, se enquadra melhor nessa definição?*

Bachelet – Não gosto de classificar. Temos governos eleitos recentemente ou já eleitos há algum tempo que compartilham os objetivos de que falei. Eu vou trabalhar com todos, qualquer que seja o seu signo, de maneira positiva. Eu sou presidente de todas e todos os chilenos. Também no interior do meu governo vou trabalhar com todos. Por isso convidei especialistas de todas as tendências para integrar as comissões de trabalho que estou criando. Quando há projetos de lei, conversamos tanto com os parlamentares que apóiam nossa coalizão como com a oposição. Faço isso porque acredito que todos querem um país muito melhor.

Veja – *Apesar de esquerdistas, o candidato que ganhou as eleições na Bolívia e o que pode ganhar no Peru adotam discursos nacionalistas e antichilenos. Como enfrentar esse desafio?*

Bachelet – O presidente boliviano Evo Morales e eu temos um desafio comum, que é o de oferecer uma vida melhor a nossos povos. Estou convencida de que podemos construir uma agenda de futuro em que ambos os países possam sair ganhando. Sempre digo que o melhor que pode acontecer ao Chile é que seus vizinhos estejam bem. Quero que esteja sempre tudo bem com o Peru, com a Bolívia e com a Argentina.

Veja – *Uma prioridade da política externa brasileira é conseguir uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU. O Chile apóia a candidatura brasileira?*

Bachelet – O Chile tem o compromisso adotado já há vários anos, e que eu reitero, de considerar que o Brasil deve ser membro permanente no Conselho de Segurança. Há países de outros continentes que também têm nosso apoio. Para nós, o Brasil é uma potência econômica importante e um fator de estabilidade, de desenvolvimento e de integração na região e, por isso, merece estar permanentemente no Conselho de Segurança.

Veja – *Os defeitos do ditador Augusto Pinochet, todos nós já conhecemos. A senhora reconhece algo de bom no governo dele?*

Bachelet – Ele se encarregou de promover a modernização no Estado, o que era necessário naquele momento. Algumas das medidas que tomou ainda funcionam, mas trouxeram problemas por terem sido impostas em lugar de serem o produto de um processo de amadurecimento social. É preciso lembrar que certas medidas eram idéias que vinham de antes, do presidente Salvador Allende, que ele depôs no golpe militar. A idéia da regionalização e a de conceder maior poder aos municípios, por exemplo. Era, de fato, necessário reformar o sistema previdenciário, como Pinochet fez. No entanto, a reforma não deu uma resposta adequada ao novo tipo de mercado de trabalho. Tampouco funcionou para as pessoas com menos recursos. Era preciso fazê-la, mas, devido à maneira como foi realizada, temos hoje uma crise no sistema de aposentadoria. Agora é preciso fazer uma nova reforma.

Veja – *Quando as reformas foram feitas por Pinochet, a senhora já as considerava necessárias?*

Bachelet – Fui uma grande crítica da municipalização, por exemplo. Hoje vejo que, como conceito, não era ruim. Sim, reconheço que algumas mudanças eram necessárias. Pinochet pôde fazer com facilidade porque tinha o poder absoluto. Eu acredito que em uma democracia é preciso buscar mecanismos para convencer os outros da necessidade de fazer algo. Os processos políticos, para ser bem-sucedidos, têm de contar com a vontade da cidadania, e por isso eu prefiro a democracia.

Veja – *A senhora acredita que a transição para a democracia no Chile está completa ou será preciso esperar a morte de Pinochet?*

Bachelet – Está completa, mas não é perfeita. Temos tarefas pendentes. É preciso reformar o sistema eleitoral, reconhecer a identidade dos povos indígenas, promover uma descentralização administrativa mais profunda, para citar só alguns dos problemas. Por isso digo que estamos em uma democracia plena mas imperfeita.

Veja – *Sua mãe e a senhora foram presas e seu pai morreu nas mãos da ditadura. As feridas deixadas pela ditadura na senhora e no povo chileno já estão curadas?*

Bachelet – As feridas não cicatrizam jamais. Elas se reabrem muitas vezes em momentos difíceis da sociedade e do país. É preciso aprender a viver com essas feridas, como pessoa e como sociedade. O que se deve fazer, com muita força, é tentar fechar bem a ferida. Desde que esteja limpa, porque, como médica, sei que ferida suja não se cura. Como se consegue isso? Com o que já se está fazendo: buscando a verdade, a justiça e a reparação a todas as vítimas da violência. Por outro lado, deve-se guardar a memória histórica, porque na verdade o que queremos é nunca, nunca mais ter de passar pelo que passamos. Para conseguir isso precisamos não apenas ser capazes de desenvolver a democracia do ponto de vista representativo, mas também a cultura democrática. Isso significa aprender que se o outro pensa de maneira diferente da sua não quer dizer que seja uma pessoa ruim. Apenas que pensa diferente e que parte do que defende talvez seja perfeitamente aceitável. Isso é o mais difícil de conseguir.

Veja – *O que há em comum e de diferente entre a doutora Bachelet que estudou na Alemanha Oriental, comunista, e a presidente Bachelet?*

Bachelet – Quando estudei na República Democrática Alemã tinha 23 anos, e agora tenho 54. Continuo sendo a mesma, no sentido de que quero o mesmo, um país mais justo. Quero um país em que as pessoas desejem fazer negócios e que eu possa apoiá-las, que os empresários se dêem bem e que os trabalhadores também tenham empregos dignos. São os mesmos sonhos que eu tinha aos 23 anos. Eu diria que sou mais velha, mais sábia e madura – todos aprendemos –, mas com a mesma energia, força e compromisso para buscar os ideais que tenho.

Veja – *A senhora já estudou português. Por quê?*

Bachelet – Quando era adolescente, com 15 anos, estudei português porque era fã de Roberto Carlos. Sabendo disso, o presidente Lula me presenteou com *Roberto Carlos pra Sempre*, uma coleção com quarenta CDs do cantor. Passada a fase da adolescência, também gostei muito de Maria Bethânia, João Gilberto, Caetano Veloso, Vinicius de Moraes, Chico Buarque e Elis Regina. A música brasileira me fascina. Em uma das ocasiões em que me encontrei com o presidente Lula, ele se impressionou quando me pus a cantar o *Hino Brasileiro*.

Anexo 10

Entrevista: Vinod Thomas - Edição 1953 . 26 de abril de 2006

O Brasil está quase lá

O economista indiano diz que o Brasil pode deixar Índia e China para trás se fizer o pouco que falta para deslanchar de vez



"China e Índia terão de fazer revoluções para implantar a democracia e erradicar a pobreza. Os desafios do Brasil são mais simples"

Num tempo em que o país vive uma fase pessimista por causa dos escândalos de corrupção, o economista indiano Vinod Thomas lançou um livro luminoso: *O Brasil Visto por Dentro*. A obra foi saudada pelo americano Joseph Stiglitz, prêmio Nobel de Economia, como um livro fundamental para entender o país. Thomas, de 56 anos, morou em Brasília por cinco anos, na função de diretor do Banco Mundial para o Brasil (hoje vive em Washington, como diretor-geral de avaliação de operações da mesma instituição). Ele aproveitou sua estada brasileira para comparar o país com os demais integrantes do chamado grupo dos emergentes. Desse mergulho intelectual, o doutor em economia pela Universidade de Chicago voltou com uma tese polêmica: a de que o Brasil tem tudo para ser a próxima estrela entre os países emergentes, juntando-se à China e à Índia – e com algumas vantagens sobre ambas. Seríamos novamente o "país do futuro", com a vantagem de que esse futuro, segundo ele, pode chegar em cinco anos. Em visita a Brasília, Thomas deu a seguinte entrevista a VEJA.

Veja – *Quais as razões de seu otimismo com o Brasil?*

Thomas – É necessário, antes de qualquer coisa, fazer uma relativização. É arriscado fazer projeções. Nos anos 50, um estudo do Banco Mundial apontou Mianmar, Filipinas, Indonésia, Tailândia e Coreia, nessa ordem, como os países mais promissores da Ásia. Como sabemos hoje, a Coreia ultrapassou todos. Feita a ressalva, acho que o Brasil tem, sim, condições ideais para desabrochar a médio prazo. O país está à frente de vários dos outros chamados emergentes numa área importantíssima, que é a da solidez das instituições. Além disso, possui recursos naturais e uma população empreendedora. Tudo isso torna o Brasil extremamente competitivo.

Veja – *A ponto de concorrer com Índia e China, as grandes estrelas da economia mundial na atualidade?*

Thomas – Sim. Arrisco-me a dizer que as possibilidades do Brasil são até melhores que as da China e as da Índia, a médio prazo. Para continuarem seus ciclos de crescimento com confiabilidade e sustentabilidade, os dois países asiáticos terão de fazer verdadeiras revoluções em algumas áreas. Parte do sucesso da China tem a ver com o fato de o país ainda possuir um regime autoritário, o que facilita a implementação de projetos de nível nacional com grande disciplina. Essa situação, no entanto, é insustentável a médio prazo. Para participar do mercado internacional você tem de ter práticas aceitáveis no resto do mundo. A China já começou a modificar as leis trabalhistas e de comércio exterior, e logo vai ter de

fazer reformas no sentido de se tornar uma democracia. Isso afetará vários privilégios, e certamente terá grandes custos de transição. Pode-se dizer que é uma verdadeira revolução, pela qual o Brasil já passou.

Veja – *A Índia já é uma democracia...*

Thomas – Sim, mas o meu país tem de fazer outra revolução igualmente complicada, que é a da inclusão social, numa escala inimaginável para os padrões brasileiros. A Índia tem 250 milhões de pobres, o que significa mais que um Brasil inteiro de miseráveis. Antigamente se achava possível um país crescer primeiro para depois dividir o bolo. Hoje se sabe que o crescimento sustentado só é possível quando se resolve a questão social, e a Índia cedo ou tarde vai ter de encarar esse desafio.

Veja – *Os desafios do Brasil, na sua opinião, são mais simples?*

Thomas – Pelo menos não há nenhuma revolução envolvida, apenas quatro ou cinco áreas de reforma. A boa notícia é que são mudanças que se retroalimentam, criando um círculo virtuoso. A primeira seria resolver a questão fiscal do governo, centrando nas questões tributária e previdenciária. A segunda seria melhorar a qualidade dos gastos públicos e investimentos. A terceira seria otimizar os recursos destinados às áreas de educação e saúde. Uma quarta questão seria formular uma política inteligente para a exploração de recursos naturais de uma forma sustentável. Claro que, para viabilizar tudo isso, o Brasil teria de fazer uma reforma política.

Veja – *Isso quer dizer que não é tão simples assim...*

Thomas – Realmente, às vezes pequenas reformas são mais difíceis de aprovar do que grandes reviravoltas políticas. Mas acho que 2006 é um ano de ouro para aprofundar essa discussão. Em primeiro lugar, por causa da eleição presidencial, que forçará o Brasil a discutir seus problemas. Em segundo, por causa da pressão do mundo globalizado. O Brasil não pode mais esperar. A concorrência nos dias de hoje não vem apenas dos países asiáticos, mas também do Leste Europeu, que está entrando com tudo no mercado mundial. Se o Brasil não fizer suas reformas rapidamente, corre o risco de ficar para trás.

Veja – *Se fizermos tudo certo, em quanto tempo o Brasil pode ter um ciclo de crescimento comparável ao da Índia e ao da China?*

Thomas – Acho totalmente realista dizer que em cinco anos o Brasil pode atingir uma taxa de crescimento em torno de 6% a 8%. É importante ressaltar que a obsessão por atingir os níveis da Índia e da China, entre 8% e 10%, não é saudável. O Brasil já é um país de renda média, superior à da Índia, que é um país mais pobre, e à da China, que é um país entre renda baixa e renda média. Isso significa que um crescimento na faixa de 6% a 8%, para o Brasil, é perfeitamente aceitável, desde que seja um crescimento sustentado. Ou seja, desde que o país deixe para trás sua tradição de "vô da galinha", períodos de grande crescimento alternados com desempenho baixo nessa área.

Veja – *O senhor disse que, para atingir o círculo virtuoso, o Brasil teria de fazer uma reforma política. Como seria essa reforma?*

Thomas – Existem centenas de ótimos estudos desenvolvidos por intelectuais brasileiros que

apontam os principais problemas e propõem soluções. O espírito de uma reforma política, a meu ver, deve ser sempre possibilitar que os consensos da sociedade se transformem em ações adequadas. O Brasil já tem os seus consensos, já sabe o que precisa fazer. O problema é que, na hora das votações no Congresso, acaba prevalecendo o interesse de determinados grupos, e não o da maioria – o que contradiz a própria definição de democracia. O espírito da reforma política deve ser corrigir isso, aperfeiçoando os mecanismos democráticos. Também sou otimista quanto à resolução desse problema. Em geral, quando a situação aperta, os brasileiros conseguem coisas incríveis em pouco tempo.

Veja – O senhor poderia dar exemplos?

Thomas – Durante anos o Brasil deixou em segundo plano a situação social. Quando resolveu atacar o problema, o fez de forma efetiva. Nos anos 90, o Brasil esteve entre os dez países do mundo com melhor desempenho nessa área, e avançou bastante, embora ainda haja muito trabalho pela frente. Depois da crise do governo Collor, os brasileiros resolveram melhorar a qualidade de sua gestão, e surgiu essa grande idéia que se chama Lei de Responsabilidade Fiscal. Por último, temos de citar a área da macroeconomia. O Brasil de 2006 é bem melhor que o Brasil de 2002 em quase todos os fundamentos – dívida como porcentagem do produto interno bruto, taxa de exportação, déficit em conta corrente, entre outros. Esses avanços todos não são desprezíveis.

Veja – O senhor acha que o Brasil de 2006 é bem melhor que o Brasil de 2002. Em que medida isso é mérito do governo Lula?

Thomas – Nas duas áreas em que o país avançou mais, a econômica e a social, é difícil dizer se o mérito é de Luiz Inácio Lula da Silva ou de Fernando Henrique Cardoso. Houve uma clara continuidade. O governo do PT surpreendeu a todos com um grau de disciplina fiscal maior do que o da gestão anterior. Nesse quesito, um país pode ser comparado com uma família que tem dívidas, e fica em dúvida sobre se deve quitá-las ou deixar para depois, usando o dinheiro para investir em alguma outra coisa. Nenhum país do mundo é tão atormentado por esse dilema quanto o Brasil. O governo do PT decidiu que melhor seria pagar as dívidas, fazendo superávits primários – o que garantirá, como no caso da hipotética família, maior estabilidade no futuro. Foi, a meu ver, uma decisão acertada. Num país onde a qualidade do gasto público não é tão boa, pagar a dívida costuma ser a melhor política.

Veja – E na área social?

Thomas – A distribuição de renda hoje está um pouco melhor do que em 2002. Mas, quando você analisa esse número mais de perto, percebe que isso é principalmente consequência do investimento a longo prazo na área de educação. Cerca de 40% da melhoria da distribuição de renda se deve à melhoria na distribuição da educação. O que ocorreu no Brasil foi particularmente curioso. O governo do PT, de quem se esperavam principalmente políticas sociais, foi mais efetivo na área macroeconômica. Já a melhoria social se deveu às raízes plantadas no governo anterior.

Veja – O senhor disse que um dos problemas do Brasil é a má qualidade do gasto público. Poderia explicar melhor?

Thomas – Tomemos como exemplo a área social, na qual o Brasil gasta 20% do produto interno bruto, mais do que muitos países desenvolvidos. O número é enganoso, porque

metade desse valor vai para despesas com a Previdência. Ainda assim, o país gasta mais em saúde por habitante do que a China. Só que o chinês tem uma expectativa de vida maior que a do brasileiro, o que significa que os recursos podem não estar tão bem alocados. Os países asiáticos criaram um ambiente mais favorável para que a iniciativa privada atuasse nas áreas de saúde e educação, e isso faz toda a diferença. Falta iniciativa privada no Brasil, assim como também falta avaliar melhor o gasto social, para concentrar os recursos naquilo que realmente funciona. Programas sociais no Brasil são especialmente importantes por causa da distribuição de renda no país, pior que na China e na Índia. Nos dois países asiáticos, cada ponto porcentual no crescimento econômico significa uma melhora de 3 pontos porcentuais na situação da pobreza. No Brasil essa melhora é de apenas 1 ponto porcentual – o que demonstra que o crescimento econômico por si só não vai resolver a situação.

Veja – Outro país asiático frequentemente comparado ao Brasil é a Coreia, que há quarenta anos tinha uma renda per capita menor que a brasileira e hoje fustiga os países ricos. O que fizemos de errado nesse período?

Thomas – A comparação com a Coreia é apropriadíssima, pois os dois países tiveram, na mesma época, um modelo de desenvolvimento parecido, com um investimento alto do Estado na economia. A diferença, no caso coreano, é que as empresas subsidiadas eram obrigadas a competir no mercado externo, e por isso se tornaram eficientes. No Brasil, ao contrário, elas tinham o mercado interno protegido, criando uma dependência do subsídio estatal que, no limite, endividou o país. A outra diferença no caso coreano é o investimento maciço em recursos humanos, via revolução educacional. Os coreanos fizeram a coisa certa, que foi investir em todos os níveis, enquanto o Brasil concentrou seus recursos na educação superior.

Veja – A Índia, no entanto, fez o mesmo, e graças a isso gerou os cérebros que tornam o país competitivo na área de tecnologia de informação...

Thomas – É verdade. O que prova que não há receitas definitivas. A escolha que a Índia fez foi fundamental para que o país atingisse os atuais níveis de crescimento econômico. Por outro lado, manteve 250 milhões de pessoas na pobreza, que é, como eu já disse, o principal desafio que o país terá de enfrentar. A realidade é que, no caso da educação, não há escolha a fazer. Deve-se investir tanto no básico quanto no nível superior – ambos são importantes.

Veja – Além de aprender com o exemplo de outros países, o Brasil tem alguma lição a dar ao mundo?

Thomas – Eu acredito que sim. O sistema político descentralizado gerou soluções criativas em praticamente todas as áreas. Poucos países têm a diversidade de experiências que tem o Brasil. Sobre como combater a pobreza, temos o caso do Ceará. Minas Gerais deu exemplos de bom gerenciamento do governo. A Bahia, de como atrair investimentos. Santa Catarina e Paraná deram lições de como crescer com sustentabilidade, preservando os recursos naturais. Pernambuco desenvolveu um modelo bem-sucedido na criação de um pólo tecnológico. Além de aprender com outros países, o Brasil deve levar em consideração suas próprias experiências, seguir seu próprio estilo.

Veja – E como seria esse estilo?

Thomas – O Brasil tem grandes empresas em diferentes áreas, como a Embraer, a Natura, a

Gerda, e elas próprias fornecem exemplos de eficiência ao país. Considero também que seria bom para o Brasil, inclusive em termos de imagem, investir em algumas das vantagens evidentes que possui, mesmo que isso não gere tanto retorno financeiro. Um exemplo é o ecoturismo. Nenhuma nação do mundo tem tanto potencial nessa área quanto o Brasil, que mesmo assim se deixou ultrapassar por Tailândia e Costa Rica. O país teria tudo também para ser o maior exportador do mundo de bens culturais, dadas a diversidade étnica e a riqueza das manifestações. A Inglaterra, que é bem menos diversificada, gera divisas nessa área. Também vejo grandes possibilidades de o país se tornar um centro financeiro, pois é sabidamente eficiente nessa área e conseguiu desenvolver instituições sólidas. O Brasil é competitivo ainda em biotecnologia, medicina, informática... Há grandes potencialidades em várias áreas. É inevitável admitir que se trata, sim, de um país de grande futuro.

Anexo 11

Entrevista: Ian Buruma - Edição 1957 . 24 de maio de 2006

Caricaturas do Ocidente

O ensaísta holandês explica a origem da hostilidade contra a cultura e as instituições ocidentais



"Liberalismo, democracia – nenhuma dessas instituições é tida como virtuosa pelos ocidentalistas. Eles desejam outro tipo de sociedade, que julgam mais pura"

O escritor e jornalista Ian Buruma, de 55 anos, é um cosmopolita por nascimento e formação. Nasceu na Holanda, filho de pai holandês e mãe inglesa, passou a adolescência no Japão e hoje divide seu tempo entre Londres e Nova York. Profundo conhecedor da Ásia, ele tem explorado as diferenças entre Oriente e Ocidente – na tentativa de aproximá-los – em romances e ensaios. Aquele que é talvez seu livro mais provocativo acaba de ser lançado no Brasil pela editora Jorge Zahar. *Ocidentalismo*, escrito em parceria com o professor de filosofia da Universidade Hebraica de Jerusalém Avishai Margalit, é uma breve mas contundente história cultural do ódio que alimenta o terrorismo fundamentalista. O título foi inspirado na obra *Orientalismo*, do intelectual palestino Edward Said. Nela, Said criticava a visão colonialista que estudiosos ocidentais teriam criado sobre o Oriente. Buruma e Margalit devolvem na mesma moeda: os "ocidentalistas" alimentariam uma visão deformada e odiosa do Ocidente. Na entrevista a seguir, Buruma explica as razões desse ódio.

Veja – *O que vem a ser "ocidentalismo"?*

Buruma – É a hostilidade em relação a uma certa idéia de Ocidente, tão extremada que chega a desejar a sua destruição. O Ocidente, nesse caso, não é uma entidade geográfica, mas ideológica. Seria a conjunção de algumas coisas: a cidade metropolitana, o liberalismo político, o capitalismo, o comércio livre. Quando há um atentado a uma discoteca em Bali, por exemplo, isso é um ataque ao Ocidente, do mesmo modo que uma explosão no metrô de Londres. O exemplo mais claro de ocidentalismo hoje em dia é o fundamentalismo islâmico, mas não é o único.

Veja – *O senhor não estaria atribuindo todas as virtudes – democracia, liberdade política etc. – unicamente ao Ocidente?*

Buruma – Muitos países situados no Oriente têm as mesmas coisas – liberalismo, democracia etc. O problema que estou apontando é outro: nenhuma dessas instituições é tida como virtuosa pelos ocidentalistas. Eles desejam outro tipo de sociedade, que julgam mais pura. Uma sociedade com unidade racial ou espiritual e um Estado sagrado, obediente às leis religiosas. O nazismo, nesse sentido, é um bom exemplo de ocidentalismo. Para eles, o Ocidente era impuro, pois permitia a mistura de raças. Os fundamentalistas islâmicos de hoje desejam não a pureza racial, mas a pureza espiritual, um mundo em que todos obedeçam aos mesmos preceitos religiosos.

Veja – *O anti-semitismo seria a principal corrente do ocidentalismo?*

Buruma – Não é a principal, mas trata-se sem dúvida de uma das formas mais comuns de ocidentalismo. Aos olhos dos anti-semitas, os judeus sempre estiveram associados ao comércio, ao capitalismo, às cidades modernas, ao internacionalismo. Ou seja, eles seriam tudo o que os puristas detestam.

Veja – *Por que hoje os países islâmicos do Oriente Médio são o terreno mais fértil para esse ódio ao Ocidente?*

Buruma – O ocidentalismo no Oriente Médio tem raízes no fracasso da política secular. Em muitas partes do mundo árabe, houve ditaduras seculares e corruptas. Esses ditadores passaram a ser vistos como figuras que o Ocidente corrompeu. Na percepção geral, obedeciam aos rituais muçulmanos apenas como jogo de cena, quando na verdade o interesse deles estava em Paris ou Londres, onde tinham amantes e dirigiam carros esportivos. Os religiosos radicais que se rebelaram contra esses ditadores estavam, em primeiro lugar, contestando o poder em seu próprio país – mas viam a fonte da corrupção de seus líderes na decadência moral do Ocidente. O xá Reza Pahlevi, derrubado pelos aiatolás no Irã, é um exemplo disso.

Veja – *No seu livro, o senhor observa que os ocidentalistas mais inflamados tiveram um contato extenso com o Ocidente. Por que então eles o odeiam tanto?*

Buruma – É difícil dar uma resposta geral a essa pergunta, mas é um fenômeno quase universal: as pessoas que se voltam de forma violenta contra o Ocidente são aquelas que foram expostas à influência ocidental. É raro que elas sejam moradoras de vilas remotas, onde quase nunca se encontram produtos da civilização ocidental. São quase sempre pessoas que estudaram na Europa ou nos Estados Unidos – um dos casos mais evidentes é o do egípcio Mohamed Atta, um dos terroristas que derrubaram o World Trade Center. Podemos só especular sobre a razão psicológica desse fato. Talvez sejam pessoas que nutriram expectativas elevadas e ilusórias sobre seu próprio sucesso no Ocidente, mas acabaram sozinhas e isoladas em alguma metrópole. De volta a seu país de origem, levaram na bagagem o desprezo pelo mundo que as ignorou. Elas têm a sensação de que não foram aceitas e sentem-se humilhadas pela debilidade do poder de seu país de origem. Vale a pena fazer uma comparação com a juventude de Adolf Hitler. Ele foi para Viena como estudante de arte, provavelmente com grandes ilusões sobre a vida na cidade, mas se sentiu humilhado por não ter sido aceito na escola de artes, e tinha pouco dinheiro para moradia. Essa experiência acabou se traduzindo em uma percepção fantasiosa de Viena como um lugar corrompido pela influência judaica.

Veja – *O ocidentalismo teria menos chances de propagação se as sociedades árabes não fossem tão pobres?*

Buruma – A pobreza não ajuda, claro. Mas há locais muito mais pobres ao redor do mundo onde esse fenômeno não se verifica. Comparados com a maioria da África central e meridional ou com vastas porções da Índia, países como a Arábia Saudita e o Egito são relativamente prósperos. Não creio, portanto, que a pobreza esteja entre as causas principais. E vale notar que os líderes desses movimentos não costumam ser pobres. Geralmente, vêm das camadas privilegiadas e educadas.

Veja – *Os países islâmicos podem se democratizar sem perder sua identidade?*

Buruma – A Indonésia parece ir nessa direção. Ainda tem muitos problemas, mas a transição democrática está acontecendo. A Malásia não é uma democracia exemplar, mas tampouco é uma ditadura. A democracia turca também tem seus problemas, mas funciona. Os problemas maiores estão no mundo árabe. Até a Palestina tem algo que se assemelha a uma democracia. É claro que a vitória eleitoral do Hamas é uma ameaça, entretanto ainda é cedo para saber em que extensão. Não seria de estranhar que eles tentassem se apoderar do governo palestino e impedir eleições livres no futuro. Se isso de fato acontecer, a culpa não será do *Corão*. Sim, o Hamas é um partido islâmico, mas a ameaça não está aí. O problema maior é que se trata de um partido revolucionário. Não há nada inerente ao Islã que impeça a existência de um regime democrático.

Veja – *Nem mesmo a dificuldade de separar Igreja e Estado?*

Buruma – Não. Na prática, ao longo de grande parte da história da civilização islâmica, o clero e os sultões foram autoridades distintas. Hoje, na Indonésia e na Turquia, há separação entre Estado e Igreja. Portanto, isso não é uma impossibilidade no mundo muçulmano.

Veja – *O que o Ocidente pode fazer para melhorar sua imagem no mundo árabe – ou, nos seus termos, para combater o ocidentalismo?*

Buruma – Enquanto houver países ditatoriais, esses problemas estarão presentes no Oriente Médio. Quando esses regimes são seculares e oprimem a religião, a resposta naturalmente vem na forma de movimentos revolucionários religiosos. Não há muito que o Ocidente possa fazer a respeito, a não ser que se continue tentando o que os americanos fizeram no Iraque, o que, na minha opinião, só piorou as coisas.

Veja – *Por que o senhor diz que a guerra do Iraque piorou a situação?*

Buruma – Para os ocidentalistas, a invasão do Iraque foi ótima. Eles vêem a guerra como uma confirmação de sua visão de mundo. É muito fácil e conveniente interpretar o conflito como um ataque do Ocidente contra o mundo islâmico. Essa é uma das razões por que a invasão foi, desde o início, uma idéia estúpida. Espero que ela ainda termine bem, mas acho duvidoso.

Veja – *Um Estado palestino poderia enfraquecer a causa ocidentalista?*

Buruma – Depende do tipo de Estado. Se for governado por extremistas do Hamas, não há muita esperança de melhora. Mas um Estado democrático seria, sim, um entrave à ascensão do pensamento ocidentalista.

Veja – *A palavra "ocidentalismo" foi inspirada no conceito de orientalismo, do intelectual palestino Edward Said. Alguns críticos de Said, porém, provavelmente diriam que ele mesmo era um ocidentalista.*

Buruma – Não, ele não acreditava que o Ocidente era o mal e deveria ser destruído. O problema de seu livro *Orientalismo* é que ele se fixa em apenas um aspecto dos estudos sobre o Oriente conduzidos por ocidentais. Ele partiu da imagem fantasiosa do Oriente Médio que aparece na literatura francesa do século XIX e, com base nisso, extrapolou essa crítica para

caracterizar todo e qualquer estudo oriental como um instrumento do colonialismo. É uma visão reducionista e estreita. Muitos orientalistas europeus do século XIX não eram favoráveis ao colonialismo – pelo contrário, eram opositores da política colonial. Apesar dessa distorção dos fatos, Said estava certo ao mostrar como determinadas visões orientalistas roubam aos povos do Oriente a sua humanidade. A palavra "ocidentalismo" não foi concebida para atacar Said, mas para expor o outro lado da moeda. Avishai Margalit e eu queremos mostrar que também existe uma visão desumanizadora do Ocidente.

Veja – *Algumas características que o senhor atribui ao ocidentalismo – como a idéia de que as cidades modernas são lugares de corrupção e pecado – estão presentes também em algumas religiões ocidentais, em particular no fundamentalismo cristão americano. Essas religiões seriam também ocidentalistas?*

Buruma – Não diria que essas religiões são em si ocidentalistas, mas alguns de seus membros mais proeminentes sem dúvida compartilham um certo rancor contra algumas liberdades ocidentais. Há pouco tempo li nos jornais sobre uma igreja no Kansas que era contrária aos funerais militares de soldados mortos no Iraque. Ao que parece, eles acreditam que a morte de americanos é uma punição pela postura tolerante que o país tem em relação aos homossexuais. Esse tipo de pessoa tem, sim, um pensamento muito próximo do ocidentalismo. A direita cristã americana, porém, não é anticapitalista, nem particularmente contrária à democracia – pelo contrário, participa ativamente das eleições.

Veja – *O marxismo seria uma forma de ocidentalismo?*

Buruma – Não. O marxismo é anticapitalista, mas não pretende destruir uma determinada noção do que seja o Ocidente. Seria muito problemático tentar abrigar todas as visões críticas do capitalismo sob a noção de ocidentalismo. O objetivo do conceito é muito específico: queremos isolar uma certa vertente criminosa de ataque ao Ocidente.

Veja – *A China abandonou o ódio ao Ocidente dos tempos de Mao?*

Buruma – Mesmo na época de Mao não havia um interesse real em destruir o Ocidente. E hoje a China está mais próxima das velhas ditaduras militares latino-americanas do que, digamos, do comunismo de Cuba. O modelo chinês é parecido com o do Chile dos tempos do general Pinochet: uma combinação de liberalismo econômico com autoritarismo político.

Veja – *Esse modelo pode durar?*

Buruma – Sim, desde que o crescimento econômico persista e as classes urbanas instruídas sintam que estão sendo beneficiadas pelo status quo. Resta saber o que aconteceria em uma crise econômica se a classe média deixasse de ficar mais rica. Estive na China há pouco mais de um ano e não senti nenhum clima de descontentamento entre a classe média urbana. Na zona rural, sim, existe insatisfação, porque a população se sente abandonada. Ainda há muitos fazendeiros pobres e trabalhadores que perderam o emprego em empresas estatais falidas. Nas cidades, o clima é outro. O governo percebeu que precisa manter sua classe média urbana contente, mesmo que negligenciando outras classes sociais, como os operários e as populações das vilas do interior. Afinal, foi a classe média que protestou na Praça da Paz Celestial.

Veja – *O cientista político Samuel Huntington, em O Choque de Civilizações, separou a América Latina do Ocidente. O senhor concorda com essa distinção?*

Buruma – Não, de forma alguma. Em termos de civilização e instituições políticas, a América Latina está no mundo ocidental. É claro que existe uma civilização européia, com raízes no pensamento grego e na tradição judaica e cristã, e é evidente que a América do Sul tem sua própria história. Mas a influência européia é tal que a América do Sul ainda faz parte da civilização européia. O mesmo vale para os Estados Unidos. Essas divisões, na verdade, são arbitrárias. Não é possível traçar um limite claro entre Ocidente e Oriente.

Anexo 12

Entrevista: Geraldo Alckmin - Edição 1959 . 7 de junho de 2006

"Lula é cara-de-pau"

O candidato tucano ataca o presidente, admite "falha parcial" na sua campanha e diz que os petistas estão "de salto 15"



"Sinto que o povo está indignado. É uma coisa ainda silenciosa, mas que vai explodir na campanha"

O candidato do PSDB à Presidência da República orgulha-se de ser um homem simples. Prefere um fim de semana em seu sítio em Pindamonhangaba (cidade no interior de São Paulo, onde nasceu) a uma temporada na Europa, carrega a própria maleta nas viagens e cultiva hábitos também simplíssimos de lazer: apreciador de best-sellers (o último livro que leu foi *Quando Nietzsche Chorou*), trocou recentemente as palavras cruzadas pelo *sudoku*, espécie de quebra-cabeça numérico com o qual se entretém, sistematicamente, todas as noites antes de dormir. Geraldo Alckmin, 53 anos, é também um otimista. Afirma que a campanha ainda não começou e que os petistas estão comemorando cedo demais os bons índices do presidente Lula nas pesquisas. Em entrevista a VEJA – dada a bordo do avião do presidente do PSDB, senador Tasso Jereissati –, Alckmin disse que, em caso de vitória, será duro com os sem-terra, acabará com a "besteira" da diplomacia Sul-Sul e não participará de acordos visando a proteger de investigação aliados ou parentes: "Comigo, não tem acordo".

Veja – *Desde o lançamento de sua pré-candidatura, a distância entre o senhor e o presidente Lula nas pesquisas aumentou de 16 para 21 pontos percentuais. A que atribui isso?*

Alckmin – As pessoas se impressionam muito com pesquisa. Pela série histórica, a situação não mudou. Estou tranquilo: treino é treino, jogo é jogo. Jogo é 15 de agosto, que é quando começa o horário eleitoral.

Veja – *Treinos também servem para identificar falhas. Quais o senhor detectou até agora na sua campanha?*

Alckmin – A sintonia do time, eu diria que foi uma dificuldade. Mas é porque esta é uma fase de acomodação interna. Na hora em que começar a campanha, toda a energia da equipe vai se concentrar nela.

Veja – *Essa teria sido a única falha?*

Alckmin – Houve desafios. Mas falhas...

Veja – *Posso lembrar algumas que vêm sendo comentadas?*

Alckmin – Claro.

Veja – *A aposta inicial no Nordeste, onde Lula tem 60%, por exemplo. Um investimento no Sul e Sudeste, Minas Gerais em particular, não teria sido mais proveitoso?*

Alckmin – Isso foi uma falha parcial. Esses números do Lula no Nordeste são extremamente frágeis. Durarão o tempo que a informação demorar para chegar. Mas eu entendo que distribuir melhor as viagens é correto. Foi uma falha parcial.

Veja – *Outra falha apontada com frequência: a opção por um discurso genérico em detrimento de outro, focado na crise moral e ética que o país viveu no último ano. Essa não deveria ter sido desde o início a tônica da sua campanha?*

Alckmin – Isso vai acontecer. Mas eu sou cauteloso. Política é convencimento. É ganhar confiança. É muito pouco eu ser o anti-Lula. Quero apresentar um projeto para o país centrado no crescimento. Claro que ao longo da campanha vai haver reparos. Agora, eu nunca vi ninguém ganhar eleição falando mal do outro.

Veja – *Não me refiro a uma questão apenas estratégica, mas de princípios. O senhor acha possível postular o cargo de presidente da República sem abordar a crise ética do país?*

Alckmin – Mas isso nós temos falado. Entendo que a população já está consciente. Eu ando nas ruas e sinto que o povo está indignado. Quando chegar a campanha eleitoral, isso vai explodir. Acho que nós vamos ter nessa campanha uma quantidade de trabalho voluntário impressionante. Eu sinto isso. É uma coisa ainda silenciosa, mas que vai explodir. A questão dos princípios e dos valores é essencial. Mesmo porque a lambança foi geral, não foi um caso isolado. Para onde você olha, há desvio de dinheiro público. Então, essa vai ser a campanha dos princípios e dos valores. É que ela ainda não começou.

Veja – *Também se ouviu dizer que sua campanha padece de amorismo, que mais parece uma campanha para prefeito do que para presidente.*

Alckmin – Quando concorri ao governo de São Paulo, foi a mesma coisa. Diziam que a campanha era pobre, que não tinha equipe, material. Esse é o meu jeito e eu não vou mudar. A minha campanha de deputado foi feita por mim e pela Lu (*sua mulher, Lu Alckmin*). Viajamos num Fiat 147 que ela dirigia porque eu não agüentava de cansaço. Os vícios de governo começam nas campanhas. Não é possível que não tenhamos aprendido nada com mensalão, valerioduto, caixa dois. Avião de carreira cansa um pouco mais, mas por que gastar sem necessidade?

Veja – *Mas, depois do dia 5 de julho (início oficial da campanha), isso não vai mudar?*

Alckmin – Vamos continuar com o mínimo necessário. Para ir a Brasília ou Rio de Janeiro, por exemplo, por que não usar avião de carreira? O pessoal fica estressado, ansioso. Eu dou risada. Outro dia, fui à Bahia. Estavam me esperando no aeroporto o ACM, o Paulo Souto, o Rodolpho Tourinho, o ACM Neto e o José Carlos Aleluia. O vôo atrasou e eu dei um chá-de-cadeira neles de duas horas! E não foi só isso. Quando me acompanharam no embarque de volta, o vôo estava novamente atrasado. Aí, eu apertei a mão do ACM e disse: "Bom, vamos nos despedir por aqui porque o embarque vai demorar". Ele: "Geraldo, candidato não fica sozinho em aeroporto". E ficaram todos lá, firmes, tomando mais chá-de-cadeira!

Veja – *O senhor tem sido visto freqüentemente sozinho em aeroportos.*

Alckmin – Mas eu não ligo para isso. Quando você anda com um séquito, afasta as pessoas, fica isolado.

Veja – *O senhor não teme que esse tipo de economia prejudique sua campanha?*

Alckmin – Bobagem. Outro dia, tinha de ir a Teresina. Saí de São Paulo às 10 da noite e cheguei a Salvador às 2 da manhã. A conexão para Fortaleza só iria sair em duas horas. O que eu fiz? Fiquei tomando café, dando autógrafos, tirando fotografia com as pessoas. Eu adoro isso. Cheguei a Fortaleza às 4h45 e o avião do Tasso já estava me esperando lá, piloto a postos, tudo certo. Antes das 6 da manhã, eu estava em Teresina.

Veja – *Demorou oito horas, portanto.*

Alckmin – É. Mais ou menos isso.

Veja – *O presidente Lula tem sido, até agora, um adversário honesto?*

Alckmin – O governo Lula e o PT são abusados. Toda essa publicidade, AeroLula para cá e para lá... O abuso é flagrante. Mas eu acredito que nós vamos ter uma participação muito firme do Poder Judiciário nessas eleições para coibir isso. E, depois, quando começar a campanha, fica proibida a publicidade. O tempo tem de ser igual e, aí, você sai do monólogo para o debate.

Veja – *No mês passado, a Bolívia tomou a Petrobras e invadiu as instalações da empresa com seu Exército. Como o senhor teria reagido ao episódio se fosse presidente?*

Alckmin – Eu teria, de cara, feito uma reprovação duríssima à atitude da Bolívia. O governo Lula foi submisso e dúbio. Colocou interesses ideológicos à frente do interesse nacional. Reprovação imediata. Não aceito rompimento de contrato. Isso é ruim para as pessoas, porque quem vai acabar pagando a conta será o povo, já que o que eles querem é aumentar o preço do gás. É ruim para a América Latina, porque cria uma insegurança jurídica que espanta novos investimentos.

Veja – *Em 2005, descobriu-se que a empresa do filho do presidente Lula, Lulinha, recebeu um investimento de 5,2 milhões de reais da Telemar, que tem dinheiro público em seu capital. O que o senhor teria feito no lugar do presidente?*

Alckmin – Numa república, todos estão sujeitos à lei. Outro dia, eu ouvi de alguém: "Olha, não se fala da esposa do fulano". Para mim, não. Comigo, não tem acordo. Tem de investigar, investigar todo mundo.

Veja – *No caso de Lulinha, não se trata propriamente de uma ilegalidade, mas de um problema ético.*

Alckmin – Da mesma forma que o governo do PT não faz uma separação nítida entre partido e governo – aparelharam o Estado, criaram doze ministérios para acomodar petistas derrotados em eleições passadas –, ele também não separa o público do privado. Eu não posso dizer o que faria nessa situação, porque acho que essa situação não chegaria a ter acontecido comigo.

Veja – *Sua mulher, Lu Alckmin, aceitou vestidos doados por um estilista. O que o senhor achou disso?*

Alckmin – A Maria Lúcia é a melhor parte da minha família. Eu fui um pai mais ausente do que presente. Então, ela foi pai e mãe dos nossos filhos. Depois, trabalha comigo desde que nós nos casamos, há 27 anos. Faz agenda, a parte burocrática. No governo do estado, sempre trabalhou voluntariamente. Nunca foi nomeada para nada e nunca recebeu um centavo. Nesse caso dos vestidos, ela ganhou, sim. Usou e doou a entidades – o que ajudou muita gente. Mas, mesmo tendo ajudado entidades e mesmo não tendo causado ônus para o estado, considero que houve um erro. Como, para mim, vida pública tem de ser absolutamente transparente, acho que nós não temos de reclamar da cobrança. Essa é a lógica do espírito republicano, tem de ser assim.

Veja – *O que o senhor disse a ela quando surgiu a notícia?*

Alckmin – Quando fui prefeito, tinha um jornal que vez ou outra me hostilizava. Meu pai um dia me viu um pouco chateado e falou: "Lembre-se do que dizia Santo Agostinho: prefiro os que me criticam, porque me corrigem, aos que me adulam, porque me corrompem". Então, se a crítica é correta, corrija. Foi isso o que eu disse a ela.

Veja – *O MST promoveu, no primeiro trimestre deste ano, o maior número de invasões dos últimos seis anos. Como o senhor lidaria com o movimento, na Presidência?*

Alckmin – Esse é um caso típico de leniência do presidente Lula. A reforma agrária não anda e, ao mesmo tempo, você tem invasão de propriedades com setores do governo justificando a invasão. Outro dia, o presidente Lula foi inaugurar as Casas Bahia, em São Bernardo do Campo. Eu achei até engraçado. Porque aquele terreno onde estão as Casas Bahia foi invadido pelo MST em 2003. O advogado dos invasores era o deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, e o PT inteiro foi lá apoiar a invasão, que resultou, inclusive, na morte de um fotógrafo. Mais tarde, nós reintegramos o terreno, sem nenhum incidente, e fez-se um investimento no local que gerou 1 100 empregos. Em abril, o Lula foi lá inaugurar! Se dependesse do PT, aquilo seria um acampamento até hoje. Quer dizer, é uma enorme de uma, me perdoe a deselegância, cara-de-pau da parte dele.

Veja – *Como o senhor lidaria com as invasões?*

Alckmin – Não existe solução mágica. O país tem de crescer, tem de fazer reformas, tem de gerar empregos...

Veja – *Mas, enquanto o país não cresce, o que o senhor faria com os sem-terra?*

Alckmin – Nós vamos trabalhar primeiro para fazer a reforma agrária. Agora, invasão, não.

Veja – *Para quem invadir, o que acontece?*

Alckmin – Invadiu, vai desinvadir. A lei é para todos, e invadir propriedade alheia é crime.

Veja – *O PT tem priorizado, na política externa, o que chama de relação Sul-Sul, o comércio com países pobres. O que o senhor acha dessa opção?*

Alckmin – Eu acho uma besteira. É uma visão ideológica totalmente ultrapassada. Não há razão para você diminuir o mundo para as nossas empresas. Cada milhão de dólares que você exporta gera 60.000, 70.000 empregos no Brasil. Nós precisamos ter uma política externa muito mais ambiciosa, precisamos conquistar mercado e acelerar os acordos comerciais bilaterais. Num cenário internacional tão bom, é inconcebível que o governo aja de maneira quase covarde.

Veja – *Um assessor seu contou que, diariamente, o senhor extrai de um livrinho frases para nortear seu dia.*

Alckmin – Eu vario muito de livro. Andava com um que se chamava *30 Dias com Mahatma Gandhi*. Tinha uma folha para cada dia do mês, cada uma com duas reflexões: uma para ler de manhã e outra para encerrar o dia. Minha irmã, todos os anos, me manda a Folhinha Salesiana, do Sagrado Coração de Maria. Você pendura na parede, destaca todo dia uma página e põe no bolso. Tem sempre uma frase bíblica e outra humanista para provocar a reflexão.

Veja – *Haviam dito que o livro que o senhor usava era Caminho (de Josemaría Escrivá de Balaguer, fundador da Opus Dei).*

Alckmin – Esse eu tenho também, ganhei do meu pai. Mas ultimamente não tenho lido, não.

Veja – *Por que o senhor acredita que irá para o segundo turno com Lula?*

Alckmin – O presidente Lula esteve em todas as eleições para presidente nos últimos vinte anos – vai disputar agora sua quinta eleição. Ele tem um enorme recall (*fixação do nome na memória dos entrevistados devido à intensa exposição anterior*). Só que é recall, não é intenção de voto. Tem petistas por aí de salto 15, criando uma expectativa grande. Psicologicamente, Lula irá para o segundo turno derrotado. Podem ter certeza. O embate começará no dia 5 de julho. E eu começarei esse dia às 5 da manhã.

Anexo 13

Entrevista: Marco Aurélio Mello - Edição 1960 . 14 de junho de 2006

Acabou a farra

Ele jogou uma bomba no mundo político (e voltou atrás) e agora promete: nesta eleição, não haverá impunidade



"Os candidatos não têm freios inibitórios mais rígidos e usam descaradamente a máquina pública em benefício próprio"

Na semana passada, o ministro Marco Aurélio Mello, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), viveu dias de tumulto. Numa decisão que provocou uma hecatombe no mundo político, o TSE resolveu, capitaneado pelo voto do ministro, que partidos sem candidato a presidente só poderiam fazer alianças estaduais com legendas que estivessem em idêntica situação. Dois dias depois, ao analisar um pedido de reconsideração, o TSE, outra vez seguindo voto de Marco Aurélio Mello, anulou a decisão anterior. "Constatei que eu dera uma interpretação errada", reconhece ele. "Permanecer no erro é que seria terrível." Quem elogiou a coragem do ministro por sua primeira decisão criticou-o duramente na hora da segunda – e vice-versa. Aos 59 anos, às vésperas de completar dezesseis anos no Supremo Tribunal Federal, Mello se prepara para ser o xerife nacional das eleições de outubro e, bem ao seu estilo objetivo, manda dizer que a Justiça Eleitoral estará de olho nos candidatos. Nesta entrevista a VEJA, ele assegura: "O sentimento de impunidade está excomungado. Isso eu garanto".

Veja – *Por que o Tribunal Superior Eleitoral radicalizou sua interpretação sobre a verticalização e, 48 horas depois, fez exatamente o contrário?*

Mello – O problema é que nós partimos de uma premissa errada segundo a qual o Supremo Tribunal Federal, ao julgar uma ação direta de inconstitucionalidade que tratava de mudanças das regras eleitorais, havia se pronunciado expressamente quanto à verticalização em todos os níveis. Isso não aconteceu. Fui às notas taquigráficas e constatei que eu dera uma interpretação errada à decisão. Houve falha. Eu, que fui o voto condutor do primeiro julgamento, dei a mão à palmatória.

Veja – *Esse tipo de vai-e-vem, que provoca insegurança jurídica, não acaba desmoralizando a Justiça?*

Mello – Não somos infalíveis. Enquanto a Justiça for obra do homem, ela será passível de falha. É preciso que o leigo entenda isso. Não somos máquinas, não somos computadores, não lidamos com ciência exata. Interpretei de maneira equivocada uma decisão que ainda não foi publicada no Supremo. Permanecer no erro é que seria terrível. Não voltar atrás em uma decisão seria descumprir um dever inerente à magistratura. Isso é honestidade de propósito.

Veja – *O TSE chegou a ser acusado de pavimentar o caminho para a reeleição do presidente Lula...*

Mello – Fui procurado por políticos que argumentaram que a decisão do TSE resultaria numa

vitória eleitoral fácil para o atual presidente da República. Compararam a um rolo compressor, mas não se trata de um argumento jurídico. No meu caso, portanto, isso não pesa na hora de decidir.

Veja – *O que mais preocupa nas eleições deste ano?*

Mello – A preservação de um campo que viabilize uma disputa em igualdade de condições entre todos os candidatos, embora seja difícil imaginar esse cenário com um candidato à reeleição permanecendo na cadeira da Presidência. Isso é uma vantagem incrível. Se é difícil você desafiar alguém que já mostrou seu trabalho, imagine alguém que continua na cadeira. Vai gerar uma disputa bastante acirrada, com a tendência de que os candidatos acabem exorbitando e praticando atos não contemplados na lei. A fronteira entre o que é institucional e o que é eleitoral, por exemplo, é muito tênue. Há uma mescla entre a atuação do governante e sua candidatura.

Veja – *É a segunda vez que o país está enfrentando uma reeleição presidencial. A situação agora está mais complicada do que foi em 1998?*

Mello – Provavelmente sim. Já registramos extravasamento no campo da propaganda eleitoral, o que não aconteceu no passado. O presidente da República foi até multado em processo do qual fui relator. O presidente da República conta com uma maior valia na disputa, e isso deve se restringir ao cumprimento do mandato. O afã de conseguir êxito em outubro próximo pode levar alguns a tentar colocar em segundo plano as regras do pleito.

Veja – *A reeleição é ruim para o Brasil?*

Mello – A questão não está no objeto, está no meio que se aciona para chegar a essa reeleição. Eu diria que a reeleição não faz parte da nossa tradição. Os candidatos não têm freios inibitórios mais rígidos e, muitas vezes, usam descaradamente a máquina pública em benefício próprio.

Veja – *O presidente Lula está usando a máquina?*

Melo – A situação é ambígua, pois não se sabe claramente o que pode e o que não pode ser feito. É por isso, aliás, que temos o Judiciário. Se fosse algo matemático, o computador resolveria o problema. Por outro lado, eu mesmo sou relator de inúmeros processos em que o Executivo está tendo a cautela de consultar o tribunal antes de fazer publicidade institucional. Isso evidencia que já está havendo uma preocupação, o que é bom. Temos de começar realmente a mostrar que é preciso haver uma fidelidade maior ao que está na legislação. A ilegalidade não pode prevalecer. A Justiça Eleitoral estará atenta. É importantíssimo que candidatos à reeleição também estejam atentos para depois não se mostrarem surpresos.

Veja – *Ao tomar posse na presidência do TSE, o senhor fez um discurso deplorando o cinismo das autoridades, as mentiras deslavadas, as explicações grosseiras e concluindo que somos o país do faz-de-conta.*

Mello – Os últimos acontecimentos políticos revelam essa desfaçatez. Os escândalos estão nas manchetes e algumas autoridades preferem fazer de conta que eles não existiram. Outras fazem de conta que não sabiam de nada, esperando que o eleitor também faça de conta que não entendeu o que está acontecendo. Aliás, o cidadão comum tem uma responsabilidade

muito grande nesse mundo de enganação. Só ele pode dar um basta a isso. Os eleitores são convocados e não devem permitir que a apatia prevaleça. É hora de acordar. É hora de perceber que temos uma responsabilidade maior com o Brasil de amanhã.

Veja – *O presidente Lula e outros petistas fizeram de conta que nem houve mensalão. O senhor está dizendo então que reeleger Lula seria um equívoco?*

Mello – Respeito a opinião do eleitor. O que eu quis dizer é que, de uma forma geral, na hora de escolher, o eleitor deve indagar quanto ao perfil do candidato, seja a deputado, senador, governador ou presidente. O meu discurso é impessoal. Agora, se a carapuça serve na cabeça de alguém, não tenho culpa.

Veja – *O mensalão existiu?*

Mello – Não quero falar disso, pois, como ministro do Supremo Tribunal Federal, terei de julgar esse assunto. Mas posso dizer simplesmente que, com 59 anos de idade, não acredito mais em Papai Noel...

Veja – *O Supremo Tribunal Federal, ao impedir depoimentos nas CPIs, autorizar testemunhas a ficar caladas ou proteger o sigilo bancário de suspeitos, não deu uma contribuição decisiva para a criação desse ambiente de faz-de-conta?*

Mello – O problema é que a corte caiu quase numa automaticidade, como se jurisdição fosse bateção de carimbo. Não é. Não podemos generalizar as definições. No caso do mandado de segurança do ex-ministro José Dirceu, por exemplo, o tribunal deu uma decisão preventiva, que obviamente interferia no processo do Legislativo. Fui contra, mas fiquei sozinho. Os argumentos do ex-ministro eram que o relatório da CPI não podia conter nem isso nem aquilo. Ora, o correto seria esperar o relatório e, depois, o prejudicado procuraria o Judiciário, se houvesse a lesão. Não podemos presumir a lesão tendo em conta a atividade de outro poder.

Veja – *O Judiciário então errou?*

Mello – O fato é que o Judiciário está ficando mais sensível depois de todos esses escândalos. Recentemente, indeferi o habeas corpus impetrado por Silvío Pereira e por Delúbio Soares. Houve também o indeferimento de um mandado de segurança em favor do deputado José Janene. Fica evidente que há uma mudança de enfoque. A interpretação da lei é um ato de vontade e pode atender aos interesses coletivos primários, das pessoas em geral, ou não atender.

Veja – *A mudança do STF tem relação com a saída de Nelson Jobim, que trocou a magistratura pela política?*

Mello – A ministra Ellen Gracie sabidamente busca uma austeridade maior e o implemento da liturgia que é inerente ao Judiciário.

Veja – *O ex-ministro Nelson Jobim não tinha a mesma preocupação?*

Mello – O ministro Nelson Jobim era um homem mais solto. A saída dele para a advocacia ou para a política, quem sabe, mostra que seu objetivo maior não era atuar como juiz. Eu, por

exemplo, não consigo me ver saindo do tribunal para exercer outra atividade. A missão de julgar deve ser de pessoas vocacionadas para ela.

Veja – *O TSE está preocupado com um crescimento vertiginoso do voto nulo?*

Mello – Temos percebido o aparecimento de defensores do voto nulo nas camadas mais esclarecidas da população. Isso é preocupante. É um movimento que vem tomando corpo. Quando formadores de opinião desistem, a coisa fica muito ruim. Vamos atuar numa conscientização do eleitor para o significado da ida às urnas, o exercício da cidadania na plenitude maior daqueles que merecerão o voto. Ele é partícipe da grande obra que precisa ser implementada.

Veja – *Mas o voto nulo não é um direito do eleitor?*

Mello – Quando a Constituição estabelece o voto obrigatório, ela determina a necessidade de o eleitor se manifestar, e se manifestar de forma concreta. Ao votar nulo, ele não se manifesta, simplesmente lava as mãos, como se dissesse "Eu não tenho nada a ver com isso que aí está". Tem, sim, porque ele sofre as consequências de uma escolha errada. Devemos proceder à melhor escolha possível. Até mesmo colocando em plano secundário o fator ideológico. A impunidade, ao meu ver, não pode vingar. Se houver a fuga generalizada, nós correremos o risco de aqueles que têm votos de cabresto serem os vitoriosos.

Veja – *Um dos ingredientes do escândalo que engolfou o governo e o PT é o chamado caixa dois eleitoral. É grande o risco de que o mesmo crime volte a acontecer nestas eleições?*

Mello – A nova legislação, que proíbe brindes, camisetas e showmícios, vai baratear as campanhas. Não temos obviamente como fiscalizar o financiamento em sua integralidade. Afinal, onde o homem põe a mão, o desvirtuamento é possível. Mas a lei agora é rigorosa e, flagrada a ilicitude, o candidato não será diplomado. Os gastos de campanha serão fiscalizados com o acompanhamento da conta que será aberta para esse fim.

Veja – *Leis que proíbem o caixa dois sempre existiram e nunca resolveram o problema.*

Mello – Nas eleições passadas, a lei estabelecia um prazo de apenas dez dias a partir da diplomação para a impugnação do mandato. O candidato ia responder ao processo em pleno exercício da função. Havia uma cicatrização do mal pela passagem do tempo. O partido ou a coligação apenas indicava o que imaginava gastar e aí, quando havia o extravasamento, isso gerava somente multa sobre o excesso. Hoje, a lei ficou mais rigorosa. Só se pode gastar numerário que tenha sido depositado previamente naquela conta que é aberta antes da campanha. Isso vai tornar as finanças muito mais transparentes para o eleitor e para a Justiça Eleitoral.

Veja – *Apesar desse aprimoramento da legislação, o que impede a repetição de irregularidades como a do publicitário Duda Mendonça, que recebeu dinheiro de caixa dois em contas secretas no exterior?*

Mello – Em primeiro lugar, as pessoas estão hoje muito mais bem avisadas do que estiveram ontem. Ou seja: os partidos opositores ou os da situação que estejam caminhando no sentido do êxito na reeleição estarão atentos. Hoje, ao meu ver, não se consegue mais esconder as coisas. A lei agora prevê a não-diplomação ou a cassação do diploma para quem cometer

ilícitos na arrecadação de fundos e nos gastos. Será que os políticos se sentirão seguros para continuar usando caixa dois? A pena é muito rigorosa, e não pensem que a Justiça vai tergiversar. Não vai. A Justiça está atenta ao momento nacional, que é o de purificação das condutas dos homens públicos.

Veja – *O senhor acredita então que no campo ético estas eleições serão realmente diferentes?*

Mello – As eleições serão muito acirradas, e muito problemáticas por causa do instrumento da reeleição. Mas uma coisa eu garanto: não ocorrerá perplexidade quanto à atuação do Judiciário. O risco de quem comete ilicitudes ser flagrado é muito grande. Acredito que já não se podem mais esconder, escamotear desvios de conduta. Eles afloram: os cidadãos, a imprensa, o Ministério Público estão muito atentos. É preciso que os candidatos estejam mais espertos do que estiveram nas últimas eleições. O sentimento de impunidade está excomungado. Isso eu garanto. No que depender da Justiça Eleitoral, nós teremos uma eleição com tratamento igualitário aos candidatos e, quem sabe, dependendo muito dos eleitores, teremos também um outro Brasil que não este que estamos vivenciando.

Veja – *O senhor se mostra muito preocupado com a reeleição, mas o presidente Lula nem sabe ainda se será candidato, não é mesmo?*

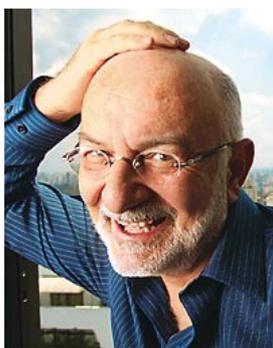
Mello – É verdade. Uma vez ele admitiu que estaria 365 dias em campanha, mas depois andou corrigindo, e hoje ainda não sabe se concorrerá ou não à reeleição. Quem sabe ele desista.

Anexo 14

Entrevista: Silvio de Abreu - Edição 1961 . 21 de junho de 2006

"A moral está torta"

O autor de *Belíssima* fala de sucesso e fracasso nas novelas – e revela-se chocado com a tolerância do público com personagens canalhas



"Uma parcela das espectadoras já não valoriza tanto a retidão de caráter. Para elas, fazer o que for necessário para se realizar na vida é o certo"

O paulistano Silvio de Abreu, de 63 anos, é um roteirista experiente. Ex-ator e ex-diretor de pornochanchadas, ele atua como autor de folhetins há trinta anos. Abreu, como gosta de ressaltar, já viu os dois lados da profissão: colheu sucessos como *A Próxima Vítima*, mas também fracassos como *As Filhas da Mãe*. Com a atual *Belíssima*, ele está de volta ao topo. A três semanas de seu desfecho, a novela das 8 da Rede Globo ostenta a média de 59 pontos no Ibope e é sintonizada por sete em cada dez espectadores no país. Como todo autor de um folhetim bem-sucedido, Abreu conseguiu entrar em sintonia com as preocupações e os interesses de uma ampla fatia da sociedade brasileira. Ele se confessa chocado, porém, com a descoberta de que o público mudou seu modo de encarar os desvios de conduta dos personagens. A seguir, trechos da entrevista que ele concedeu pouco antes de trocar seu apartamento em São Paulo por um refúgio no litoral – modo que encontrou para lidar com sua ansiedade na reta final da novela.

Veja – *Belíssima realizou algo raro em telenovelas: chegou ao sucesso com personagens que são bastante ambíguos. O senhor mesmo já havia tentado isso outras vezes e fracassou. Por que deu certo desta vez?*

Abreu – Considero que incluir a ambigüidade moral numa trama é um grande avanço. Personagens desse tipo são ricos e fazem o público pensar. Ao analisar as causas dessa aceitação, contudo, confesso que fiquei chocado. Como sempre acontece na Globo, realizamos uma pesquisa com espectadoras para ver como o público estava absorvendo a trama e constatamos que uma parcela considerável delas já não valoriza tanto a retidão de caráter. Para elas, fazer o que for necessário para se realizar na vida é o certo. Esse encontro com o público me fez pensar que a moral do país está em frangalhos.

Veja – *Será que está?*

Abreu – As pessoas se mostraram muito mais interessadas nos personagens negativos que nos moralmente corretos. Isso para mim foi uma completa surpresa. Na minha novela anterior, *As Filhas da Mãe*, há coisa de cinco anos, o comportamento dos grupos de pesquisa era diferente. Os personagens bons eram os mais queridos. Nessa última pesquisa, eles foram considerados enfadonhos por boa parte das espectadoras. Elas se incomodavam com o fato de a protagonista Júlia ficar sofrendo em vez de se virar e resolver sua vida de forma pragmática. Outro exemplo são as opiniões sobre Alberto, o personagem que não mediu esforços para tirar de seu caminho o Cemil, um bom moço, e roubar sua pretendente, Mônica. Alberto fez uma falcatura para desmanchar o romance do rival. Em qualquer outra novela, isso faria o público

automaticamente ficar do lado do mocinho. Mas as donas-de-casa não viram nada de errado na conduta do Alberto. Pelo contrário: ponderaram que, se ele fez aquilo para conquistar um mulherão, tudo bem. O fato de o André ter dado um golpe do baú na Júlia também foi visto com naturalidade. As espectadoras achavam que, se ele precisava de dinheiro, não havia mal em ficar com ela. Colocamos então que o canalha a estava roubando e as espectadoras retrucaram: deixa disso, daqui a pouco eles vão ficar bem. O fato de André ser bonito era suficiente para ganhar o prêmio máximo numa novela, que é ficar com a mocinha. Na mesma pesquisa, colhemos indícios claros de que essa maior tolerância com os desvios de conduta tem tudo a ver com os escândalos recentes da política.

Veja – *O que o fez chegar a essa conclusão?*

Abreu – Numa parte da pesquisa, as espectadoras apontaram com qual personagem se identificavam, e a maioria simpatizava com a Júlia, é claro. Mas havia colocações do tipo: "Quero ser a Júlia porque aí eu pago mensalão para todo mundo e ninguém me passa a perna". Olhe que absurdo: a esperteza desonesta foi vista como um valor. O simples fato de o presidente Lula dizer que não sabia de nada e não viu as mazelas trazidas à tona pelas CPIs e pela imprensa basta – as pessoas fingem que acreditam porque acham mais conveniente que fique tudo como está. Eu me vi na obrigação de fazer alusões a essa inversão de valores em *Belíssima*. Quando a Bia Falcão reapareceu e disse com a maior cara-de-pau que sumiu porque estava de férias numa fazenda, ficou óbvio para todo mundo que ela estava mentindo. Mas, como Bia se impõe pela autoridade, os personagens engoliram a desfaçatez.

Veja – *A audiência das novelas está mais exigente?*

Abreu – Não. Sinto dizer que, se as novelas ficaram mais elaboradas, foi pela evolução natural dos autores. Hoje, o problema em relação ao público é o contrário. O nível intelectual do brasileiro de maneira geral está abaixo do que era na década de 60 ou 70, porque as escolas são piores e o estudo já não é valorizado como antigamente. Houve um dia, não custa lembrar, em que cursar a universidade era um objetivo de vida. O valor não é mais fazer alguma coisa que seja dignificante. As pessoas querem é subir na vida, ganhar dinheiro, e dane-se o resto.

Veja – *Como essa queda no nível cultural afeta seu trabalho?*

Abreu – Não dá para aprofundar nenhum tema, porque o público não consegue acompanhar. Isso não pode ser uma desculpa para os autores baixarem o nível, é claro. Nosso desafio é ser simples na forma, mas nem por isso vazios. Se eu tratasse de maneira sisuda alguns assuntos que estou abordando em *Belíssima* – a corrupção no dia-a-dia, por exemplo –, o povo não se interessaria. Foi preciso, primeiro, arrebatar o público com uma personagem como Bia Falcão, para a partir dela tratar dessa questão. Posso dar outro exemplo: minha tentativa de inovar a linguagem das novelas das 7 com *As Filhas da Mãe*, que tinha uma narrativa mais fragmentária. Eu achava aquilo uma novidade extraordinária, que seria uma beleza no ibope. Mas houve rejeição do público das classes D e E. Não que eles não gostassem da novela – eles simplesmente não a entendiam.

Veja – *Belíssima tem casais que são movidos mais pela libido que pelo amor. O romance, no velho sentido folhetinesco, está com os dias contados?*

Abreu – O problema é que ele virou um item antiquado. Os relacionamentos hoje são mais superficiais, as pessoas casam e descasam com facilidade. Nos grupos de discussão, constata-

se que as espectadoras ainda têm uma expectativa romântica, mas não mais aquela visão de antigamente de que a mocinha tem de esperar o mocinho e, quando ele chegar, todos os problemas se resolverão e eles serão felizes para sempre. Salvo se for uma novela de época, será difícil o público engolir uma trama que insista nisso hoje em dia.

Veja – *No caso dos gays, o humor do espectador também mudou?*

Abreu – Sem dúvida. Nesse campo, a influência das novelas é enorme. E olhe que fui até agredido por causa desse negócio nos tempos de *A Próxima Vítima*, quando mostrei o primeiro casal gay escancarado numa novela das 8. Eu estava num cinema quando, de repente, um senhor atrás de mim anunciou em voz alta: "Silvio de Abreu, grande autor brasileiro". Eu virei para trás, pensando que ia ser cumprimentado, quando ele emendou: "Você destrói a família brasileira ao defender o homossexualismo. Essa gente toda tem de acabar no inferno". Acredito que prestei um serviço ao retratar os homossexuais com respeitabilidade. Mas a chave da aceitação deles foi a forma como introduzi o tema. Durante boa parte da novela, omiti o fato de que Jeferson e Sandrinho eram gays. Mostrei que eles eram bons amigos, bons filhos e estudantes dedicados – tudo o que o público acha bonito nas pessoas. Só lá pelo capítulo 100 eu exibi esse outro lado. Foi como se dissesse: olhe só, gente, esqueci de contar um detalhe sobre os mocinhos. O noveleiro é, antes de tudo, um manipulador de emoções.

Veja – *E o que explica seu revés, tempos depois, com as lésbicas de Torre de Babel?*

Abreu – Cometi o equívoco de achar que, como já havia mostrado um casal homossexual com sucesso, todo mundo ia aceitá-las de cara. As duas surgiram como casal logo no início, e isso gerou uma série de protestos. Foi um ruído excessivo que não ocorreria se eu tivesse ido mais devagar.

Veja – *Há muita rivalidade entre os autores da Globo?*

Abreu – Não rivalidade no sentido de que um quer matar o outro. Eu, por exemplo, sou muito amigo do Gilberto Braga. Tem outros com os quais não me dou. Competição sempre existe, porque todo mundo quer que sua trama faça mais sucesso. Isso é estimulante.

Veja – *É difícil lidar com o ego dos atores?*

Abreu – Eu acho muito engraçado. No início da novela, o ator é sempre humilde. Mas basta começar a se destacar que ele se enche de si e passa a achar que é dono do pedaço. Aí eu tenho de dizer: abaixe essa bola, meu filho, porque na hora em que acabar a novela tudo volta ao normal. Mas, graças a Deus, não tenho problemas com atores. Quando faço novela, minha maior dificuldade é dizer não, pois a maioria briga para trabalhar comigo. Não sou o tipo de autor que se fecha numa torre de marfim. Gosto de estar perto, saber se o personagem está de acordo com a expectativa deles. Claro, é preciso tomar certos cuidados. Os atores vêm a obra pela perspectiva de seus personagens, enquanto eu tenho de ter uma visão de conjunto. Se não tivessem ego, eles não seriam atores. Isso é até qualidade.

Veja – *Nos últimos anos, o merchandising social entrou para o repertório das novelas. Por que Belíssima dispensa esse expediente?*

Abreu – Não que eu me recuse a fazer, mas o merchandising social não faz meu estilo. E

também não pensei em nenhuma boa causa que fosse pertinente. Botar o Jamanta para estudar? Não combina com minha trama. Se o merchandising social não ficar forçado na história, tudo bem. Agora, se o autor fizer uma campanha só para dizer "olha como estou preocupado com a população", fica chato.

Veja – *O ator Lima Duarte reclamou numa entrevista de fazer merchandising de comida de gato. A crítica o surpreendeu?*

Abreu – É claro. Ele não foi obrigado a fazer merchandising – como, aliás, nenhum ator da novela. É bom ficar claro que o merchandising é uma coisa paralela – o ator ganha por fora para fazer propaganda. Não tenho nada contra isso, até porque escrevo novelas que se passam numa sociedade de consumo. Se eu puder colocar na boca de um personagem "eu quero uma Coca-Cola", em vez de refrigerante, prefiro. Se o Lima Duarte ficou irritado porque encheram sua paciência com a propaganda da comida de gato, problema dele.

Veja – *Por que há tão pouca renovação na elite dos noveleiros?*

Abreu – Muita gente acha que nós veteranos exercemos um monopólio. Mas a verdade é que está difícil encontrar quem saiba fazer novela. É claro que há gente de categoria na nova geração. Mas é um trabalho muito específico. O noveleiro é mais que um escritor, é quase um produtor que tem de resolver toda sorte de problemas que ocorrem quando uma novela está no ar. É esse profissional completo que está em falta.

Veja – *Seu colega Aguinaldo Silva já comentou que não há pressão maior do que escrever uma novela das 8. O senhor concorda?*

Abreu – A pressão, de fato, é enorme. Nessa novela não estou sofrendo com isso, felizmente, porque tive a sorte de *Belíssima* fazer sucesso desde o início. Mas, se os índices não fossem bons, a situação seria diferente. A novela das 8 é o esteio da programação da Globo, e não dá para dizer que não assusta manter esse Boeing no ar. Agora, se o autor for pensar nisso, está frito. Não adianta ficar de chororô – tem de sentar ao computador e dar o melhor de si. Mesmo com todo o esforço, porém, às vezes a gente não atinge o sucesso. E, quando isso ocorre, é uma tragédia. Para alguém de fora, pode parecer fácil arriscar porque uma trama não está fazendo sucesso. Mas no olho do furacão não é tão simples. Evidentemente, ninguém é louco de fazer uma novela ruim porque gosta do fracasso.

Veja – *Como é conviver com o fracasso?*

Abreu – É horrível carregar uma novela que o público não está acompanhando. Quando falta estímulo, eu emboto – não sei por onde ir. A primeira novela que fiz na Globo, *Pecado Rasgado*, deu errado e foi um inferno – cheguei a pensar em nunca mais escrever novelas. A pior experiência do mundo é acordar de manhã e ter diante de si dezenas de páginas para preencher, mas com a certeza de que o público não estará nem aí. Novela tem uma coisa muito engraçada: quando funciona, o autor pode fazer o que quiser que o público gosta. Mesmo que a história não tenha pé nem cabeça, que vá para um lado ou para outro ao bel-prazer do autor.

Veja – *É o caso dos mistérios cada vez mais mirabolantes de Belíssima?*

Abreu – Não, *Belíssima* tem uma trama firme e segura. Pode anotar: eu sei exatamente o que

estou fazendo. Estou jogando suspeitas para cá e para lá, mas isso só mostra que sei para onde levar a história. A história é tão simples, as pessoas é que ficam complicando. No final, todo mundo vai dizer: "Ah, era só isso?".